



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LUCIANA SARDENHA GALZERANO

**GRUPOS EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA:
ESTUDO SOBRE A SOMOS EDUCAÇÃO**

**CAMPINAS
2016**

LUCIANA SARDENHA GALZERANO

GRUPOS EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTUDO SOBRE A SOMOS EDUCAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Educação, na área de concentração de Educação.

Supervisor/Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA LUCIANA SARDENHA GALZERANO, E ORIENTADA PELA PROF. (A) DR.(A) THERESA MARIA DE FREITAS ADRIÃO

**CAMPINAS
2016**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): FAPESP, 2014/13653-5

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

G139g Galzerano, Luciana Sardenha, 1988-
Grupos empresariais e educação básica : estudo sobre a Somos Educação / Luciana Sardenha Galzerano. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Theresa Maria de Freitas Adrião.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). 2. Somos Educação. 3. Educação básica. 4. Privatização. 5. Sistema privado de ensino. I. Adrião, Theresa Maria de Freitas, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Business groups and basic education : study about Somos Educação

Palavras-chave em inglês:

National Textbook Program

Somos Educação

Basic education

Privatization

Private educational system

Área de concentração: Educação

Titulação: Mestra em Educação

Banca examinadora:

Theresa Maria de Freitas Adrião [Orientador]

Luiz Carlos de Freitas

Maurício de Souza Sabadini

Data de defesa: 14-12-2016

Programa de Pós-Graduação: Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE/INSTITUTO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**GRUPOS EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA:
ESTUDO SOBRE A SOMOS EDUCAÇÃO**

Autor: Luciana Sardenha Galzerano

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Theresa Maria de Freitas Adrião

Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas

Prof. Dr. Maurício de Souza Sabadini

A Ata da Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

2016

AGRADECIMENTOS

Deixo meu sincero agradecimento à todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para a elaboração desta dissertação. Ela sintetiza os estudos e pesquisas que desenvolvi nos últimos anos na Faculdade de Educação da Unicamp.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por uma mensalidade de bolsa de mestrado; e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), pelos 23 meses de bolsa no país e outros quatro, no exterior.

Aos professores que contribuíram na orientação desta dissertação: à professora Theresa Maria de Freitas Adrião, com quem venho construindo uma relação de trabalho acadêmico desde minha iniciação científica; ao professor Steven Klees, pela supervisão e acolhida durante Estágio de Pesquisa realizado na Universidade de Maryland, em College Park, MD – Estados Unidos.

Aos professores Maurício de Souza Sabadini e Luiz Carlos de Freitas, pela participação nas bancas avaliadoras desta dissertação – qualificação e defesa –, agradeço pelas valiosas críticas e sugestões.

Ao meu companheiro Lalo, pelas discussões e estudos sobre a temática discutida, e pelo rigor e exigência em suas contribuições, agradeço ainda pelo amor e carinho compartilhado cotidianamente.

Aos/às colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe/Unicamp), pelos profícuos estudos e discussões sobre a privatização da educação, que tem contribuído para minha formação desde a graduação em Pedagogia.

Aos/às camaradas da Associação de Pós-graduados da Faculdade de Educação – Unicamp, pelos intensos movimentos de luta, formação e resistência aos princípios do produtivismo e do individualismo acadêmico.

Às minas, Ana, Carolina, Evelise, Juliana e Monique, com quem compartilho laços de luta e amizade para além da academia, agradeço ainda por sensibilizarem-me para um mundo desconhecido das artes visuais.

Por fim, à minha família, Júnior, Isabel e Murilo, pelo apoio incondicional em todos os momentos de minha vida.

A todo apoio recebido, espero retribuir com um bom trabalho.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender, no contexto do capitalismo contemporâneo, a atuação de grupos empresariais na educação básica pública. Para tanto, recorremos a um estudo de caso da Abril/Somos Educação. A escolha se deve à nacionalidade brasileira do grupo, sua presença majoritária no mercado de livros didáticos e, ainda, por ter sido a primeira empresa voltada para a educação básica a abrir seu capital em bolsa de valores. Apoiamo-nos no pressuposto de que a educação pública no Brasil, tal qual em outros contextos, torna-se campo para negócios – inclusive para a reprodução do capital financeiro –, vide o alto grau de concentração e centralização dos grupos empresariais atuantes nesse âmbito e sua relação com o capital financeiro, por meio dos mercados de ações ou, ainda, das fusões com grandes grupos internacionais. O período selecionado para esta pesquisa (2010-2015) tem início com a formação da Abril/Somos Educação, como um segmento do Grupo Abril, em 2010; até 2015, quando o controle da companhia foi assumido pela Tarpon. Trata-se de uma pesquisa documental; as informações foram coletadas, sobretudo, nos sítios eletrônicos da Abril/Somos Educação e de seus controladores (Grupo Abril e Tarpon); na mídia de abrangência nacional e internacional, nos documentos disponibilizados pela BM&FBovespa, nos sítios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Como resultado, observamos que a financeirização das atividades de grupos como a Abril/Somos Educação potencializa significativamente seus ganhos, aumenta sua presença no setor educacional público e, consequentemente, o controle que exerce sobre as escolas.

Palavras-chave: Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). Somos Educação. Educação básica. Privatização. Sistema privado de ensino.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the performance of business groups in Brazilian public basic education, in the context of contemporary capitalism. Therefore, we study Abril/Somos Educação's case. The choice is due to the group's Brazilian nationality, its majority presence in the textbook market and also because it was the first company focused on basic education to open its capital in a stock exchange. We rely on the assumption that public education in Brazil and in others contexts, becomes a field for business – including for the financial capital's reproduction –, considering the high level of educational groups' concentration / centralization and its relationship with financial capital, through stock markets or its mergers with large international groups. The period selected for this research (2010-2015) begins with Abril / Somos Educação's origin, as a segment of Abril Group, in 2010; until 2015, when company's control was assumed by Tarpon. It is a documentary research; the information was collected, mainly, in Abril/Somos Educação and its controllers (Abril Group and Tarpon)'s sites; in national and international media, in the documents made available by BM & FBovespa, in the sites of the National Fund for Education Development and of the State of São Paulo's Accountability Office. As results, we observed that the activities' financialisation of Abril/Somos Educação significantly increases its profits, expand its presence in the public education sector and, consequently, its control over schools.

Keywords: National Textbook Program. Somos Educação. Basic education. Privatization. Private educational system.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, dezembro/2011
- Figura 2 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, dezembro/2012
- Figura 3 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, março/2013
- Figura 4 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, dezembro/2014
- Figura 5 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, fevereiro/2015
- Figura 6 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, janeiro/2016
- Figura 7 – Organograma do Grupo Abril, 2010-2014
- Figura 8 – Portfólio de investimentos da Tarpon Gestora de Recursos S.A., dezembro/2014
- Figura 9 – Produtos e Serviços oferecidos pela Abril/Somos Educação, 2010-2015
- Figura 10 – Aquisições da Abril/Somos Educação, 1999-2015
- Figura 11 – Vendas da Abril/Somos Educação, 1999-2015

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 – Valor de mercado de empresas de educação nas bolsas, em milhões de dólares, 2012
- Gráfico 2 – Ativos sob gestão da Tarpon, por região geográfica, março/2015
- Gráfico 3 – Ativos sob gestão da Tarpon, por tipo de investidor, março/2015
- Gráfico 4 – Expansão da Abril/Somos Educação, por número de empresas, 2004-2015
- Gráfico 5 – Estrutura do capital da Abril/Somos Educação, 2010-2015
- Gráfico 6 – Lucro/prejuízo líquido ajustado e dividendos, 2011-2015
- Gráfico 7 – Ebitda ajustado da Abril/Somos Educação, 2010-2015
- Gráfico 8 – Receita líquida da Abril/Somos Educação, 2010-2015
- Gráfico 9 – Participação das linhas de negócios na receita líquida anual da Abril/Somos Educação, 2010 e 2015 (%)
- Gráfico 10 – Faturamento do mercado editorial, por subsetor editorial, em porcentagem, 2010-2015
- Gráfico 11 – Faturamento do mercado editorial por comprador (governo e mercado), em porcentagem, 2010-2015
- Gráfico 12 – Participação dos grupos/editoras no PNLD, por recursos adquiridos, 2010-2015
- Gráfico 13 – Municípios que não aderiram ao PNLD, por estado, 2015
- Gráfico 16 – Municípios que não aderiram ao PNLD, por estado

Gráfico 14 – Porcentagem de adesão ao PNLD (Brasil e estado de São Paulo), 2015

Gráfico 15 – Participação de cinco grupos empresariais na oferta de Sistemas Privados de Ensino, por número de municípios e porcentagem, 2013

Gráfico 16 – Valor arrecadado pela Abril/Somos Educação no PNLD, 2010-2015

Gráfico 17 – Número de municípios que adotaram Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação e valor arrecadado (R\$), estado de São Paulo, 2010-2015

Gráfico 18 – Municípios paulistas com Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação, que aderiram ao PNLD, por número de municípios e porcentagem, 2015

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ranking global do mercado editorial, em US\$ milhões, 2011

Quadro 2 – Processo de aquisição de livros didáticos pelo PNLD

Quadro 3 – Aquisição de livros didáticos pelo PNLD, 2010-2015

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação das linhas de negócios na receita líquida anual da Abril/Somos Educação, 2010-2015 (%)

LISTA DE SIGLAS

BM – Banco Mundial

BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros Bovespa

CEO – *Chief Executive Officer*

Ebitida – *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* / Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização.

FMI – Fundo Monetário Internacional

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FVC – Fundação Victor Civita

Gats – *General Agreement on Trade in Services* / Acordo Geral sobre Comércio e Serviços

Greppe – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Inep – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Ipo – *Initial Public Offer* / Oferta Pública Inicial

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

Pisa – *Programme for International Student Assessment* / Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNE – Plano Nacional de Educação

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

TCE – Tribunal de Contas

Tisa – *Trade in Services Agreement*

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Introdução | 12 |
| Capítulo 1. Capitalismo contemporâneo e medidas neoliberais..... | 19 |
| 1.1. Crise, neoliberalismo e financeirização | 22 |
| 1.2. Contexto brasileiro: capitalismo dependente e tendências recentes..... | 26 |
| Capítulo 2. Grupos empresariais e educação no contexto do capitalismo contemporâneo | 37 |
| 2.1. Acordos comerciais e a comercialização da educação | 39 |
| 2.2. Capitalismo dependente e educação brasileira..... | 42 |
| 2.3. Reforma do Estado, privatização e internacionalização da educação | 45 |
| 2.4. Disputas pelo controle da escola | 49 |
| Capítulo 3. Os controladores da Abril/Somos Educação | 55 |
| 2.1. Grupo Abril: origem e características | 60 |
| 2.2. Tarpon: origem e características | 73 |
| Capítulo 4 – A Abril/Somos Educação..... | 80 |
| 4.1. Produtos e serviços oferecidos | 81 |
| 4.2. Expansão da Abril/Somos Educação..... | 89 |
| 4.3. Demonstrações financeiras da Abril/Somos Educação | 95 |
| Capítulo 5. Abril/Somos Educação e educação básica pública brasileira | 105 |
| 5.1. Sobre o mercado editorial e os livros didáticos..... | 105 |
| 5.2. O Programa Nacional do Livro Didático e os Sistemas Privados de Ensino..... | 110 |
| 5.3. Atuação da Abril/Somos no Programa Nacional do Livro Didático e nos Sistemas Privados de Ensino | 120 |
| Considerações Finais | 125 |
| Referências | 131 |
| Apêndice | 161 |

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar a atuação de grupos empresariais na educação básica pública brasileira, no contexto do capitalismo contemporâneo. Para realizá-lo, recorreremos a um estudo de caso da Abril/Somos Educação¹. O estudo aqui apresentado expressa um processo contínuo que venho desenvolvendo desde minha inserção no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe), em 2010, e a elaboração de minha Iniciação Científica/Trabalho de Conclusão de Curso². Também decorre de estudos e pesquisas sobre a privatização da educação que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do Greppe desde 2003 (ADRIÃO; DRAGONE, 2004; ADRIÃO; GARCIA, 2005; ADRIÃO; GARCIA; DRAGONE, 2008; ADRIÃO, 2009a, 2011, 2012, 2014, 2015).

Em particular, o trabalho ora apresentado está vinculado ao projeto “Gestão privada da educação pública: um olhar sobre o modelo de *charters school* nos EUA e sua aproximação para a realidade brasileira”, coordenado pela Prof. Dr. Theresa Maria de Freitas Adrião e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Essa vinculação está sustentada no pressuposto de que a educação pública no Brasil, tal qual em outros contextos³, torna-se campo para negócios – inclusive para a reprodução do capital financeiro –, vide o alto grau de concentração e centralização dos grupos empresariais atuantes nesse âmbito e sua relação com o capital financeiro, por meio dos mercados de ações ou, ainda, das fusões com grandes grupos internacionais.

Também assumimos, aqui, outras premissas, como a de Fernandes (1960, p.114), de que os problemas educacionais se entrosam com os demais problemas nacionais e, muitas vezes, são o ponto de partida para seu reconhecimento e sua solução, não se podendo perder de vista as relações existentes entre a organização do sistema educacional e o desenvolvimento econômico, cultural e social. E que, como apontado por Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p.8-9), as políticas públicas não são estáticas, mas empregadas estrategicamente e mediatizadas pelos conflitos sociais. Assim, a compreensão da atuação de grupos empresariais não pode se

¹ Depois da mudança de controle da Abril Educação, a companhia alterou sua designação social para Somos Educação (ABRIL..., 2015). Por esse motivo, utilizaremos, neste trabalho, o nome Abril/Somos Educação.

² IC/TCC denominado “O grupo empresarial Objetivo e a oferta educacional por municípios paulistas” (GALZERANO, 2012); vinculado à pesquisa “Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local”, realizada pelo Greppe, coordenada pela Prof^a Dr^a Theresa Maria de Freitas Adrião. Ambas as pesquisas contaram com financiamento da Fapesp.

³ Destacamos Dale (1994), Belfield e Levin (2002), Ball e Youdell (2007), Robertson e Verger (2012), Klees, Samoff e Stromquist (2012).

esgotar em sua esfera específica, tornando necessária sua contextualização na realidade educacional como um todo, bem como sua vinculação com a etapa atual da acumulação capitalista.

De maneira geral, nosso entendimento sobre essa etapa foi construído a partir das contribuições que a obra de Marx, em especial *O Capital*, nos legou sobre o funcionamento e a lógica capitalista no âmbito da reprodução financeira. Já em relação ao Brasil e suas particularidades enquanto país dependente, apoiamos-nos nas obras de Florestan Fernandes, valendo-nos igualmente das contribuições de Paulani (2008), Netto e Braz (2009), Fontes (2010), Berringer (2014), com quem compartilhamos a compreensão de que as características do capitalismo contemporâneo – intenso movimento de concentração / centralização de capital e de predominância do *capital fictício* –, aliadas às medidas neoliberais adotadas pelos Estados Nacionais, prejudicaram a autonomia dos Estados periféricos e ocasionaram um aprofundamento dessas relações de dependência.

O movimento global de privatização da educação se intensificou nos anos 1990, num contexto em que o modelo hegemônico neoliberal redefiniu a função estatal, no bojo dos processos de reforma dos Estados nacionais. No mais, autores como Ianni (1996), Chesnais (1997, 1999), Harvey (2012) destacaram que os movimentos de concentração e centralização se tornaram fundamentais no capitalismo contemporâneo, e que o “regime de acumulação mundial” passou a ser “predominantemente financeiro”.

O debate sobre o chamado processo de financeirização e suas consequências têm sido intenso⁴, sobretudo após a crise econômica desencadeada no mercado imobiliário dos Estados Unidos, em 2008. Nossa hipótese inicial era justamente a de que a financeirização das atividades da Abril/Somos Educação, a partir da abertura de seu capital na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros Bovespa), em 2011, impulsionou sua expansão e aumentou sua presença no setor público educacional.

Diversos foram os ajustes neoliberais que proporcionaram maior flexibilidade ao capital, permitindo-o atuar mais intensamente nas áreas sociais, como a educação. Para se ter ideia do movimento de concentração e centralização no âmbito educacional global, a *Bloomberg*⁵ publicou, em 2012, listagem com os maiores grupos empresariais com ações

⁴ Diversos autores têm se dedicado a esse estudo, dentre os quais destacamos Foster (2007, 2009); Dumenil e Lévy (2011); Harvey (2013); Shaikh (2011), Carcanholo e Sabadini (2009), MacEwan e Miller (2011) e Lapavistas (2009).

⁵ *Bloomberg* é um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro, com terminais de informações presentes em quase 100% dos bancos, corretoras e seguradoras no mundo (PINHEIRO, 2014, p.39).

negociadas em bolsas de valores. Três deles foram criados no Brasil: Kroton, Estácio e Abril/Somos Educação. (AÇÕES..., 2013).

Silva Junior e Sguissardi (2005), Sguissardi (2008, 2015), Oliveira (2009), Chaves (2010), sinalizaram a ocorrência de movimentos de aquisições e fusões de empresas no âmbito educacional brasileiro, sobretudo no ensino superior privado. Na educação básica, também é possível observar tais movimentos. Estudos desenvolvidos por Cassiano (2007, 2013), Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015) e Pinheiro (2014) acompanharam essa tendência, com destaque para as políticas referentes à aquisição de livros didáticos, atrelada ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e à adoção dos chamados Sistemas Privados de Ensino.

A venda de didáticos está relacionada ao PNLD, programa federal criado em 1985 e de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)⁶. Seu objetivo é prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários (FNDE, 2014a, 2014c).

Pesquisas coordenadas por Adrião (2009b, 2011, 2012, 2015) indicaram uma tendência crescente nos municípios paulistas, sobretudo naqueles com até 50 mil habitantes, a realizar parcerias com instituições privadas para adoção de Sistemas Privados de Ensino. Deve-se lembrar que:

Ainda que a expressão “sistema de ensino” seja teórica e juridicamente inapropriada para nomear o fenômeno aqui destacado, seu uso tem sido recorrente para designar uma “cesta de produtos e serviços” voltados para a educação básica e ofertados aos gestores públicos⁷. (ADRIÃO; GARCIA, 2010).

O termo sistema é aqui adotado, portanto, com um significado particular: para designar um ‘pacote’ de produtos e serviços, composto por material didático apostilado para alunos e de apoio para professores, assessoria pedagógica, formação continuada, procedimentos de avaliação (ADRIÃO et al, 2012, p.538).

Tais estudos já indicavam a Abril/Somos Educação como um dos maiores grupos atuantes na educação básica pública. A companhia surgiu em 2010, como um braço do grupo midiático Abril, pertencente à família Civita (ABRIL S.A., 2015); é composta por editoras,

⁶ O FNDE é uma autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação. Sua missão declarada é “prestar assistência técnica e financeira e executar ações que contribuam para uma educação de qualidade a todos” (FNDE, 2012a,b).

⁷ Para mais informações, ver o verbete “sistema” em Adrião e Garcia (2010).

Sistemas Privados de Ensino, colégios e cursos próprios, ensino de idiomas, e “soluções complementares”⁸, atendendo aos setores público e privado de ensino (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014).

Em julho de 2011, a Abril/Somos tornou-se uma companhia aberta e listada na Bovespa, atraindo a atenção de fundos de investimentos. No início de 2015, a gestora de fundos Tarpon adquiriu a totalidade das ações pertencentes à família Civita. Essa operação significou a saída do Grupo Abril do ramo educacional e a assunção do controle da Abril/Somos Educação pela Tarpon (GRUPO..., 2015).

Apesar de sua origem brasileira e de ter os valores mobiliários custodiados no Brasil, a maior parte do capital sob gestão da Tarpon vem das Américas, principalmente dos EUA. Em março de 2015, o Brasil correspondia a apenas 11% desse capital (TARPON INVESTIMENTOS S.A., 2015b). Para prestar serviços de assessoria financeira, a Tarpon possui, desde 2011, uma subsidiária integral da companhia em Nova Iorque – EUA (TISA NY, Inc.) (TARPON INVESTIMENTOS S.A., 2015a).

Estudos desenvolvidos por Freitas (2012, 2014a, 2014b) apontaram que, aliados aos interesses mercantis, os grupos empresariais vêm disputando a agenda educacional, com intuito de alcançar o controle pedagógico das escolas de educação básica. As consequências para o setor público são: estreitamento curricular, competição entre profissionais e escolas, aumento da segregação socioeconômica no território e dentro da escola, precarização da formação do professor, etc.

Diante do contexto apresentado, acreditamos que o estudo sobre a Abril/Somos Educação pode colaborar para o entendimento do movimento de grupos empresariais no âmbito da educação básica pública. Trata-se de um estudo de caso (ALVES-MAZZOTTI, 2006), pois a Abril/Somos Educação é reveladora das principais formas de atuação de grandes grupos empresariais no âmbito educacional, sobretudo nas estratégias mais recentes de captação de recursos, por meio da abertura de capital e listagem em bolsa de valores. Além de ser considerada a maior empresa atuante na educação básica no Brasil, no período de 2010 a 2015, a escolha se deve à nacionalidade brasileira do grupo, sua presença majoritária no mercado de livros didáticos, suas diferentes estratégias de atuação, seu foco na educação básica e, ainda, por ter sido a primeira empresa voltada para a educação básica a abrir seu capital em bolsa de valores (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014a, 2014b).

⁸ O termo é utilizado pela própria companhia. Mais informações serão apresentadas no *Capítulo 4*.

O período selecionado para a pesquisa das informações referentes à atuação da Abril/Somos Educação (2010-2015) tem início com a formação da Abril/Somos Educação, como um segmento do Grupo Abril, em 2010, até 2015, quando o controle da companhia foi assumido pela Tarpon.

Trata-se de uma pesquisa documental. Entendem-se como documentos os materiais escritos tais como jornais, revistas, relatórios, estatísticas etc. Para esta pesquisa, os documentos referem-se principalmente a materiais institucionais disponibilizados pela Abril/Somos Educação e seus principais controladores, o Grupo Abril e a Tarpon; a informações acessadas via internet, sobretudo por meio dos sítios eletrônicos das companhias; a dados coletados na imprensa de abrangência nacional e internacional; ao volume e valores de venda de livros didáticos e de Sistemas Privados de Ensino.

As informações sobre a Abril/Somos Educação e seus controladores foram coletadas, principalmente, nos documentos institucionais divulgados pelos grupos e pela BM&FBovespa, e na mídia de abrangência nacional e internacional, como *Folha de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Valor Econômico*, *ISTOÉ*, *Reuters*, *Bloomberg*, *The Financial Times*, *The Wall Street Journal* e *Hoovers*.

Os dados referentes à presença da companhia junto às redes públicas de ensino, por meio do fornecimento de livros didáticos e de Sistemas Privados de Ensino foram investigados nos endereços eletrônicos e materiais institucionais divulgados pelo próprio grupo, no endereço eletrônico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Com relação ao PNLD optamos por apresentar os dados em âmbito nacional, já no caso dos Sistemas Privados de Ensino priorizou-se o estado de São Paulo, pois, além da dificuldade na obtenção dos dados nos demais estados brasileiros⁹, pesquisas anteriores demonstraram que há maior incidência dessa política nos municípios paulistas (ADRIÃO, 2009a, 2011, 2012, 2015).

Parte desse estudo foi realizada num Estágio de Pesquisa¹⁰ na Universidade de Maryland, em College Park-MD, Estados Unidos, sob supervisão do Profº Drº Steven Klees. No período do estágio, não se viabilizou a realização de visita à subsidiária integral da Tarpon em Nova Iorque e de entrevistas com seus representantes naquela cidade; contudo, conseguimos

⁹ Há uma grande dificuldade no acesso aos gastos públicos fiscais, mesmos com a existência da Lei de Acesso à informação, que vigora desde 2011. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresentou maior transparência.

¹⁰ Financiado pela Fapesp por meio do fornecimento de uma Bolsa Estágio Pesquisa no Exterior (BEPE).

aprofundar nossa revisão bibliográfica bem como coletar informações acerca da Tarpon e da Abril/Somos Educação na mídia norte-americana.

No processo de revisão bibliográfica como um todo, as principais bases de dados utilizadas foram *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Banco de Dissertações e Teses da Capes, *Education Resources Information Center* (Eric) e *Education Source*¹¹, tendo como principais descritores: privatização, mercado financeiro e fundos de investimentos, sempre associados à educação pública.

Optamos por expor nosso objeto de estudo indo do mais geral ao mais específico, o que pode gerar a aparência de dois primeiros capítulos *distantes* do objeto. São, porém, de fundamental importância para sua compreensão.

No primeiro capítulo, apresentamos, em linhas gerais, a atual fase da acumulação capitalista bem como a categoria *capital fictício*, as particularidades do desenvolvimento capitalista brasileiro e a recente dinâmica da inserção de nosso país na nova etapa da acumulação capitalista, causando um aprofundamento das relações de dependência.

No segundo capítulo expomos a inserção dos grupos empresariais no âmbito educacional, demonstrando como o discurso e as práticas neoliberais intensificaram esse processo; bem como a atuação dos empresários na disputa pela agenda educacional e pelo controle ideológico da escola.

No terceiro capítulo iniciamos, mais especificamente, a exposição de nosso objeto, a Abril/Somos Educação. Apresentamos as mudanças na composição acionária da companhia desde a abertura de seu capital, em 2011; bem como a caracterização dos dois grupos que foram seus principais controladores: o Grupo Abril (2010 a 2014) e a Tarpon (a partir de 2015). As informações foram coletadas, principalmente, nos documentos institucionais divulgados pelos grupos e na mídia de abrangência nacional e internacional.

No quarto capítulo caracterizamos a Abril/Somos Educação: sua origem, os produtos e serviços por ela oferecidos, sua expansão, representada por número de aquisições, e algumas demonstrações financeiras (receita líquida, estrutura do capital, Ebitda – *Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*¹² –, lucro / prejuízo líquido). Os dados foram coletados nos sítios eletrônicos da companhia, por meio do acesso aos documentos institucionais e as suas Demonstrações Financeiras anuais, e na mídia nacional e internacional.

¹¹ O acesso aos bancos Eric e *Education Source* aconteceu durante a realização do estágio de pesquisa na Universidade de Maryland.

¹² Também chamado no Brasil de Lajida (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização).

No último capítulo apresentamos a atuação da Abril/Somos Educação em duas políticas nacionais para a educação básica: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e a adoção dos Sistemas Privados de Ensino. A opção por essas duas políticas se refere à importância dos recursos advindos delas para a receita da companhia e por estudos anteriores (CASSIANO, 2007, 2013; ADRIÃO, 2009a, 2011, 2012, 2014, 2015; PINHEIRO, 2014) terem demonstrado o intenso movimento de concentração / centralização nessas políticas. Os dados foram obtidos, principalmente, por meio de consulta ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Capítulo 1. Capitalismo contemporâneo e medidas neoliberais

A atuação dos grandes grupos empresariais no âmbito educacional público e a financeirização de suas atividades situa-se num contexto mais amplo em que o modelo hegemônico neoliberal redefiniu a função estatal, no bojo dos processos de reforma dos Estados nacionais, apresentando-se como uma alternativa para a crise do projeto de desenvolvimento capitalista do pós-guerra (HOBSBAWM, 1995; HARVEY, 2011).

Gomes (2015, p.18) afirma que essa crise, iniciada nos anos 1970, foi ocasionada pela “redução da rentabilidade do capital produtivo e a busca por compensar a perda de oportunidades de valorização, pela via da especulação”¹³. Para Netto e Braz (2009) e Paulani (2008) diversas foram as medidas adotadas com o objetivo de reverter a tendência da queda na taxa de lucro: desregulamentação dos mercados, sobretudo o financeiro, desterritorialização da produção, inexistência de proteção ao trabalho, ataque aos movimentos sindicais, redução e privatização de sistemas de seguridade social e de empresas e serviços estatais.

Ao justificarem a crise pelo “suposto gigantismo do Estado e sua excessiva intervenção no andamento da economia”, os neoliberais deram início a uma intensa ofensiva contra o Estado, sobretudo no que se refere à oferta de bens públicos e aos direitos dos trabalhadores (PAULANI, 2008, p.118). Nesse contexto, a partir da década de 1980, os meios de comunicação social atuaram no sentido de divulgar e legitimar as ideias neoliberais “como uma espécie de senso comum entre os serviços do capital e entre significativos setores da população de países centrais e periféricos” (NETTO e BRAZ, 2009, p.227).

Netto e Braz (2009) destacam que apesar de afirmarem a necessidade de “diminuir” o Estado, os neoliberais sabem que a economia capitalista não pode funcionar sem a intervenção estatal; o grande capital demanda essa intervenção

na proteção dos seus mercados consumidores [...]; na garantia de acesso privilegiado (via contratos públicos em setores estratégicos de alta tecnologia [...]); na obtenção de incentivos fiscais [...]; no apoio e assistência regulatória (comercial, diplomática, política e cobertura militar); e no apoio [...] para condicionar os países hospedeiros ou consumidores” (DREIFUSS, 1996:226-227 apud NETTO E BRAZ, p.227).

¹³ Segundo Marx (1991), há uma tendência gradual de queda na taxa média de lucro, pois quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, sob o modo de produção capitalista, tende-se a reduzir o dispêndio de capital naquilo que é o elemento gerador de valor (e mais-valor): a força de trabalho. Para o autor, entretanto, esta é uma tendência e como tal sua averiguação ou adequação só ocorre na concretude histórica e no decurso de longos períodos. Além disso, a análise da realidade histórica mostra que há fatores contrários à lei. O investimento no setor financeiro é um desses fatores. Para mais informações, ver Marx (1991), em especial os capítulos 13, 14 e 15.

O objetivo real era a diminuição das funções estatais que respondem à satisfação de direitos sociais. Ao proclamarem a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendiam é “um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO e BRAZ, 2009, p.227). Nessa linha, Paulani (2008, p.121-122) afirma que as medidas neoliberais não enfraqueceram o Estado, pelo contrário, “[..] ele tem de ser extremamente forte, no limite violento, para conduzir os ‘negócios de Estado’ da forma mais adequada possível para preservar e contemplar grupos de interesse específicos.”

Chesnais (1997, p.14) assevera que os governos dos Estados capitalistas adotaram, portanto, políticas de liberalização, desregulamentação e privatização, fornecendo ao capital mais liberdade para se mover no plano internacional. Para o autor, o contexto da década de 1990 é o de mundialização do capital, isto é, de liberdade quase total para o capital desenvolver-se, valorizar-se e acumular-se.

Para Ianni (1996, p.145), esse caráter internacional do capitalismo se efetiva na segunda metade do século XX, “quando adquire todas as características de um modo de produção global”. Afirma que o capital se desenvolve e se articula de diferentes formas no processo de reprodução ampliada, no qual os movimentos de concentração e centralização¹⁴ têm papel fundamental. Seguindo essa linha, Chesnais (1997) declara que, nesta conjuntura, o capital está mais concentrado e centralizado do que em qualquer outro período do capitalismo; concentração reforçada pelo movimento de centralização mediante fusões/aquisições:

A operação de aquisição/fusão surge da centralização do capital [...] ela se tornou, quase que invariavelmente, uma maneira de o capital já concentrado combater a queda da taxa de lucro absorvendo outras empresas, para juntar os mercados e eventualmente integrar algum elemento da capacidade de produção e de pesquisa tecnológica dessas últimas, mas desmantelando a sua maior parte. (CHESNAIS, 1997, p.29).

Para Netto e Braz (2009), os movimentos de concentração e centralização no setor econômico conduziram à concentração também no âmbito do poder político, revelando o

¹⁴ Entendemos os conceitos de concentração e centralização tal qual Marx (2013). O primeiro relaciona-se com o crescimento de capitais individuais e de capitalistas; o segundo trata-se de uma redistribuição dos capitais já existentes, não dependendo do crescimento do volume do capital social. Os processos são complementares; nas palavras de Marx (2013, p.703): “[...] a acumulação [...] é um procedimento extremamente lento se comparado com a centralização, que só precisa alterar o agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O mundo ainda careceria de ferrovias se tivesse de ter esperado até que a acumulação possibilitasse a alguns capitais individuais a construção de uma estrada de ferro. Mas a centralização, por meio das sociedades por ações, concluiu essas construções num piscar de olhos.”

caráter antidemocrático do capitalismo¹⁵, em especial do capitalismo monopolista. Dizem os autores:

[...] em consequência dessa concentração e centralização, os grupos monopolistas (ancorados em organizações que se tornaram corporações megaempresariais) desenvolveram interações novas (bem descritas por Dreifuss, 1996, p.94-126), nas quais a concorrência e a parceria encontram mecanismos de articulação que lhes asseguram um poder decisório especial. No topo dessas articulações, figura um restrito círculo de homens (e umas poucas mulheres) que constitui uma nova oligarquia, concentradora de um enorme poder econômico e político. (NETTO E BRAZ, 2009, p.224)¹⁶

Ressaltam que, por meio de seus *lobbies*, tomam decisões que afetam a vida de bilhões de homens e mulheres, “sem qualquer conhecimento ou participação destes (NETTO e BRAZ, 2009, p.225). Nesse sentido, nos anos 1970, há notadamente a atuação de instituições, agências e entidades de caráter supranacional, como FMI, Banco Mundial e outros organismos ligados à ONU:

Assim, além dos seus dispositivos próprios, o grande capital vem instrumentalizando diretamente a ação desses órgãos para implementar as estratégias que lhe são adequadas. O poder de pressão dessas instituições sobre os Estados capitalistas mais débeis é enorme e lhes permite impor desde a orientação macroeconômica, frequentemente direcionada aos chamados “ajustes estruturais”, até providências e medidas de menor abrangência. (NETTO e BRAZ, 2009, p.225).

Além dos movimentos de concentração e centralização, o capitalismo contemporâneo é caracterizado pela emergência do que Chesnais (1999, p.258) definiu como um “regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”. Nessa direção, Harvey (2012, p.41) afirma:

Cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações

¹⁵ É importante ressaltar que, para Netto e Braz (2009, p.174), “[...] a democracia política constitui, historicamente, uma conquista do movimento operário, uma vez que as ideologias burguesas sempre se empenham em mistificar a construção da democracia, identificando mentirosamente liberalismo/capitalismo/democracia. A análise histórica, quando levada a cabo objetivamente, mostra que o capitalismo tem caráter antidemocrático; somente a pressão das massas trabalhadoras torna-o, em alguma medida, compatível com a democracia política”.

¹⁶ Paulani (2008, p.124) destaca que, no capitalismo contemporâneo, “uma série de setores econômicos [são] dominados mundialmente, na maior parte dos casos, por não mais que uma dezena de grupos empresariais”.

globais bem mais sofisticadas, como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo tipo de negociação de futuros (HARVEY, 2012, p. 41).

MacEwan (1999) alerta que, no neoliberalismo, a desregulação é intensa, senão total, resultando em mais poder para os proprietários do capital. Em obra posterior (MacEwan; Miller, 2011), afirmam que a desregulação criou vários problemas na economia internacional e contribuiu fortemente para a emergência da crise econômica desencadeada no mercado imobiliário dos Estados Unidos, em 2008.

Após 2008, a crise foi fortemente intensificada. Sobre a *natureza* da crise, Herrera (2015, p.8) afirma:

A crise atual é mundializada, global, *sistêmica*; ultrapassa todas as crises internacionais do passado, em 1857, em 1907-1908 e mais ainda em 1929 e na década de 1930. O que entender então, hoje, por “crise sistêmica”? Significa dizer que o sistema não traz e, para nós, não trará mais soluções internas à dinâmica contraditória que ele mesmo produz.

A atual etapa da acumulação capitalista é, portanto, distinta do período pós Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970. A distinção não se relaciona apenas à globalização e às consequências da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, mas também e, principalmente, pela dominação do *capital especulativo parasitário*¹⁷ sobre todas as outras formas de capital (GOMES, 2015, p.14-15).

1.1. Crise, neoliberalismo e financeirização

Muitos autores¹⁸ têm se dedicado ao estudo do capitalismo contemporâneo, daquilo que alguns denominam financeirização, e dos recentes processos de crise. Antunes (2011, p.9) afirma:

Muito já se escreveu sobre a crise. Crise dos *subprime*, crise especulativa, crise bancária, crise financeira, crise global, réplica da crise de 1929 etc. Floresce uma fenomenologia da crise, na qual o que se falou ontem se torna obsoleto hoje.

¹⁷ Cf Carcanholo e Sabadini (2009).

¹⁸ Destacamos Foster (2007, 2009); Dumenil e Lévy (2011); Harvey (2013); Shaikh (2011), Carcanholo e Sabadini (2009), MacEwan e Miller (2011), Lapavistas (2009), entre outros.

A despeito dessa “fenomenologia da crise” e do alerta de Antunes (2011) para o risco de rápida obsolescência dessas interpretações, concordamos com Carcanholo e Sabadini (2009), quando afirmam que, para entender a atual etapa da acumulação capitalista, é necessário recorrer à categoria marxista *capital fictício*.

Recorrer aos estudos de Marx, neste caso, tem por objetivo se apropriar de algumas das contribuições profícuas que *O Capital* nos legou sobre o funcionamento e a lógica capitalista no âmbito da reprodução financeira.

Para Marx, inicialmente, o capital-dinheiro¹⁹ aparece simplesmente como um empréstimo feito por um prestamista (que possui um fundo de reserva) a um capitalista individual que precisa de capital para reinvestir na produção. Assim, a relação é expressa em $D - D - M - D' - D'$ ²⁰. A primeira parte ($D - D$) sinaliza o empréstimo de dinheiro como capital, a segunda ($D - M - D'$) representa o movimento do capitalista industrial para gerar e realizar valor, a terceira ($D - D'$) refere-se à devolução do dinheiro emprestado, com uma parcela do valor que foi realizado. O dinheiro, portanto, funciona como capital. Seu valor de uso, além de ser dinheiro, é o de funcionar como capital, ou seja, apropriar-se de uma parcela do valor, gerada pelo trabalho não pago (MARX, s/d).

O lucro que resulta dessa relação é dividido em duas partes, ambas provenientes da massa do valor: o lucro do empresário, destinado ao capitalista industrial, responsável pela produção; e os juros, destinados ao prestamista. O possuidor de dinheiro passa a ter direito a uma parte do valor justamente por possuir dinheiro e empregá-lo como capital (MARX, s/d).

Na aparência, a relação entre prestamista e capitalista advém de mero acordo jurídico, de contrato estabelecido. Assim, Marx (s/d, p. 403) afirma que “[...] o retorno do capital nessa transação não parece mais resultar do processo de produção e tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro”. Se, no movimento de troca de mercadorias, as relações sociais são encobertas e assumem “a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p.147), na relação do dinheiro como capital, essa reificação se renova intensificada. Tem-se a ilusão de que dinheiro produz dinheiro ($D - D'$). É o ápice do fetichismo (MARX, s/d).

¹⁹ Deve-se observar que a expressão capital-dinheiro, em traduções mais recentes d’*O capital*, tem sido substituída pelo termo “capital monetário”.

²⁰ A explicação de Marx refere-se aos fundamentos dessas relações, não se tratando, portanto, de um “modelo” de análise. D = dinheiro, M = mercadoria, D' = dinheiro em maior quantidade que D .

Para Marx, num certo estágio do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, o chamado capital portador a juros²¹ se torna uma mercadoria peculiar, já que seu valor de uso é o de dar as condições para produzir valor, tanto para quem o possui quanto para quem o vai tomar emprestado (MARX, s/d).

Quando o volume de capital na forma dinheiro cresce no processo de circulação, torna-se ainda menos perceptível a conexão real existente entre o processo efetivo de valorização do capital e os títulos de propriedade que dão direito a parcelas desses ganhos. Uma vez constituída a forma do capital portador a juros, e desenvolvido o sistema financeiro (concentração do capital-dinheiro; expedição de títulos de propriedade sobre ganhos que, num primeiro momento, estão vinculados a atividades reais e concretas), as movimentações de capital-dinheiro (na verdade, de suas representações como títulos de propriedade a juro) podem se expandir de modo a ultrapassar sua conexão com a base material, criando o que Marx chama de uma existência fictícia, o capital fictício (MARX, s/d). Nas palavras do autor:

Com o desenvolvimento do capital produtor de juros e do sistema de crédito, todo capital parece duplicar-se e às vezes triplicar-se em virtude das diferentes formas em que o mesmo capital ou o mesmo título de crédito se apresenta em diferentes mãos. A maior parte deste “capital-dinheiro” é puramente fictícia. Excetuando o fundo de reserva, todos os depósitos, embora sejam créditos contra o banqueiro, não têm existência efetiva. (MARX, s/d, p.541).

Quando esses títulos de propriedade mudam de mãos, cria-se um movimento autônomo em relação ao movimento do capital real, isto é, o preço dos títulos pode variar imensamente sem ter qualquer relação direta com a variação do valor real do capital que representam. Vide o exemplo das oscilações nos preços das ações presentes nas bolsas de valores. Marx (1988, p.13) afirma:

Ganhar e perder pelas flutuações de preço desses títulos de propriedade, bem como sua centralização nas mãos dos reis das ferrovias etc., torna-se virtualmente mais e mais resultado do jogo, que toma o lugar do trabalho, como modo original de adquirir propriedade do capital, e também o lugar da violência direta. Essa espécie de riqueza monetária imaginária não apenas constitui uma parte muito considerável da riqueza monetária dos particulares, mas também do capital dos banqueiros (MARX, 1988, p.13).

Carcanholo e Sabadini (2009, p.43) alertam que, embora o capital fictício apareça como consequência do capital portador a juros, ambos são diferentes. O capital portador a juros cria

²¹ Neste trabalho adotamos a expressão capital portador a juros. Na edição d’*O Capital* da Nova Cultural, o termo utilizado é capital produtor de juros.

uma ilusão social e de tal ilusão surge o capital fictício: o significado aparente do capital a juros é de que toda soma considerável de dinheiro gera uma remuneração, daí surge a ilusão que toda remuneração regular se origina da existência de um capital. Esse capital não tem significado para o funcionamento do sistema econômico, e por isso é chamado capital ilusório, mas quando o direito à remuneração está representado por um título que pode ser comercializado, vendido a terceiros, o capital ilusório converte-se em capital fictício; “o título comercializável é a representação legal dessa forma de capital”. Assim,

[...] o capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. E por que devemos chama-lo de capital fictício? A razão está no fato de que por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial. (CARCANHOLO E SABADINI, 2009, p.43).

Inicialmente o capital a juros aparece com o objetivo primordial de financiar a produção industrial; se apropria de uma parte do valor gerado no setor produtivo e contribui para aumentar a eficiência da produção e a velocidade da reprodução do ciclo do capital. Já o capital fictício não pode financiar o setor produtivo e comercial. Ainda para Carcanholo e Sabadini (2009, p.46)

[...] o capital a juros não pode ser confundido com o capital fictício que gera. Aquele corresponde a uma riqueza real que foi produzida sob a forma de excedente; este último é puramente fictício do ponto de vista global. O capital fictício gerado nessas condições é como o ‘reflexo em um espelho’ do capital a juros. São dois capitais diferentes: um é real e o outro submetido à dialética real/fictícia.

Em síntese, Carcanholo e Sabadini (2009, p.45) afirmam que:

[...] o capital fictício tem como origem três fontes: a) a transformação em títulos negociáveis do capital ilusório, b) a duplicação aparente do valor do capital a juros (no caso das ações e dos títulos públicos) e c) a valorização especulativa dos diferentes ativos. Esse capital fictício de três diferentes origens tem em comum o fato de que, ao mesmo tempo em que é fictício, é real. É real do ponto de vista do ato individual e isolado, no dia-a-dia do mercado, que dizer, do ponto de vista da aparência; é a dialética fictício/real.

Para os autores, o capital fictício mudou de caráter ao transformar-se de polo dominado para dominante e, por isso, o denominam *capital especulativo parasitário*, e chamam a fase

atual do capitalismo de *capitalismo especulativo*. Nesse contexto, eles trabalham com a noção de *lucros fictícios*. Segundo eles, “Expressando a mais pura natureza dialética, os lucros fictícios são reais e fictícios ao mesmo tempo, desde que compreendidos pela perspectiva individual e da totalidade, respectivamente.” (CARCANHOLO E SABADINI, 2009, p.41)

Os lucros fictícios são verdadeiros do ponto de vista individual e isolado, no sentido de que é possível comprar qualquer coisa com ele, por exemplo. Mas sob o ponto de vista da totalidade, os lucros não advêm do excedente-valor produzido pelo trabalho, portanto, não possuem realidade substantiva. Para os autores, “[...] esses lucros são pura ‘fumaça’. Da mesma maneira que apareceram como mágica, da noite para o dia, podem desaparecer a qualquer momento, em razão das oscilações especulativas dos valores dos ativos.” (CARCANHOLO E SABADINI, 2009, p.50).

Para os mesmos autores, os lucros fictícios aparecem como uma estratégia de contra tendência à queda da taxa de lucro, mas não podem “constituir-se em sustentação da continuidade do capitalismo” sem um incremento adicional da exploração do trabalho. Ou seja, para que outros setores onde não se produz o valor, como o financeiro, possam manter sua dinâmica de ampliação (concentração de riqueza), é necessário que as fronteiras da exploração da força de trabalho, onde se produz efetivamente o valor, também o sejam.

Nesse contexto, a concentração da riqueza atinge patamares ainda mais elevados, pois esse movimento permite a acumulação de capital por parte de proprietários sem que o trabalho, imediatamente, seja necessário. Por outro lado, aos trabalhadores que não detêm a propriedade do capital (meios de produção) resta participar desse processo como força de trabalho explorada, tendo uma parte significativa de seu esforço não remunerada, mas expropriada pelo capitalista que o emprega. A capacidade de expropriação da classe trabalhadora, portanto, é estendida para além dos capitalistas industriais, e atinge o nível do setor financeiro.

1.2. Contexto brasileiro: capitalismo dependente e tendências recentes

Diversos autores (PAULANI, 2008; NETTO e BRAZ, 2009; FONTES, 2010; BERRINGER, 2014) afirmam que as características do capitalismo contemporâneo – intenso movimento de concentração/centralização de capital e predominância do capital fictício – aliadas às medidas neoliberais adotadas pelos Estados Nacionais, prejudicaram a autonomia dos Estados periféricos e ocasionaram um aprofundamento das relações de dependência.

Para compreender tais relações e o contexto brasileiro atual, consideramos necessário apropriar-nos de contribuições teóricas e políticas de Florestan Fernandes no que se refere à particularidade do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Fernandes (2005) afirmava que não há um único padrão de desenvolvimento capitalista, de caráter universal e invariável. Podem existir vários padrões que se sucederam ou ocorreram simultaneamente na evolução histórica. Sobre o caso brasileiro, afirmava o autor que, em nenhuma das três fases que marcam a evolução interna do capitalismo brasileiro, tivemos uma réplica do desenvolvimento capitalista das nações tidas como centrais e hegemônicas²² (FERNANDES, 2005, p.261).

Para compreender o desenvolvimento do capitalismo, é preciso compreender a Revolução Burguesa, pois essa

[...]denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial. Há, porém, um ponto de partida e um ponto de chegada, e é extremamente difícil localizar-se o momento em que essa revolução alcança um patamar histórico irreversível, de plena maturidade e, ao mesmo tempo, de consolidação do *poder burguês* e da *dominação burguesa*. (FERNANDES, 2005, p.239, grifos do autor).

Não há, porém, um único modelo de Revolução Burguesa – o chamado “modelo clássico”, típico de países de capitalismo central. Para Fernandes (2008, p.126), há uma Revolução Burguesa característica de países de capitalismo dependente:

Apesar de assimilarem os padrões de organização econômica dos países dominantes da mesma constelação civilizatória, eles não possuem condições socioeconômicas para desencadear um fluxo de riquezas suscetível de saturar e de conferir realidade histórica plena àqueles padrões de organização econômica. Sob esse aspecto, pode-se falar num estilo de “revolução burguesa” típico dos países de economia capitalista subdesenvolvida. No caso brasileiro tal coisa parece evidente e demonstra o caráter descontínuo, extremamente lento e desigual com que essa revolução se desenrola no tempo ou se propaga no espaço.

Grosso modo, poder-se-ia dizer que, no caso brasileiro, tal qual em outros países da América Latina, os interesses das classes dominantes são tomados como os interesses gerais da

²² Segundo Fernandes (2005), três são as fases do desenvolvimento capitalista brasileiro: 1) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; 2) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; 3) fase de irrupção do capitalismo monopolista. As passagens de uma fase a outra não representam uma total ruptura com o passado, pelo contrário, nota-se uma mescla de “novos” e “velhos” elementos. Para informações mais detalhadas, ver Fernandes (2005).

nação. Nesse sentido, “as classes sociais [dominantes] falham [...] porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais” (FERNANDES, 2009, p.49). A burguesia brasileira, portanto, não opera com o objetivo da revolução nacional democrática, no sentido de autonomização e como interesse geral da nação, como é o caso das burguesias “clássicas” dos países centrais. No Brasil, a democracia burguesa não se instaura para todos; ela é limitada aos círculos das classes dominantes.

A esse fator “interno”, de particularidade da formação de nossa burguesia, soma-se o fator “externo”, que se refere à dominação de nosso país em relação às nações hegemônicas, de capitalismo central. Resulta, segundo Fernandes (2009), uma dupla articulação, estrutural e histórica, que explica a particularidade do desenvolvimento capitalista nos países dependentes. Sobre isso, o autor afirma:

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda. A situação heteronômica é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais e dinâmicos, internos e externos. Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados. (FERNANDES, 2009, p.34).

O interesse econômico dos países hegemônicos pelas nações periféricas é denotado pela especificidade mesma do capitalismo dependente. Esse reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo, mas possui um componente específico: a institucionalização da acumulação de capital se dá para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos. Isso significa, a rigor, que as nações dependentes são vistas como “fontes de excedente econômico e de acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas” (FERNANDES, 2009, p.28).

Para continuar a expropriação do excedente econômico dos países “em desenvolvimento”, as nações capitalistas hegemônicas precisam “favorecer a estabilidade e a eficácia do poder burguês nas economias capitalistas periféricas. (FERNANDES, 2005, p.309). Quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais os países capitalistas centrais necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente; precisam “não só de uma burguesia articulada

internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas auto defensivas e repressivas da dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p.342).

A dupla articulação (fatores internos e externos) “acarreta um estado de conciliação permanente de tais interesses entre si” (FERNANDES, 2005, p.293) em que se cria

[...] uma realidade econômica que só varia no sentido de reproduzir-se através de novas condições ou novas combinações. O padrão de acumulação, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. [...] Isso não quer dizer que o capitalismo dependente ‘falhou’. Ele está preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover o crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobreapropriação repartida do excedente econômico (FERNANDES, 2009, p.61-62).

Para Fernandes (2005, p.343), a Revolução Burguesa, na periferia, é “por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias”. O fator político – mais do que o econômico – ganha importância no desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes.

No sentido apontado por Florestan Fernandes, não é correto afirmar que a Revolução Burguesa foi “frustrada” nos países de capitalismo dependente; entretanto, ela aparece “como conexão histórica não da ‘revolução nacional e democrática’, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe” (FERNANDES, 2005, p.251).

A situação de dependência dos países periféricos foi reforçada e intensificada com a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Segundo Fernandes (2009, p.30), naquele, assistíamos a uma concorrência nacional entre economias capitalistas avançadas, este, representa “uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo”. Sobre esse período, Fernandes (2005, p.296-297) afirma:

O fim da Segunda Guerra Mundial delimita o início de uma nova era, na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa ser vital para o ‘mundo capitalista’, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo.

Portanto, para sua própria sobrevivência, o novo padrão de desenvolvimento capitalista “[...] terá de gerar, em termos estruturais, funcionais e históricos, novas modalidades de dependência em relação às economias centrais e novas formas relativas de subdesenvolvimento; e não como algo transitório, mas permanente”. (FERNANDES, 2005, p.304). E se a transição do capitalismo competitivo para o monopolista foi difícil até mesmo para países de capitalismo central, no caso dos países periféricos, poucos conseguiram fazer a transição “por meio de processos normais de *conquista econômica*”, ao passo que os demais foram submetidos à estratégia de penetração das grandes corporações em seus territórios. Tais corporações se instalaram e se expandiram na periferia, passando a assumir o “controle parcial mas em intensidade da exploração e da comercialização internacional de matérias-primas, da produção industrial para o mercado interno, do comércio interno, das atividades financeiras etc.” (FERNANDES, 2005, p.295).

Sob o capitalismo monopolista, o imperialismo²³ torna-se um *imperialismo total*, nas palavras de Florestan Fernandes. Ele opera a partir de dentro e em todas as direções:

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (FERNANDES, 2009, p.27).

No capitalismo contemporâneo, pós crise de 1970, a incorporação não se faz mais à economia capitalista central, mas ao império econômico das grandes corporações envolvidas. Ressalta-se que aliadas às empresas corporativas visíveis, estão as instituições não visíveis: “instituições oficiais, semioficiais ou privadas, encarregadas de conduzir a política de controle global das finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação de massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos”. (FERNANDES, 2009, p.32). Ambas as instituições – visíveis e invisíveis – atuam no sentido de incorporar os países dependentes ao espaço econômico e sociocultural dos países centrais, reforçando, assim, a situação de dependência.

²³ Segundo Campos e Sabadini (2014, p.2), diversos autores marxistas (Rosa Luxemburg, Vladimir Lênin, Karl Kautsky e Nikolai Bukharin) explicaram o imperialismo “como resultado da concentração e centralização do capital que gestaram o capital financeiro, conduzindo a expansão de mercados em meio às rivalidades estatais que se transformaram em guerras, reformas e revoluções”.

As obras de Florestan Fernandes ajudam-nos a compreender que o capitalismo dependente não é uma “casualidade”. E, enquanto houver articulação da economia periférica às economias centrais, a situação de dependência se manterá, ainda que com mudanças possíveis no padrão de dominação imperialista.

Nossa situação de dependência revela três realidades estruturais diversas, que não foram superadas em nenhuma das fases do desenvolvimento capitalista brasileiro: a) concentração social e regional; b) coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas histórias’; c) exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente (FERNANDES, 2009).

Para Paulani (2008), ainda que haja transformações substanciais na relação centro-periferia, a dependência ainda é recorrente em toda a história latino-americana. Com relação ao capitalismo contemporâneo, Netto e Braz (2009) afirmam que o grande capital propõe *desregulamentação universal*, no sentido de acabar com as barreiras a mercadorias e capitais, mas na verdade, para os autores, é apenas para contrapor os países centrais dos periféricos, pois na prática os países imperialistas dificilmente desregulam seus mercados internos. Mas querem que o façam os países dependentes e periféricos.

1.2.1. Neoliberalismo e financeirização no Brasil: um projeto em curso

Às transformações do desenvolvimento capitalista é preciso agregar fatores sociopolíticos internos para entender o contexto brasileiro. Para Paulani (2008), as elites tiveram papel fundamental no sentido de “abraçar” o projeto neoliberal. Nessa linha, para Fontes (2010, p.258):

A adesão empresarial brasileira ao programa globalizante ou neoliberal, implementado em ritmo próprio, segundo correlações de forças cambiantes entre as diversas frações do empresariado (SAES, 2001; BOITO Jr., 1999; BIANCHI, 2001 e 2004), expressava um salto em direção a novo patamar de concentração de capitais, com a participação de capitais estrangeiros, exigindo rearranjos no interior da classe dominante brasileira e resultando em aprofundamento do predomínio do capital monetário, associando estreitamente os interesses de todos os setores monopolistas: industriais urbanos ou rurais, fabris ou de serviços; comerciais; bancários e financeiros não bancários, que tiveram enorme crescimento na década.

O Brasil do final dos anos 1980 não estava adequadamente preparado para desempenhar seu papel na nova etapa da acumulação capitalista. Para se transformar numa economia

financeiramente emergente era preciso combater as altas taxas de inflação, abrir a economia, controlar os gastos do Estado, reformar o sistema previdenciário, etc. Paulani (2008, p.93) afirma:

Travestida em pregação pela ‘modernização’ do país, empurrada pelo argumento de que estaríamos perdendo o bonde da história e a possibilidade de adentrar no admirável mundo novo da globalização, a doutrina neoliberal funcionou como discurso de convencimento, num país recentemente redemocratizado e com o movimento de massas se institucionalizando, para que se operassem as mudanças que nos colocariam decisivamente no papel de prestamistas (no sentido de prestacionistas) (PAULANI, 2008, p.93)

O discurso e as práticas neoliberais começaram a se afirmar no Brasil após as eleições presidenciais de 1989, mas foi com a posse de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no início de 1995, que o discurso de “modernizar” o país tomou corpo. Para tanto, era preciso enfrentar o problema do tamanho e do grau da intervenção do Estado na economia, sobretudo pelos deveres a ele adicionados na Constituição de 88 (ANTUNES, 2005; PAULANI, 2008).

As medidas de reforma estatal foram implantadas no Brasil a partir das proposições do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE)²⁴, tais como a adoção da administração gerencial e a transferência da oferta de serviços públicos para as esferas administrativas locais por meio da descentralização (PERONI, 2013).

As alterações propostas no PDRAE foram materializadas, entre outras, na Emenda Constitucional n.19, de 1998, que introduziu mudanças na gestão da administração pública, consolidando a relação entre tal gestão e a iniciativa privada. As funções que antes eram exclusivas do Estado passam a ser privatizadas (ADRIÃO, BEZERRA, 2013).

Paulani (2008) destaca uma série de medidas que foram adotadas no sentido de produzir benefícios legais aos credores do Estado e ao capital em geral²⁵. Destacamos a Lei Complementar n.101 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), aprovada em 2000. Este dispositivo

²⁴ O PDRAE foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE) e aprovado em 21 de setembro de 1995 pela Câmara da Reforma do Estado. Esta era composta e presidida pelo ministro-chefe da Casa Civil (Clóvis Carvalho) e pelos ministros da Fazenda (Pedro Malan), do Trabalho (Paulo Paiva), do Planejamento e Orçamento (José Serra), do Estado-Maior das Forças Armadas (Gen. Benedito Onofre Bezerra Leonel) e da Administração e Reforma do Estado (Luiz Carlos Bresser Pereira). Em seguida, o documento foi submetido ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que o aprovou em novembro de 1995 (BRASIL, 1995).

²⁵ Para ver mais sobre as medidas legais, ver Paulani (2008).

[...] acabou por estabelecer uma hierarquia nos gastos públicos que coloca em primeiríssimo e indisputável lugar o credor financeiro, em detrimento da alocação de recursos com fins distributivos (políticas de renda e políticas públicas de modo geral) e da viabilização de investimentos públicos. O governo federal, no entanto, escapa da sanha da LRF, visto que não impõe nenhum controle ou sanção aos que decidem a política de juros e elevam a dívida pública do país em favor dos credores nacionais e internacionais. (PAULANI, 2008, p.97).

Durante seus dois mandatos consecutivos (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002), FHC fortaleceu transformações incipientemente iniciadas sob a gestão Collor: programas de estabilização econômica e de reformas estruturais orientadas para o mercado, como as privatizações, a liberalização comercial e a abertura externa (ANTUNES, 2005; PAULANI, 2008).

Nas eleições presidenciais de 2002, a campanha eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) foi marcada por um discurso moderado. O partido tinha o apoio eleitoral de movimentos sociais e sindicais, mas precisava buscar alianças junto a instituições financeiras internacionais e a burguesia brasileira para chegar à presidência (BERRINGER, 2014). Por isso lançou, em junho de 2002, a “Carta ao Povo Brasileiro” em que defendia o respeito aos contratos e compromissos internacionais e uma transição moderada para um modelo que associaria crescimento com estabilidade econômica e responsabilidade fiscal²⁶ (LULA DA SILVA, 2002).

Os Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) foram os destaques do governo Lula. A estratégia de crescimento econômico organizou-se a partir de dois objetivos principais: “enfrentar o estrangulamento na infraestrutura econômica nas áreas de energia, transporte e portos; e incentivar a iniciativa privada a sair da especulação financeira e realizar investimentos produtivos.” (SAMPAIO JR., 2007).

Sobre o primeiro mandato de Lula (2003-2006), Netto (2013, s/p) assim sintetiza:

[...] Lula da Silva deu plena continuidade à orientação macroeconômica implantada por Fernando Henrique Cardoso e seu Partido da Social-Democracia Brasileira/PSDB – entregando, por exemplo, a direção do Banco Central a um ex-servidor do Bank of Boston (homem, portanto, inteiramente confiável ao “mercado” e aos “investidores”) e implementando a Lei de Responsabilidade Fiscal, exigida por instituições como o FMI e o Banco Mundial. Se não avançou nas privatizações – processo escandaloso sob a presidência de Cardoso –, conduziu a nível mais profundo a reforma previdenciária, que Cardoso não pôde levar a cabo precisamente pela oposição

²⁶ A íntegra da carta pode ser acessada em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>.

parlamentar antes comandada pelo PT. Governando com uma base parlamentar extremamente ampla (uma coalizão que agrupa interesses políticos francamente fisiológicos e oportunistas), o primeiro mandato de Lula da Silva praticamente imobilizou a oposição (liderada pelo PSDB) na medida mesma em que lhe roubou o programa econômico-social, que, naturalmente, envolvia o rigoroso pagamento da dívida pública (externa e interna).

Com relação aos dispositivos legais, Paulani destaca que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva deu continuidade à primazia do credor financeiro ao aprovar, em 2005, a Lei n.11.101 (Lei das Falências):

[...] Lula produz para os credores do setor privado o mesmo aumento de direitos que a LRF de FHC produzira para os credores do setor público. Vendido como parte da ‘modernização’, o novo dispositivo legal dá maior prioridade às dívidas financeiras garantidas por bens móveis ou imóveis, colocando-as à frente das dívidas tributárias e das dívidas trabalhistas de valor superior a R\$39 mil. (PAULANI, 2008, p.135).

Já em seu segundo mandato (2007 – 2010), Lula estimulou um intenso processo de concentração e centralização de capital na medida em que ofereceu recursos financeiros, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a grandes grupos capitalistas para investimentos no país e no exterior (NETTO, 2013).

Simultaneamente aos incentivos à iniciativa privada, em seus dois mandatos, o governo Lula realizou políticas compensatórias de “alívio” social (PINASSI, 2011). O Bolsa Família, criado em 2003 e regulamentado em 2004, tem um custo baixo se comparado ao conjunto orçamentário da União: “em 2009, não passou da casa dos 12,4 bilhões de reais – enquanto, por exemplo, as despesas com o serviço da dívida (juros mais amortizações, exclusive o refinanciamento) consumiram 380 bilhões de reais” (NETTO, 2013, s/p).

Com amplo apoio de setores da burguesia interna e externa e das camadas populares, Lula tornou-se “o ‘presidente mais popular de toda a história do Brasil’, segundo pesquisas realizadas no mês de dezembro de 2010”, com índice de popularidade de 87%. Assim, derrotou a oposição, representada pelo PSDB, e impulsionou a sucessão de sua candidata Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 (PINASSI, 2011, p.109).

Analisando os governos do PT, Leher (2013, p.99) afirma que Lula e Dilma contribuíram fortemente para uma desnacionalização da economia. De 2004 a 2011, 1.296 empresas foram desnacionalizadas, resultando em um aumento das remessas totais de lucros que foram para fora do país – de US\$ 25,198 bilhões, em 2004, para US\$ 85,271 bilhões, em 2011.

Não à toa, Paulani (2008, p.9) defende que “[...] o Brasil vem se transformando a passos largos numa plataforma de valorização financeira internacional”:

Abraçado o projeto neoliberal, vendeu-se a ideia de que o Brasil pegaria o bonde da história pela via do comércio exterior [...] Mas o Brasil entrou no bonde da história por outra porta e transformou-se em plataforma de valorização financeira internacional, bem em linha com o espírito rentista e financista dos dias que correm. Em seu papel, juntamente com sua função de produzir bens de baixo valor agregado e, de preferência, com a utilização de mais-valia absoluta [...] completa a caracterização da participação do Brasil na divisão internacional do trabalho do capitalismo contemporâneo”. (PAULANI, 2008, p.131-132).

Nessa linha, Berringer (2014) destaca a importância do Investimento Externo Direto (IED) como via de exportação de capitais e de domínio econômico dos países imperialistas. Sobre isso, Leher (2013, p. 99) apresenta dados significativos:

Conforme relatório da Organização das Nações Unidas, em 2012 o país [Brasil] se tornou o quarto maior destino de investimentos no mundo (Estados Unidos, China e Hong Kong são os três maiores): recebeu US\$ 65,3 bilhões neste ano e US\$ 66 bilhões em 2011. De janeiro de 2004 a novembro de 2012 entraram no Brasil US\$ 332,686 bilhões em “investimento direto estrangeiro”. Os valores são sumamente significativos, considerando que houve uma redução global de 18% nos níveis globais de investimentos, que alcançaram apenas US\$ 1,3 trilhão em 2012. Em 2009, o pior ano para a economia mundial desde 1929, os investimentos haviam somado apenas US\$ 1,2 trilhão. Resulta, desse enorme deslocamento de capital, um extraordinário processo de aquisições de empresas nacionais, em especial por fundos e corporações dos Estados Unidos da América.

Em suma, ao fazer concessões “na macroeconomia, na questão agrária, no repasse de recursos públicos para as frações rentistas e na forma de inserção do país na economia-mundo” (LEHER, 2013, p.97), as políticas adotadas pelo Estado brasileiro, no capitalismo contemporâneo, visaram atender, prioritariamente, aos interesses do grande capital internacional e da burguesia brasileira (BERRINGER, 2014).

Essa breve digressão teve como intuito mostrar que a dinâmica da inserção brasileira no âmbito da predominância financeira – e do *capital fictício e parasitário* – perpassaram todos os governos recentes, não sendo uma especificidade de nenhum deles. Isso não quer dizer que este processo foi determinado mecanicamente e aconteceu sem conflitos; não há dúvida de que esses ocorreram ora propiciando uma aceleração e um aprofundamento das relações de dependência, ora impondo obstáculos.

Nos capítulos seguintes trataremos das formas como os grandes grupos empresariais se apropriam em larga medida do campo educacional brasileiro, prova viva da intensificação das relações de dependência.

Capítulo 2. Grupos empresariais e educação no contexto do capitalismo contemporâneo

Vimos que, no capitalismo contemporâneo, uma série de medidas governamentais foi sendo tomada pelos Estados Nacionais no sentido de conferir ao capital a flexibilidade demandada pelos setores dominantes para que pudessem realizar todas as oportunidades de acumulação, onde quer que estivessem (PAULANI, 2008). Segundo Netto e Braz (2009, p.222), os setores de serviços também passaram a ser controlados pelo grande capital, por isso nessas áreas também se constata tendência à concentração e à centralização (em direção à monopolização). Em realidade, para os autores, é justamente na desnacionalização da economia e na privatização de serviços antes prestados pelo Estado que o capital encontra suas maiores oportunidades de investimento.

Para que fosse possível expandir a atuação do capital nas áreas sociais, o discurso neoliberal disseminou a ideia de que as políticas sociais também sofrem de uma crise de eficiência, eficácia e produtividade, já que mal gerenciadas pelo Estado. Por isso defendeu-se medidas de descentralização e privatização desses serviços (ADRIÃO, 2006).

Organismos internacionais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) contribuíram para o avanço das ideias do livre mercado como base para o desenvolvimento²⁷ (ROBERTSON; VERGER, 2012, p.1137). Nas propostas do BM para países “em desenvolvimento” “são enfatizadas melhorias na eficiência dos gastos públicos e, nos setores sociais, melhor escolha da população alvo e ampliação da prestação de serviços aos pobres” (TOMMASI, 1996, p.197). Para Torres (1996, p.138):

As propostas do Banco Mundial para a educação são feitas basicamente por economistas dentro da lógica e da análise econômica. A relação custo-benefício e a taxa de retorno constituem as categorias centrais a partir das quais se define a tarefa educativa, as prioridades de investimento (níveis educativos e fatores de produção a considerar), os rendimentos, e a própria qualidade.

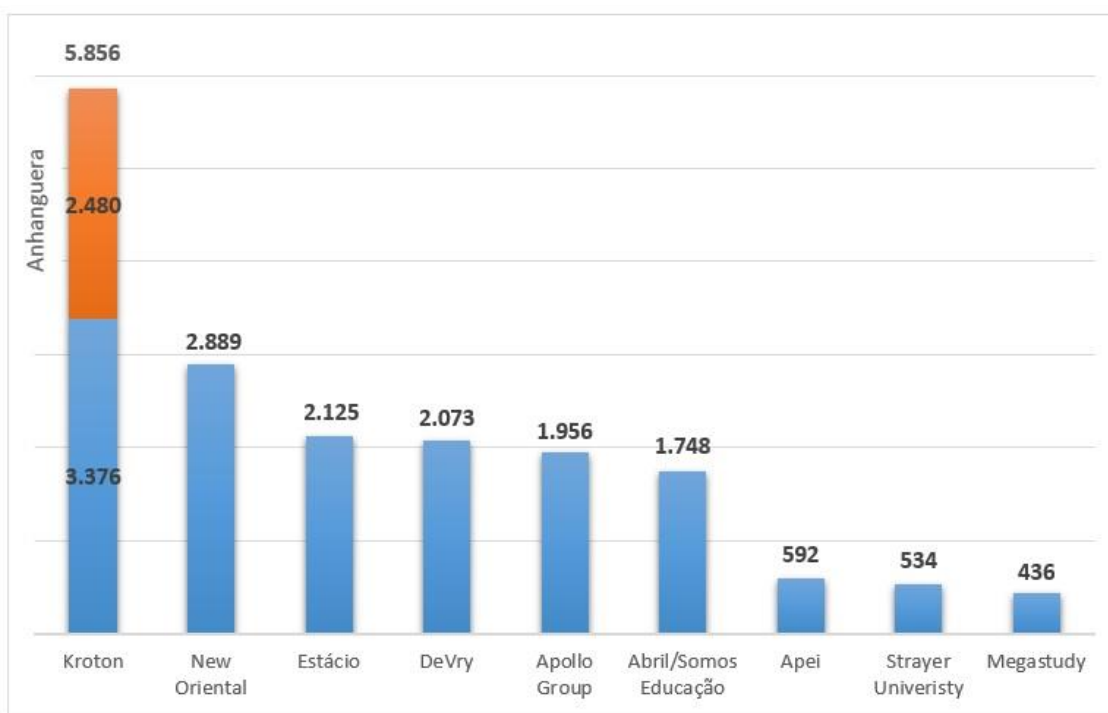
Autores que estudam os impactos das reformas neoliberais para as políticas sociais e, em particular, para as educacionais, afirmam que a educação passa da esfera do direito para a

²⁷ Diversos autores discutem a influência do BM nos países “em desenvolvimento”. Destacamos: Torres (1996), Tommasi (1996), Haddad (1998), Leher (1999), Altmann (2002). Mais recentemente, Klees, Samoff, Stromquist (2012) atualizam o debate com a análise das estratégias 2020 do Banco Mundial para a educação (BIRD/BANCO MUNDIAL, 2011).

do mercado, enfatizando resultados, trabalho individualizado, avaliações meritocráticas e padronização (FRIGOTTO, 2001; NORONHA, 2002; GENTILI, 2009; ADRIÃO, 2009b; PERONI, 2013).

Nesse contexto, temos assistido a uma tendência global de privatização da educação, marcada por um alto grau de concentração e centralização dos grupos empresariais atuantes nesse âmbito e sua relação com o capital financeiro, por meio dos mercados de ações ou ainda, das fusões com grandes grupos internacionais (DALE, 1994; BELFIELD E LEVIN, 2002; BALL E YOUDELL, 2007; ROBERTSON E VERGER, 2012; KLEES, SAMOFF E STROMQUIST, 2012; ADRIÃO, 2015). Na listagem, publicada pela *Bloomberg*, tem-se uma ilustração geral desse movimento:

Gráfico 1 – Valor de mercado de empresas de educação nas bolsas, em milhões de dólares, 2012



Fonte:

Elaboração própria com base em Ações..., 2013.

Três desses grupos foram criados no Brasil: Kroton²⁸, Estácio²⁹ e Abril/Somos Educação. Os dois primeiros têm atuado prioritariamente no ensino superior, enquanto a Abril, na educação básica. Independentemente do país de origem (periféricos e centrais), Pinheiro (2014, p.39) assinala que as empresas parecem apresentar características semelhantes:

[...] 1) possuem alta lucratividade e controlam grandes mercados; 2) fusões e aquisições fazem parte de sua estratégia de crescimento, 3) sua propriedade é representada por ações, em geral negociadas em bolsas de valores, controladas por fundos de investimentos, gestoras e bancos; 4) em sua maioria são oriundas de países de capitalismo central e exportam mercadorias, serviços e capitais para dezenas de países; 5) se associam a outras grandes empresas ao redor do mundo, 6) estabelecem a *união pessoal* entre distintas frações burguesas e destas com o Estado e 7) produzem e comercializam uma ampla gama de mercadorias e serviços.

Almiron e Segovia (2012), por meio de um estudo do Grupo Prisa³⁰, atentam para a atuação de grandes corporações, afirmando que, de modo geral, iniciam como pequenos grupos, expandem suas atividades e chegam a ser radicalmente transformados em termos de estrutura e natureza quando se concentram. Tal tendência também já havia sido verificada em trabalhos desenvolvidos por Cassiano (2007, 2013), Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015) e Pinheiro (2014).

2.1. Acordos comerciais e a comercialização da educação

A formação de grandes conglomerados na educação relaciona-se com a criação, em 1995, da Organização Mundial do Comércio (OMC), que substituiu o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT, em inglês), e do Acordo Geral sobre Comércio e Serviços (GATS, em inglês), como resultado das negociações da Rodada Uruguai. Pela ausência de barreiras,

²⁸ O surgimento da Kroton remete ao ano de 1966 com a criação do curso pré-vestibular Pitágoras, em Belo Horizonte – MG. O nome Kroton Educacional surge em 2007, com a abertura de capital do Pitágoras na BM&FBovespa. Em 2013, ocorreu a fusão com as faculdades Anhanguera. Atualmente, o grupo atua na educação básica e no ensino superior, sendo considerada a maior empresa de educação do mundo. É lícito ressaltar que o grupo não possui controladoria definida, mas seu Conselho de Administração é composto somente por brasileiros (KROTON EDUCACIONAL S.A, 2016a, b). Para mais informações sobre o grupo, ver Sebim (2014).

²⁹ A Estácio surgiu em 1970, com a criação da Faculdade de Direito Estácio de Sá, no Rio de Janeiro. Atualmente conta com 4.564 colaboradores administrativos e com um corpo docente de 7.719 professores (ESTÁCIO, [s/d]). Em julho de 2016 ocorreu a fusão da Kroton com a Estácio, criando uma gigantesca empresa atuante na educação, em especial no ensino superior (ESTÁCIO..., 2016).

³⁰ Empresa espanhola que atua no Brasil desde 2001 (GRUPO PRISA, 2014).

grupos empresariais nacionais e estrangeiros passaram a ter o mesmo tratamento, independentemente da necessidade da nação³¹ (KLEES, 2008).

O GATS foi assinado por países membros da OMC em 1995, com o objetivo de liberalização progressiva dos serviços. A lista inclui 12 tipos: 1) negócios; 2) comunicação; 3) construção e serviços de engenharia afins; 4) distribuição; 5) educação; 6) ambientais; 7) finanças; 8) saúde e afins; 9) turismo, viagens e afins; 10) esporte, cultura e recreação; 11) transportes; 12) outros serviços não mencionados em qualquer outro lugar (SIQUEIRA, 2004).

O Brasil não aderiu a proposta de abrir o setor de educação na OMC com a justificativa de que concebia a educação como “bem público e direito humano fundamental”. Se, por um lado, a educação brasileira não foi objeto de acordos comerciais internacionais, por outro, nada foi feito para evitar a contínua expansão do setor privado com fins lucrativos, caracterizado por movimentos de aquisições e fusões e da abertura de capital de grupos educacionais brasileiros em Bolsa de Valores (TASQUETTO, 2016).

Além disso, os investidores educacionais estrangeiros ingressaram em território brasileiro valendo-se justamente da ausência de restrições a sua entrada. Tampouco há planejamentos sobre o papel que se pretende conceder ao capital educacional externo (TASQUETTO, 2014).

Tasquetto (2014) alerta que, no caso da educação, ainda que os acordos internacionais de comércio facilitem e até impulsionem a transnacionalização da educação, sobretudo do ensino superior, tal movimentação tem se intensificado independentemente do comércio de serviços no âmbito dos acordos comerciais. No caso do Brasil, afirma Tasquetto (2014, p.210):

Considerando, então, que o Brasil não possui compromissos de liberalização comercial de serviços educacionais em qualquer acordo internacional de comércio e, como não impõe limites aos investimentos estrangeiros no setor, não se pode atribuir aos instrumentos do direito do comércio internacional os efeitos diretos do processo de comercialização da educação superior no país. No entanto, tal processo e o consequente número de fusões e aquisições formam parte também de um mesmo movimento de comercialização da educação em escala global, com o desenho de regras internacionais no âmbito do GATS, junto à OMC, e nos acordos preferenciais de comércio que seguem a este.

³¹ Autores sob diferentes perspectivas discutem a inserção da educação no GATS. Destacamos: Robertson, Bonal, Dale, 2002; Rikowski, 2002; Siqueira, 2004; Verger, Bonal, 2006; Verger, Robertson, 2012; Tasquetto (2014).

Cabe lembrar também que, no Brasil, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica³² (Cade) autorizou a abertura de capital e o ingresso no mercado de ações de empresas educacionais e que, além disso, a existência de instituições com fins lucrativos possui respaldo legal:

Antes de questionar-se a constitucionalidade do oferecimento da educação superior como serviço comercial por empresas de capital aberto, transnacionais na prática, e ações na Bolsa de Valores, é necessário saber que a existência de instituições de educação com fins de lucro tem respaldo na CF [Constituição Federal] 88 e na LDB [Lei de Diretrizes e Bases] 96, ali reconhecida ainda que a contrário sensu, e, principalmente nos Decretos 2.207 e 2.360 de 1997, regulamentadores da LDB/96. (SGUISSARDI, 2015, p.871).

Desde 2012, governos de 50 países negociam um amplo acordo sobre o comércio internacional de serviços. Sem ter alcançado acordos de seu pleno interesse na OMC, Estados Unidos e União Europeia decidiram iniciar, em separado, a negociação com os países que ofereceram menor resistência. Para Drummond (2015):

A aposta é que, feito o acordo, voltem à OMC já com um tratado feito, de peso, que passe a ser referência mundial sobre o comércio de serviços e que pelo número de nações participantes abarcaria cerca de 70% de todos os serviços do mundo.

O chamado Tisa (sigla em inglês para *Trade in Services Agreement*) é mantido em sigilo³³, com documentos restritos aos participantes, impedindo que governos que participam das negociações prestem contas aos cidadãos. O intuito é promover e ampliar a desregulação e a liberalização do comércio, passando por cima das regulações e normativas estatais e, em benefício das corporações (BAYO, 2015).

Os países podem escolher quais serviços e com quem querem negociar, mas, uma vez fechado o acordo, os resultados são estendidos a todos os participantes do grupo. Em 2016, o Brasil entrou para a negociação (OTTA, 2016).

³² O Cade é uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça. É a entidade responsável, no âmbito do Poder Executivo, por zelar, fomentar e disseminar a livre concorrência no mercado (CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA, s/d).

³³ Wikileaks denunciou a existência do acordo e vazou alguns conteúdos das negociações em 2014 e 2015 (BAYO, 2015). Fundada em 2006, WikiLeaks é uma organização multinacional de mídia, com equipes na América, África, Eurásia e Ásia-Pacífico. É especializada na análise e publicação de dados oficiais censurados ou restritos que envolvem guerra, espionagem e corrupção. Até 2015, já haviam publicado mais de 10 milhões de documentos e análises associadas (WIKILEAKS, 2015).

Klees (2008, p.334-335, tradução nossa), alerta sobre os riscos do envolvimento do capital estrangeiro na educação:

O envolvimento do capital estrangeiro em um contexto de baixa capacidade de regulação, supervisão, avaliação e controle da corrupção é uma receita para o desastre. A propriedade estrangeira de serviços de educação levanta questões de soberania nacional. Nós não estamos falando de fábricas de automóveis, mas sobre a cultura, os conhecimentos e os valores de uma nação. A capacidade para um país manter as empresas estrangeiras é muito mais fraca do que para conservar organizações nacionais. Além disso, quando uma nação experimenta graves dificuldades econômicas, o investimento estrangeiro é muitas vezes o primeiro a sair³⁴.

Deve-se avaliar esses riscos à luz das condições particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil, cujos patamares de soberania nacional já são mais restritos.

2.2. Capitalismo dependente e educação brasileira

No Brasil, as condições diferenciadas do desenvolvimento capitalista dependente materializam-se em formações sociais limitadas do ponto de vista das conquistas sociais historicamente possíveis. Florestan Fernandes demonstra como, na particularidade de nossa Revolução Burguesa, aparecem determinações que inibem o potencial indutor de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais advindas da dominação burguesa. Nesse contexto, a burguesia, aliada aos interesses imperialistas, não pode ser protagonista de reformas sociais universalistas, sequer nos marcos da “revolução dentro da ordem”. Pelo contrário, ela precisa, a todo custo, manter o *status quo* (MINTO, 2014).

As classes dominantes brasileiras não conseguiam, somente por suas iniciativas privadas, manter o poder burguês e a dominação burguesa; o Estado desempenhou – e continua a desempenhar – função fundamental nessa direção. Sobre isso, Fernandes (2005, p.357-358) afirma:

Daí resulta um tipo especial de impotência burguesa, que faz convergir para o Estado nacional o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia. O que esta não pode fazer na esfera privada tenta conseguir utilizando, como sua

³⁴ Trecho original: “The involvement of foreign capital in a context of low capacity to regulate, supervise, evaluate, and control corruption is a recipe for disaster. Foreign ownership of education services raises questions of national sovereignty. We are not talking about automobile plants but about a nation’s culture, knowledge, and values. A country’s ability to hold foreign firms accountable is much weaker than it is for domestic organizations. Moreover, when a nation experiences serious economic difficulties, foreign investment is often the first to leave.”

base de ação estratégica, a maquinaria, os recursos e o poder do Estado. [...] O padrão de dominação de classe e de solidariedade de classe descrito facilitava semelhante composição, pela qual as classes burguesas aliavam-se entre si, em um plano mais alto, convertendo a mencionada impotência em seu reverso, em uma força relativamente incontrolável (pelas demais classes e pelas pressões imperialistas).

Historicamente, constituiu-se um padrão de desenvolvimento capitalista no qual o Estado brasileiro foi, portanto, plasmado pelos interesses das classes burguesas. Por meio da ação estatal, essas impuseram-se coativamente e tentaram neutralizar o potencial transformador dos conflitos de classes. A burguesia brasileira jamais teria conseguido a manutenção de seu poder e de sua dominação “apoando-se exclusivamente nos meios privados de dominação de classe e nas funções convencionais do Estado democrático-burguês” (FERNANDES, 2005, p.358).

No início dos anos 1960, Florestan Fernandes chamava a atenção para a dificuldade em encarar a questão educacional como um problema da nação, uma vez que é perpassada pelos interesses particularistas das classes dominantes. Sobre isso, afirma:

As condições ambientes que interferem de modo negativo nas representações sobre a importância da educação escolarizada, o uso de técnicas pedagógicas, o padrão de integração e de diferenciação das atividades educacionais, etc., tendem a rebaixar os níveis de aspiração educacional e a diminuir a contribuição construtiva da educação escolarizada para a mudança econômica, social e cultural. [...] Forma-se, desse modo, um círculo vicioso. [...] O subdesenvolvimento impede, assim, a aceleração do desenvolvimento educacional, promovendo ao contrário constantes vaivéns e fatais perdas no terreno conquistado. (FERNANDES, 1960, p.113-114).

Tal constatação não deveria ser encarada como pessimista ou desmotivadora, no que se refere à luta pela educação pública estatal. À luz de uma análise materialista-dialética, Florestan Fernandes reconheceu, poucos anos depois, que os desafios, na esfera educacional, ainda eram “calibrados ‘pelas reformas burguesas da educação’”, mas era o Estado – e não a iniciativa privada - que conseguiria minimamente garantir os direitos sociais:

Em questões de interesse coletivo, ensina-nos nossa experiência histórica, a lei tem sido um fator altamente construtivo. Onde o Estado se omite e não impõe normas consentâneas com o interesse da coletividade, o livre jogo dos comportamentos espontâneos revela-se, em regra, incapaz de promover os ajustamentos desejáveis. (FERNANDES, 1966, p. 361).

Ainda no contexto dos debates em defesa da educação pública da década de 1950 e 1960, Fernandes defendera que o Estado deveria gozar de autonomia relativa para estruturar a educação pública, autonomia essa que deve estar articulada com a autonomia econômica, social e política brasileira. Afirmou o autor:

[...] a transformação da educação escolarizada em fator social construtivo, no seio da sociedade brasileira, está na dependência da capacidade do Estado de intervir, criadoramente, na melhoria, ampliação e expansão da rede de ensino [...]. Para não perdermos o terreno conquistado e para encetarmos verdadeiramente uma política de reconstrução educacional, urge que o Estado assuma as responsabilidades educacionais que relegou de forma parcial ou diante das quais se omitiu. (FERNANDES, 1960, p.118).

Noutro momento, décadas depois, Florestan Fernandes apontava como prioridade fundamental “colocar os trabalhadores, os excluídos e os oprimidos [...] nas malhas da rede escolar”, portanto, (FERNANDES, 1989, p.9) e garantir que os subalternos deviam estar em disputa por seus direitos sociais nos marcos da ordem. Contudo,

Não se deve alimentar a ilusão de que as normas legais “resolvem”, por si mesmas, os dilemas sociais. Mas [...] elas criam deveres mínimos (do poder público [...]), estimulam a distribuição crescente das oportunidades educacionais e abrem aos trabalhadores canais de acesso a todos os níveis de ensino (FERNANDES, 1995, p. 26).

Na obra de Florestan Fernandes vemos como as mudanças educacionais em países de capitalismo dependente são complexas. Se o autor teorizaria sobre esse padrão de desenvolvimento, sobretudo no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, desde o início daquela primeira década já nos apresentava pistas importantes para um entendimento da educação e o seu desenvolvimento nessas condições. Essas mudanças no campo educacional se complexificaram ainda mais com a intensificação de nossa dependência no contexto do *capitalismo especulativo*.

No que se refere à privatização do ensino, Florestan Fernandes já alertava para a presença de interesses de setores privatistas na educação brasileira em 1961, quando da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Os interesses de tais setores – tanto interna quanto externamente – têm sido cada vez mais reforçados. Sobre isso, Leher (2012, p.1170) afirmou:

Tomando como referência a periodização de Florestan, já se passaram 50 anos desde a consolidação do capitalismo monopolista no país, agora sob hegemonia de sua fração financeira e, particularmente, rentista. Neste

intervalo de tempo aconteceram profundas alterações nas forças sociais que atuam na educação, muitas delas previstas por Florestan. Os setores privatistas se fortaleceram profundamente, quando comparados com as suas ações na LDB de 1961. Está em curso uma internacionalização de novo tipo no setor, por meio de fundos de investimentos multinacionais (*private equity*), em geral com ações nas bolsas de valores, que vêm promovendo vertiginosa concentração da educação superior privada.

2.3. Reforma do Estado, privatização e internacionalização da educação

A difusão de um conceito, sobretudo na década de 1990, nos ajuda a compreender as mudanças ocorridas nas formas de privatização da educação: o *público não estatal*. Um de seus principais difusores foi o ex ministro Luis Carlos Bresser-Pereira, para quem a educação se enquadrava entre os chamados *serviços não exclusivos* do Estado. Por tratarem-se de direitos humanos básicos, tais serviços não devem ser privados, mas como não implicam no exercício do poder de Estado, tampouco devem ser controlados por ele. Bresser-Pereira (1998, p.35) sugere a adoção do regime de propriedade *pública não estatal* – “pública” porque se dedica ao interesse público, não visando ao lucro, e “não-estatal” porque não faz parte do aparelho do Estado.

Tais ideais foram ratificados em documento oficial do governo brasileiro, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado. Nele propunha-se a transferência dos *serviços não exclusivos* para o setor *público não estatal* – num programa denominado *publicização* – de modo que, supostamente, seria possível aumentar “a eficiência e a qualidade dos serviços, atendendo melhor o cidadão-cliente a um custo menor” (BRASIL, 1995, p.46-47).

Sobre a *publicização*, Freitas (2012, p.386) afirma:

O conceito de público estatal e público não estatal abriu novas perspectivas para o empresariado: a gestão por concessão. Desta forma, aquela divisão fundamental entre público e privado ficou matizada. Agora, abre-se a possibilidade do público administrado privadamente. O advento da privatização da gestão introduziu na educação a possibilidade de que uma escola continue sendo pública e tenha sua gestão privada (público não estatal) (Pedroso, 2008). Continua gratuita para os alunos, mas o Estado transfere para a iniciativa privada um pagamento pela sua gestão.

O Plano Diretor também previa a transferência da oferta de serviços públicos para as esferas administrativas locais, por meio da descentralização. No caso da educação, resultou um

intenso e crescente processo de municipalização do ensino fundamental³⁵ (ADRIÃO, 2009a, p.13), posteriormente impulsionado pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)³⁶, por meio da Emenda Constitucional n. 14/96 (ADRIÃO et al, 2009, p.802).

As perspectivas descentralizadoras impuseram aos municípios tarefas e atribuições que exigem não apenas repasse de recursos, mas também condições de elaboração e implantação de políticas públicas. Num quadro de despreparo técnico e escassez de recursos³⁷, as parcerias público-privadas se apresentaram como opção para que os municípios buscassem responder às demandas educativas assumidas (ADRIÃO et al, 2009).

De modo geral, o que a reforma do Estado operacionalizou no Brasil dos anos 1990 foi o desmonte dos serviços públicos instituídos e/ou referendados pela Constituição de 1988. Embora esses serviços tenham sido “historicamente limitados e socialmente seletivos” (FONTES, 2010, p.244), esse processo de desmonte não foi feito sem adesão popular – ativa e passiva – e, para isso, grupos empresariais, sob o predomínio neoliberal, utilizaram-se de uma “formidável máquina de propaganda” por meio de todos os meios de comunicação:

[...] essa “máquina” de marketing político pôde introduzir sua cunha privatizante em razão de algumas dificuldades e aspectos ambivalentes do setor público brasileiro que constituiriam pontos de fragilidade a serem fartamente explorados. A principal razão das limitações dos serviços públicos no Brasil remete à própria seletividade do Estado, assegurando sua estreita afinidade com os setores do capital, organizados ou não em aparelhos privados de hegemonia. (FONTES, 2010, p.245-246).

³⁵ Para informações sobre a municipalização ver Barreto (1995), Oliveira et al (1999), Adrião (2006, 2008, 2009b).

³⁶ O Fundef previa que, a partir de 1998, 15% do total dos 25% dos recursos vinculados à educação, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 (Art. 212) deveriam obrigatoriamente ser aplicados no ensino fundamental (ARELARO, 1999). Em 2007, foi criado um novo Fundo da Educação Básica, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Este mantém a mesma lógica do Fundef, mas avança ao contemplar com recursos todas as etapas e modalidades da educação básica – ampliados para 20% do total dos 25%, no mínimo, dos recursos destinados constitucionalmente à manutenção e desenvolvimento do ensino (ADRIÃO, 2009a).

³⁷ De acordo com matéria publicada pela Folha de S. Paulo, em agosto de 2016, cerca de 70% dos municípios brasileiros dependem em mais de 80% de verbas provenientes de fontes externas à sua arrecadação (CANZIAN, 2016). Para Oliveira (2007, p.86), “A maioria dos municípios brasileiros seria financeiramente inviável, como esfera administrativa autônoma, caso não recebesse as transferências de recursos de outras esferas. Como regra, a grande maioria dos municípios brasileiros arrecada, através de impostos próprios, menos de 10% de sua receita total”. Para mais informações ver Oliveira (2007) e Pinto (2007).

As desigualdades brasileiras não eram negadas, mas justificadas pela suposta incompetência e ineficácia do Estado. Para Fontes (2010, p.273), atribuir todos os problemas ao Estado tinha o intuito de “gerenciar de maneira privada, concorrencial e lucrativa políticas públicas voltadas para a maioria da população”. Essas ideias foram amplamente difundidas pela mídia, com destaque para algumas publicações da Editora Abril: as revistas *Veja*, *Nova Escola* e *Veja em sala de aula* (SILVA, 2009; GENTIL, 2003). Neves (2005) ressaltou que essa atuação coordenada entre entidade empresariais e governamentais, incluindo sindicatos, escolas, igrejas, entidades associativas e culturais e a mídia no sentido de legitimar as ideias em curso e propagar a dinâmica do capital, representaria a difusão de uma *pedagogia da hegemonia*.

Também constituíram marcos normativos decisivos para as reformas então em curso a Emenda Constitucional n.19, de 1998, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) e a Lei das parcerias público-privadas (Lei n. 11.079/04) (ADRIÃO et al, 2009; ADRIÃO, BEZERRA, 2013; ADRIÃO, 2014). No caso da primeira, afirmam Adrião et al (2009) que:

[...] ao delimitar os gastos do poder público, fixando em 60% as despesas com pessoal, induziu o aumento das parcerias entre os municípios e o setor privado, estimulando opção pela terceirização dos serviços especialmente nas áreas de maior presença de contratação, como é o caso da educação.

Em síntese, pode-se afirmar que as medidas iniciadas pela Reforma do Estado, em 1995, introduziram mudanças institucionais fundamentais para que o campo educacional também passasse a ser visto como alternativa para a ampliação das atividades do capital, bem como sua maior imbricação com o setor financeiro.

A partir dos anos 2000, é possível notar a ocorrência de movimentos de aquisições e fusões de empresas no âmbito educacional brasileiro, sobretudo no ensino superior privado³⁸. De acordo com Oliveira, (2009, p.743):

No início desta década [anos 2000], ao se identificar que o setor de educação superior sofreria rápida expansão, a atenção dos fundos de investimento voltou-se para essa área, ocasião em que foram constituídos os primeiros fundos de investimento exclusivamente direcionados à educação. Esses fundos têm condições de injetar altas quantias em empresas educacionais, ao mesmo tempo em que empreendem ou induzem processos de reestruturação das escolas nas quais investem, por meio da redução dos custos, da

³⁸ Destacamos as obras de Silva Junior e Sguissardi (2005), Sguissardi (2008, 2015), Oliveira (2009), Chaves (2010). Os trabalhos de Eaton et al (2013) e Engelen, Fernandez, Hendrikse (2014) apresentam essa tendência em universidades dos Estados Unidos e da Holanda, respectivamente.

racionalização administrativa, em suma, da “profissionalização” da gestão das instituições de ensino, numa perspectiva claramente empresarial.

Sobre a mercantilização do ensino superior, Sguissardi (2015) afirma que, em 2014, o setor educacional do mercado de ações foi o mais lucrativo na Bovespa:

De agosto de 2012 a agosto de 2014, por exemplo, enquanto o Ibovespa (índice do total de cerca de 350 empresas) teve uma redução de 3,67%; a Vale (VALE5), redução de 13,48%; e a Petrobras (PETR4), valorização de 9,32% de suas ações; a Kroton (KROT3) teve uma valorização de 314% e a Estácio (ESTC3), 240,97% de suas respectivas ações. (SGUISSARDI, 2015, p.870).

Para o autor, a abertura de capital das Instituições de Ensino Superior privadas a partir de 2007, constitui um dos principais fatores da aceleração de aquisições e fusões e da desaparecimento de 2/3 das instituições comunitárias ou confessionais, nos últimos 10 a 15 anos (SGUISSARDI, 2015).

É importante ressaltar que os investimentos públicos, advindos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)³⁹ constituíam uma das maiores fontes de receita das instituições de ensino superior listadas na Bovespa. Segundo matéria da *InfoMoney*, de janeiro de 2015, “o Fies responde por 49% das receitas totais da Ser Educacional (SEER3), 44% da Kroton (KROT3), 40% da Estácio (ESTC3) e 38% da Anima (ANIM3)” (UMPIERES, 2015).

Na educação básica, também é possível observar tendência de concentração/centralização. Estudos desenvolvidos por Cassiano (2007, 2013), Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015) e Pinheiro (2014) acompanharam esses movimentos, com destaque para a venda de livros didáticos e de Sistemas Privados de Ensino.⁴⁰

Matéria publicada pela *Reuters*, em 2013, sinalizava o “próspero” movimento das ofertas públicas iniciais (*Initial public offer*, IPO, em inglês)⁴¹ na educação brasileira:

O setor educacional brasileiro tem crescido a taxas de dois dígitos nos últimos anos, rendendo 11 bilhões de dólares ao ano, já que o mercado exige uma força de trabalho qualificada, com mais conhecimento técnico, habilidades analíticas mais fortes e proficiência em línguas estrangeiras. Banqueiros

³⁹ O Fies é um programa federal do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. É regulamentado pela Lei n.10.260/2001 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, s/d).

⁴⁰ Mais informações a respeito dessas políticas serão apresentadas no *Capítulo 5*.

⁴¹ Oferta Pública Inicial é a primeira oferta pública de ações emitida por uma empresa pública ou privada. As IPOs são usadas para arrecadar novos fundos. Em geral, a companhia oferta as ações por intermédio de um subscritor, o qual busca garantir determinado preço para as ações de modo a proteger o emissor dos movimentos adversos do mercado (THOMSON REUTERS, 2016).

disseram à *Reuters* que as ofertas públicas iniciais se transformaram em uma viável estratégia de captação de recursos para os operadores universitários, escolas de línguas e fornecedores de sistemas de aprendizagem, assim como as fusões e aquisições impulsionaram a atividade ao longo dos últimos dois anos (PARRA-BERNAL; SCHINCARIOL, 2013, tradução nossa)⁴²

Em nova divulgação, também em 2013, a *Reuters* ressaltou que os esforços para trazer investidores prosperaram no âmbito educacional brasileiro. As empresas Kroton e Abril/Somos estavam entre aquelas que mais ganharam investidores, em meio à promessa da então presidente Dilma Rousseff de trabalhar em estreita colaboração com empresas privadas para aumentar a cobertura da educação. (CORRECTED...,2013).

2.4. Disputas pelo controle da escola

Nos itens anteriores vimos como o capital tem se apropriado de espaços no âmbito das políticas sociais, em especial da educação. Aliado aos interesses mercantis, setores da burguesia vêm disputando também o controle pedagógico das escolas de educação básica.

O assunto nos remete às considerações que Saviani (2008) fez sobre a constituição de uma pedagogia tecnicista na segunda metade dos anos 1960:

[...] a pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo. Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar etc. Daí também o parcelamento do trabalho pedagógico com a especialização de funções, postulando-se a introdução no sistema de ensino de técnicos dos mais diferentes matizes. Daí, enfim, a padronização do sistema de ensino a partir de esquemas de planejamento previamente formulados aos quais devem se ajustar as diferentes modalidades de disciplinas e práticas pedagógicas (SAVIANI, 2008, p.382).

Para Freitas (1992) e Saviani (2008a, b), em consequência das reformas iniciadas nos anos 1990, há uma recuperação da visão pragmática tecnicista, cujos princípios são: racionalidade, eficiência e produtividade. O trabalho pedagógico passa a ser cada vez

⁴² Trecho original: “Brazil's \$11 billion-a-year education industry has grown at double-digit rates in recent years as a tight job market demands a skilled labor force with better technical knowledge, stronger analytical abilities and proficiency in foreign languages. Initial public offerings have turned into a feasible fundraising option for college operators, language schools and learning systems providers, bankers told Reuters, just as mergers and acquisitions propelled activity over the past two years.”

padronizado a partir de “esquemas de planejamento previamente formulados aos quais devem se ajustar as diferentes práticas pedagógicas”. O professor e o aluno ocupam posição secundária, tornando-se “executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais” (SAVIANI, 2008a, p.11).

A área da educação vem sofrendo, ademais, um esvaziamento teórico e político com a difusão de propostas ditas pós-modernas, deixando de lado preocupações com a pesquisa da organização do trabalho pedagógico e resultando em mais tecnicismo (FREITAS, 2014b):

O tecnicismo se apresenta, hoje, sob a forma de uma “teoria da responsabilização”, meritocrática e gerencialista, onde se propõe a mesma racionalidade técnica de antes na forma de “*standards*”, ou expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea. Denominamos esta formulação “neotecnicismo” (FREITAS, 2012, p.383).

Freitas (2012) afirma que o neotecnicismo estrutura-se em torno de três categorias inter-relacionadas: responsabilização, meritocracia e privatização. Todos têm sido utilizados pela burguesia com o intuito de manter o domínio da escola. E se as reformas iniciadas nos anos 1990 impulsionaram os processos de privatização, veremos a seguir como a responsabilização e a meritocracia ampliam tais processos.

A responsabilização envolve a avaliação dos estudantes, divulgações públicas do desempenho da escola, dos professores e dos alunos, e um sistema de recompensas e sanções (FREITAS, 2012). Essa *categoria* aparece no sentido de buscar um aumento das médias de desempenho dos estudantes nas avaliações externas, já que a elevação das médias passou a ser vista como sinônimo de qualidade (FREITAS, 2014b).

No Brasil, as avaliações externas tiveram fortalecimento quando o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), órgão do Ministério da Educação, foi convertido em uma agência nacional de avaliação⁴³ (FREITAS, 2014b). Atualmente, o Inep é responsável por diversas

⁴³ Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (Lei n.9.394/1996), a União, em colaboração com os sistemas de ensino, ficou responsável por um processo nacional de avaliação do rendimento escolar e dos estabelecimentos de ensino. Nesse contexto, o Inep tornou-se responsável por “organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais e por desenvolver e coordenar sistemas e projetos de avaliação educacional, abrangendo todos os níveis e modalidades de ensino, com exceção da pós-graduação, a cargo da Capes” (INEP, 2011b).

avaliações, várias delas na educação básica: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), Avaliação da Alfabetização Infantil (Provinha Brasil), Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (INEP, 2011a,d,e,f).

Uma ideia da centralidade da avaliação nas políticas educacionais brasileiras, pode ser observada no trecho a seguir, divulgado pelo Inep:

A realização regular e periódica de levantamentos censitários e de avaliações nacionais – apoiados no uso intensivo das novas tecnologias de informação – passou a fazer parte do repertório das políticas nacionais de educação, convertendo-se num dos principais mecanismos utilizados pelo governo federal para induzir mudanças nos sistemas de ensino e apoiar o aprimoramento da gestão educacional, em todos os níveis administrativos e de ensino. As informações produzidas pelo Inep constituem referência básica para os principais programas educacionais do governo federal de apoio aos sistemas estaduais e municipais de ensino. (INEP, 2011b).

As avaliações transformaram-se, também, num “instrumento político de promoção da internacionalização da política educacional” (FREITAS, 2012). O padrão de qualidade a ser buscado é o padrão PISA (*Programme for International Student Assessment* / Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), um programa de avaliação comparada, aplicado a estudantes na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. A avaliação é desenvolvida e coordenada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e, no Brasil, o Pisa é coordenado pelo INEP (INEP, 2011c).

A *categoria* meritocracia está intimamente relacionada à responsabilização e aparece quando da divulgação pública dos desempenhos das escolas, dos professores e dos estudantes nos exames e da adoção de sistemas de recompensas, quase sempre na forma de bonificações (FREITAS, 2012).

No Brasil, está em tramitação no Congresso a chamada Lei de Responsabilidade Educacional (PL n. 7420/2006), um projeto de lei apresentado pela deputada Professora Raquel Teixeira, do PSDB/GO, em agosto de 2006. Ele dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). A aprovação dessa lei está prevista no Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014), como uma das estratégias para atingir a Meta 20, referente ao investimento público em

educação⁴⁴. Em novembro de 2016, deve ser votada pela Comissão Especial, depois seguirá para o Plenário da Câmara, em seguida, votada pelo Senado (COMISSÃO..., 2016).

No projeto, a piora dos índices de qualidade da educação caracteriza ato de improbidade administrativa do chefe do Poder Executivo (prefeitos e governadores). Nesse caso, aplicam-se penas como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e proibição de contratação com o Poder Público (COMISSÃO..., 2016). Dialogando com a literatura americana, Freitas (2012) questiona a funcionalidade do Projeto de Lei em tramitação no Brasil. Afirma que a Lei de Responsabilidade Educacional americana (*No Child Left Behind*), editada em 2002, não apenas deixou de produzir os efeitos esperados, como está sendo caracterizada como uma década perdida para a educação americana. A lei determinava que todas as crianças deveriam ser proficientes em leitura e matemática até o final de 2014. Como os resultados não foram como esperado, o presidente Barack Obama teve que encontrar estratégias para não penalizar os estados que não tivessem cumprido a lei.

Para Freitas (2012, 2014a,b), os reformadores empresariais⁴⁵ utilizam-se das *categorias* da privatização, responsabilização e meritocracia para disputar o controle da escola. O interesse em estar nessa disputa é baseado na contradição

[...] entre ter que qualificar um pouco mais e ao mesmo tempo manter o controle ideológico da escola, diferenciando desempenhos mas garantindo acesso ao conhecimento básico para a formação do trabalhador hoje esperado na porta das empresas, que move os reformadores a disputarem a agenda da educação, responsabilizando a escola pela falta de equidade no acesso ao conhecimento básico, ou seja, responsabilizando a escola por não garantir o domínio de uma base nacional e comum a todos. (FREITAS, 2014b, p.1089).

Para lidar com a contradição, os empresários brasileiros propõem que eles próprios assumam a direção do processo educativo (FREITAS, 2014b). Seguem o mesmo caminho trilhado pelos americanos nos últimos 30 anos, enfatizando a crise da educação, a necessidade de reformar a política educacional e o direito à aprendizagem. Entretanto, tal direito apresenta uma dupla limitação: “a) fala-se de direito à aprendizagem e não de direito à formação humana,

⁴⁴ Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio. Estratégia 11/Meta 20: aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais (BRASIL, 2014).

⁴⁵ Freitas utiliza a denominação “reformadores empresariais”, na qual se aglutinam interesses diferenciados, mas complementares (FREITAS, 2014b).

à educação; b) e restrita ao ambiente da escola, portanto isolada de importantes ligações com a vida” (FREITAS, 2014a, p.51).

Para Freitas (2014b), na defesa do “direito a aprender” feita pelos empresários:

O direito à formação ampla e contextualizada que todo ser humano deve ter é reduzido ao direito de aprender o “básico” expresso nas matrizes de referência dos exames nacionais, assumido ali como o domínio que é considerado *“adequado” para uma dada série escolar nas disciplinas avaliadas* – não por acaso as que estão mais diretamente ligadas às necessidades dos processos produtivos: leitura, matemática e ciências. Convém enfatizar que são as matrizes de referência dos exames e *não o currículo prescrito, a base nacional comum*, que definem o que será considerado como “básico” (FREITAS, 2014b, p.1090).

Com as avaliações, é possível padronizar conteúdos e métodos e controlar toda a organização do trabalho pedagógico (FREITAS, 2014b). E mais, também autoriza aos empresários a apresentarem-se como a “solução” para subir as notas dos índices, por meio de consultorias, materiais didáticos, avaliação, venda de tecnologia, organização de *big data* entre outras (ADRIÃO, 2009a, 2011; GARCIA, 2011; FREITAS, 2014b)

Trabalhos desenvolvidos por Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015) e Garcia (2011) demonstraram que a padronização dos conteúdos e métodos já tem acontecido, sobretudo no estado de São Paulo, com a adoção dos chamados “Sistemas Privados de Ensino”. Grupos empresariais – dentre eles, a Abril/Somos Educação – vendem seus sistemas com a propaganda de melhorar as notas dos índices⁴⁶. Sobre isso, afirma Garcia (2011, p.96):

A busca de bons resultados nas avaliações externas encontra no setor privado aliado importante, uma vez que não integra a lógica da empresa a produção de trabalho coletivo, o que em tese seria contraditório com o serviço oferecido. Certamente para garantir a lucratividade, a empresa necessita produzir em série os materiais e estimular ao máximo os procedimentos de trabalho marcados por rotinas similares, previsíveis e com resultados mensuráveis.

A defesa do ensino do “básico” é tautológica, na medida em que a justificam pela necessidade de primeiro saber o “básico”. (FREITAS, 2012). Não podemos perder de vista, entretanto, que a população mais pobre depende da escola para aprender e, se sua passagem pela instituição escolar for limitada ao “básico”, essa será, fundamentalmente, sua formação (SAVIANI, 2008a). Tem-se aí o risco de perpetuar a sonegação histórica do conhecimento às camadas populares. Vale lembrar que autores como Saviani (2003), Duarte (2003), Snyders

⁴⁶ Mais informações serão apresentadas no *Capítulo 5* desta dissertação.

(2005) defendem que o principal objetivo da escola é a transmissão do saber produzido historicamente, o que se relaciona mutuamente com a construção da consciência crítica.

Outras consequências são observadas para o trabalho docente, que, nesse contexto, é expropriado. Não apenas retira-lhe autonomia, mas o torna cada vez mais substituível. Como consequência, a formação desses profissionais tem sido cada vez mais pragmática, restrita aos aspectos metodológicos:

[...] caminha-se na direção de afastar as universidades do processo formativo dos profissionais da educação, redirecionando-os para instituições cuja base teórica restrita impeça de formá-los dentro de uma perspectiva mais avançada e crítica, alinhando sua formação às exigências restritas do domínio do conteúdo expresso no currículo oficial. (FREITAS, 2014b, p.1103)⁴⁷.

Além da atuação dos empresários em seus grupos educacionais, eles têm ampliado sua influência nas políticas educacionais ao atuarem dentro de órgãos nacionais como os Ministérios e o Congresso Nacional. Também contam com apoio da mídia, de ONGs, de fundações e de institutos privados para disseminar e legitimar suas propostas para a educação nacional⁴⁸ (FREITAS, 2014b).

Não por outra razão, os empresários participaram ativamente da disputa em torno das propostas para elaboração do Plano Nacional de Educação. Aprovado em 2014, o PNE prevê avaliações externas como parâmetro da qualidade da educação – e o Pisa se tornou um importante parâmetro para isso; a criação de uma base nacional comum; meritocracia e responsabilização (BRASIL, 2014).

As consequências desse sistema baseado em privatização, responsabilização e meritocracia têm sido documentadas em literatura nacional e internacional. Para Freitas (2012, 2014a), destacam-se as seguintes: estreitamento curricular; competição entre profissionais e escolas; pressão sobre o desempenho dos alunos e preparação para os testes; fraudes; aumento da segregação socioeconômica no território e dentro da escola; precarização da formação do professor; destruição moral do professor e do aluno; destruição do sistema público de ensino e ameaça à própria noção liberal de democracia.

⁴⁷ Exemplo do aligeiramento da formação pode ser encontrado na rede *Teach for All*, que conta com 40 organizações ao redor do mundo; no Brasil, o Ensina Brasil é responsável pelo programa. O intuito é formar professores temporários (atuação de dois anos) por meio de uma formação inicial de apenas cinco semanas. As organizações são parceiras dos governos, mas são sustentadas por doações. No Brasil, apoiam o Ensina Brasil a Fundação Lemann, Fundação Itaú Social, Instituto Singularidades, entre outros (ENSINA BRASIL, 2016).

⁴⁸ Trabalho desenvolvido por Martins (2013) demonstra como os empresários, por meio do Movimento Todos pela Educação tem se inserido na disputa pela agenda educacional.

Capítulo 3. Os controladores da Abril/Somos Educação

A Abril/Somos Educação tornou-se uma companhia de capital aberto e listada na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.) em julho de 2011, quando então foi realizada uma oferta pública inicial (IPO) de distribuição primária de 18.556.702 *Units*, que representam uma ação ordinária e duas preferenciais (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014h)⁴⁹. Segundo reportagem publicada pela *Exame*, a companhia captou, à época, R\$ 371,134 milhões com essa operação primária (KAHIL, 2011). De acordo com a *Bloomberg*, a Abril/Somos arrecadou menos do que o esperado: as ações foram vendidas a R\$20,00, abaixo do preço acertado no prospecto⁵⁰ (R\$21,75 – 26,75) (STRINGER, 2011).

Desde então, a empresa tem atraído fundos de investimentos. Segundo reportagem da *Reuters*, em fevereiro de 2014, a Abril/Somos tinha contratado a *holding*⁵¹ Itaú Unibanco e a BTG Pactual para avaliar a possibilidade de trazer investidores (STXNEWS..., 2014a). Matéria publicada pela *Bloomberg*, no mesmo período, já mencionava a possibilidade de mudanças no controle da empresa (LEITE; MARCELINO, 2014).

Mario Bernardes Junior, analista do Banco do Brasil em 2014, afirmou à *Bloomberg*, que a Abril/Somos precisava de uma gestora mais experiente para alavancar os lucros:

Seria muito positivo para a Abril e seus investidores se um grupo maior, com mais experiência na indústria educacional, assumisse o controle e consolidasse as empresas menores que foram compradas [...] E nós temos visto grupos estrangeiros muito interessados nesse setor brasileiro ultimamente. (GODOY, 2014, tradução nossa).⁵²

⁴⁹ Segundo a BM&FBOVESPA (2014a), as ações podem ser de dois tipos: ordinárias ou preferenciais. As primeiras “proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais”; as segundas “garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos (geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias) e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade”.

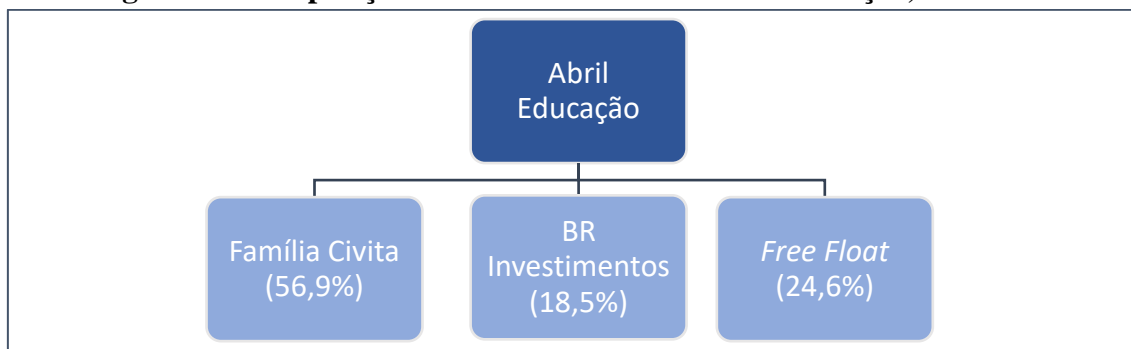
⁵⁰ De acordo com a Comissão de Valores Mobiliários ([s/d]c), prospecto é um documento apresentado pela empresa, que contém informações relevantes para o investidor, tais como política de investimento, taxas de administração, direitos e responsabilidades dos acionistas e administradores. O documento é de apresentação obrigatória aos investidores.

⁵¹ É chamada *holding* a empresa que controla um número de companhias, em geral, com participação acionária majoritária em cada uma delas; seu objetivo é possuir ações em outras companhias (THOMSON REUTERS, 2016).

⁵² Trecho original: “It would be very positive for Abril and its investors if a bigger group, with more knowledge of the education industry, took the lead and consolidated the smaller companies it bought [...] And we’ve seen foreign groups very interested in this sector in Brazil lately”.

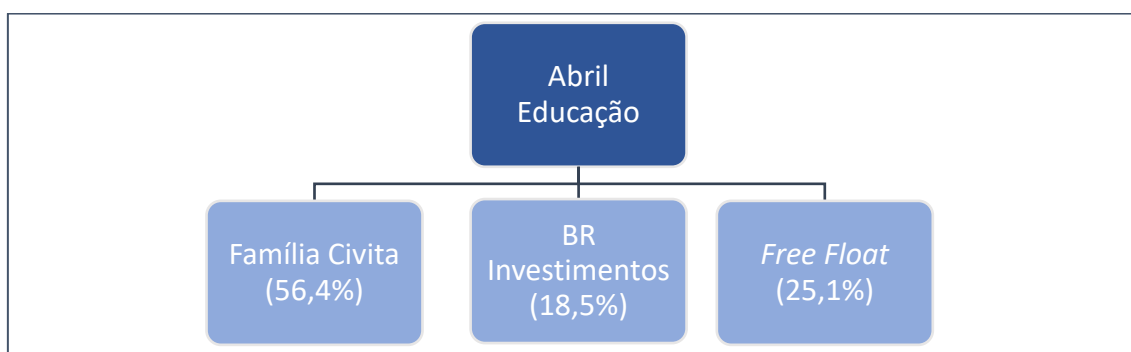
As *figuras* de 1 a 6, apresentadas a seguir, demonstram as mudanças na composição acionária da companhia no período de 2011 a 2016⁵³:

Figura 1 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, dezembro/2011



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A., 2011c.

Figura 2 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, dezembro/2012



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A., 2012b.

Entre dezembro de 2011 a dezembro de 2012 não houve mudanças significativas no controle acionário. A Família Civita, fundadora do Grupo Abril e da Abril/Somos Educação, operou uma transferência de 0,5% para *Free Float*, que se refere às ações que são comercializadas para o público em geral, incluindo pessoas físicas. A BR Investimentos, fundada em fevereiro de 2009, é um fundo de *private equity*⁵⁴ focado no setor de educação. A aquisição de pouco mais de 20% do capital social da Abril/Somos Educação foi negociada à

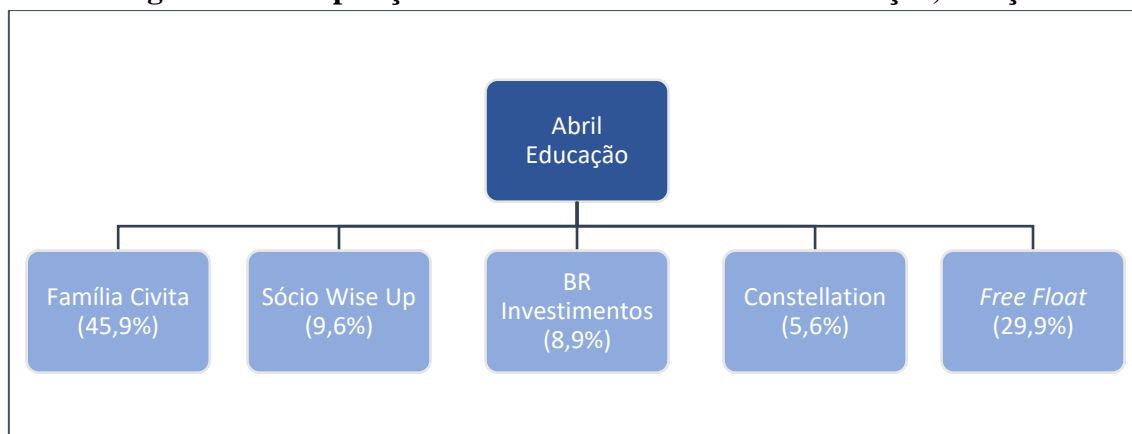
⁵³ Apesar de ter como período de estudo os anos de 2010 a 2015, optou-se por apresentar aqui, apenas para exemplificar, as mudanças na composição acionária até janeiro de 2016.

⁵⁴ Fundos de *private equity* são empresas que investem capital obtido junto a instituições financeiras em projetos comerciais geridos por profissionais de investimento. Geralmente não são listados em bolsas de valores. As estratégias empregadas incluem investimentos em empresas com dificuldades financeiras e investimentos em capital de risco. Essas empresas costumam gerenciar vários fundos (THOMSON REUTERS, 2016).

época, em agosto de 2010, por R\$ 226,2 milhões (FUNDO..., 2010). Quando a Abril/Somos abriu seu capital, a participação do fundo caiu para 18,5%.

Mais mudanças aconteceram a partir de 2013, conforme *figura 3*:

Figura 3 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, março/2013

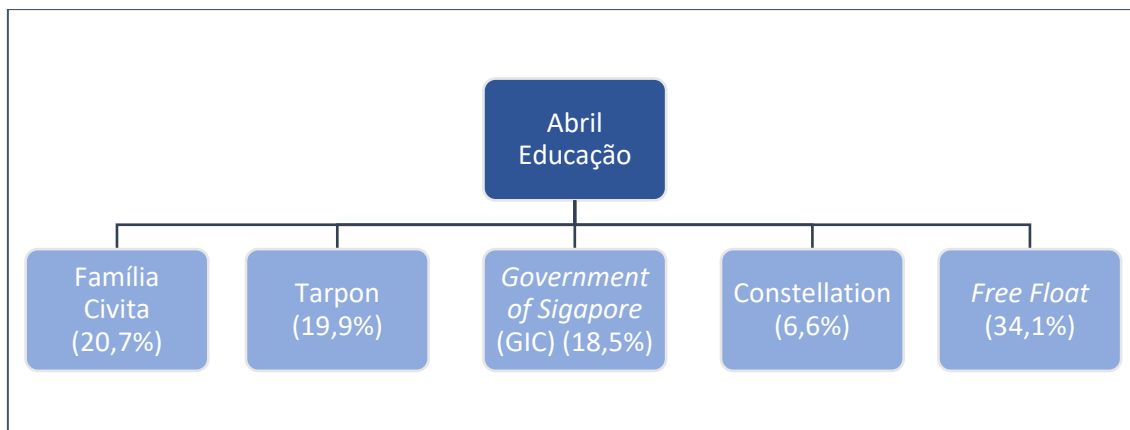


Fonte: Elaboração própria com base em Pinheiro (2014, p.72).

Houve diminuição na participação da Família Civita, a partir de 2013, com 45,9% e do BR Investimentos, com 8,9%; e entrada de novos sócios. O fundo Constellation⁵⁵ teve participação minoritária na Abril/Somos Educação, com 5,6%, Flávio Augusto da Silva, fundador da rede de idiomas Wise Up, também entrou como acionista minoritário, com 9,6%, depois que a Abril/Somos Educação adquiriu a rede, em fevereiro de 2013, por R\$ 887 milhões à época. As ações *Free Float* tiveram leve ascensão no período.

A participação da Família Civita começou a mudar drasticamente a partir de julho de 2014, mas até aquele momento, sem mudanças no controle acionário da Abril/Somos Educação. A *figura 4* apresenta essa mudança:

⁵⁵ O fundo Constellation pertence à gestora Constellation Investimentos e Participações Ltda. Fundada em 1999, a empresa é especializada na gestão de investimentos em empresas nacionais listadas na Bovespa (CONSTELLATION, 2014), por meio da “gestão de fundos de investimentos, administração de carteira de títulos e valores mobiliários ou outros ativos, próprios ou de terceiros, além da análise de investimentos financeiros em geral”. (PINHEIRO, 2014, p.73).

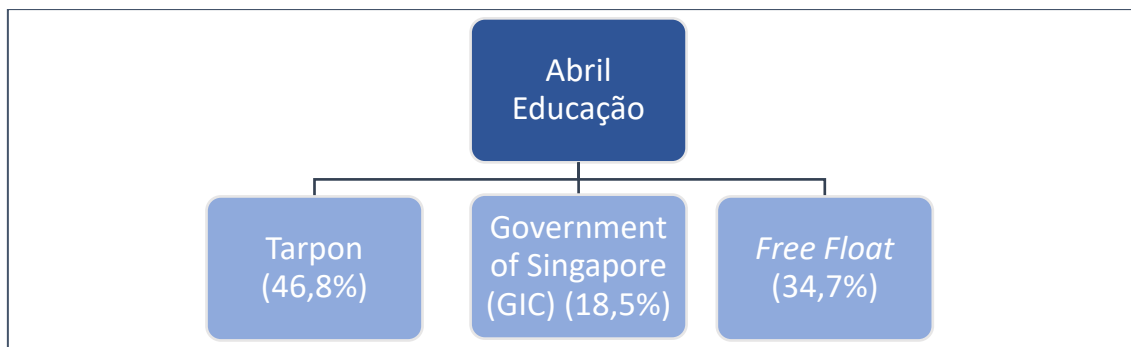
Figura 4 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, dezembro/2014

Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A., 2014d.

Em dezembro de 2014, o BR Investimentos e Flávio Augusto da Silva, da Wise Up, saíram do negócio. O Fundo Soberano de Cingapura (GIC)⁵⁶ comprou, em julho de 2014, 18,5% das ações da Abril/Somos; o valor acordado à época foi US\$ 265 milhões (SINGAPORE..., 2014). A Tarpon, gestora de fundos de investimentos fundada em 2002, iniciou a participação na Abril/Somos Educação em junho de 2014, quando adquiriu 19,91% de seu capital (OLIVEIRA; CAMPOS, 2013). Com isso, a gestora ganhou o direito de nomear três membros para o Conselho da companhia. De acordo com matéria da *Reuters*, a Tarpon teria oferecido R\$ 69 milhões em pagamentos adicionais, caso a Abril/Somos apresentasse melhores resultados nos anos seguintes (UPDATE 1..., 2014). Com essas negociações, as ações da Família Civita caíram para 20,7%. E as ações *Free Float* continuaram subindo.

Entretanto, conforme apresenta a *figura 5*, em 2015 ocorreu a mudança no controle da companhia com a alienação de todas as ações da Família Civita em benefício da gestora Tarpon:

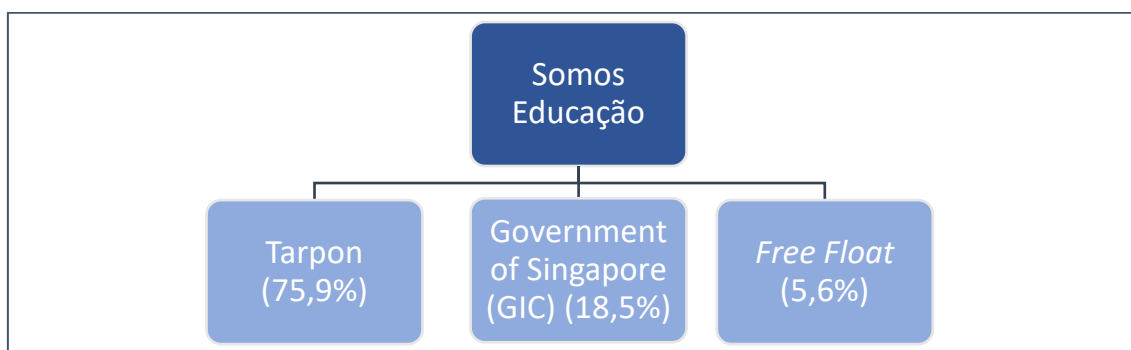
⁵⁶ O GIC começou a atuar no Brasil em abril de 2014 (BARBOSA, 2014), sendo considerado um dos maiores fundos soberanos do mundo, com aproximadamente US\$ 315 bilhões de ativos sob sua gestão (LUCCHESI; LEVIN, 2015). Fundos soberanos são administrados pelo governo de um país ou região, geralmente são compostos por reservas internacionais, excedentes da arrecadação fiscal e lucro das estatais (ENTENDA..., 2010).

Figura 5 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, fevereiro/2015

Fonte: Elaboração própria com base em Grupo..., 2015.

No início de 2015, a Tarpon adquiriu a totalidade das ações pertencentes à família Civita, alcançando 46,8% do capital total da companhia. Esta operação significou a saída do Grupo Abril do ramo educacional e a assunção do controle da Abril/Somos Educação pela Tarpon (GRUPO..., 2015); o preço acordado nessa negociação ultrapassou R\$1 bilhão (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2015). O Fundo Soberano de Cingapura (GIC) manteve sua participação com 18,5%, o fundo Constellation saiu do negócio e as ações *Free Float* subiram.

Desde então, a Tarpon vem aumentando gradativamente sua participação na companhia (TARPON ..., 2015a, b, c, d), conforme apresenta a *figura 6*:

Figura 6 – Composição acionária da Abril/Somos Educação, janeiro/2016

Fonte: Elaboração própria com base em Somos Educação S.A., 2016a.

Além de um aumento expressivo das ações da Tarpon (75,9%), é interessante notar a drástica diminuição nas ações *Free Float* (5,6%). Segundo as normas da BM&FBovespa, é

necessário que 25% das ações estejam livres, em circulação no mercado, portanto, a Abril/Somos Educação terá que se readequar⁵⁷.

É possível notar mudanças consideráveis na composição acionária da Abril/Somos Educação, num tempo relativamente curto – cinco anos. A Família Civita, fundadora do Grupo Abril, teve a maior parte das ações até o início de 2015, quando assume a controladoria a gestora Tarpon.

A seguir caracterizaremos os dois grupos que controlaram a companhia no período analisado⁵⁸.

2.1. Grupo Abril: origem e características

De acordo com sítio eletrônico institucional, a Editora Abril surgiu em 1950 com o lançamento da versão brasileira da revista em quadrinhos *O Pato Donald*, e da Sociedade Anônima Impressora Brasileira, a Abril Gráfica (ABRIL S.A., 2014d). Cabral (2006, p.147), entretanto, apontou que

Conforme o Contrato de Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, registrado no dia 16 de dezembro de 1947, a Editora Abril Ltda teve como primeiros sócios os italianos Enrico Frisoni, Piero Kern, Marcello Frisoni e Enrico Rimini, este denominado como primeiro gerente. Ou seja, a Editora Abril foi constituída em 1947 por quatro italianos [...]

Diante disso, não se deve ignorar nesta história que os fundadores da Editora Abril eram estrangeiros. Algo proibido na Constituição de 1946, Art.160, que não permitia a propriedade de empresas jornalísticas a estrangeiros. Entretanto, isso foi ignorado no registro da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Ainda de acordo com tal contrato, Cabral (2006) afirmou que a entrada oficial de Victor Civita na Editora ocorreu em 1963, com sua naturalização no Brasil. A entrada tardia não impediu que Civita investisse nos negócios; ele afirmou que a escolha do nome da companhia se deu por ser Abril o mês em que se inicia a primavera na Europa; a opção da árvore como símbolo “porque é a representação da fertilidade, a própria imagem da vida”; e a cor verde, “porque é a cor da esperança e do otimismo” (ABRIL S.A., 2014d).

⁵⁷ Em virtude do período selecionado para estudo, foge ao escopo desta pesquisa a investigação sobre essa questão.

⁵⁸ Como pretendemos apresentar a origem dos grupos, a caracterização a seguir abarca também os anos anteriores ao período determinado para esta pesquisa. Foram considerados os fatos de maior relevância para a elaboração deste trabalho.

Além da atuação em território nacional, o Grupo atuou em outros países. Em 1980, foi fundada a Editora Abril Morumbi, em Portugal; em 1989, a Editorial Primavera, na Espanha; em 1990, a Editora Abril Cinco, com sede na Colômbia, e a Abril Panini, associada à italiana Panini; em 1991, a Editorial Primavera, na Argentina. (ABRIL S.A.,2014d).

Sobre essa estratégia de “internacionalização”⁵⁹ adotada pelo Grupo Abril a partir dos anos 1980, Cabral (2008), afirmou que

De acordo com [...] Roberto Civita (2005), o processo de internacionalização do Grupo consistiu basicamente em trazer o mundo para dentro do Brasil e não de sair. Para Civita, eles trouxeram o mundo para dentro do Brasil, adaptando os produtos ao mercado e à cultura brasileira. A saída não representou muito, pois, só foram bem-sucedidos em Portugal. Tentaram a Argentina e Espanha, mas não conseguiram êxito, pois não se organizaram estrategicamente. (CABRAL, 2008, p.79).

Diante das experiências malsucedidas, o Grupo reformulou suas estratégias para investir no mercado interno (CABRAL, 2008).

O Grupo Abril passou por reorganização societária no início de 2010 e, até o final de 2014, atuou com base em dois principais braços empresariais: a Abril S.A., que concentra os negócios nas áreas de Mídia, Gráfica, Logística e Distribuição, e a Abril/Somos Educação S.A., que “reúne os empreendimentos no mercado de educação” (GRUPO ABRIL, 2012, p.15, grifos nossos). Além disso, o Grupo possuía participação significativa na revista CARAS, e contribuía para a manutenção da Fundação Victor Civita.

De acordo com o Código de Conduta do Grupo Abril, publicado em 2007, os valores da companhia eram “integridade”, “excelência”, “pioneirismo”, “valorização das pessoas”; e os princípios, “foco no cliente”, “trabalho em equipe”, “competitividade”, “rentabilidade”. O Grupo afirmava pautar-se pelo respeito às leis, reconhecendo sua responsabilidade pela “publicação e disseminação de informações corretas, isentas e produzidas em boa-fé” (ABRIL S.A., 2013, grifos nossos).

Seu objetivo declarado era:

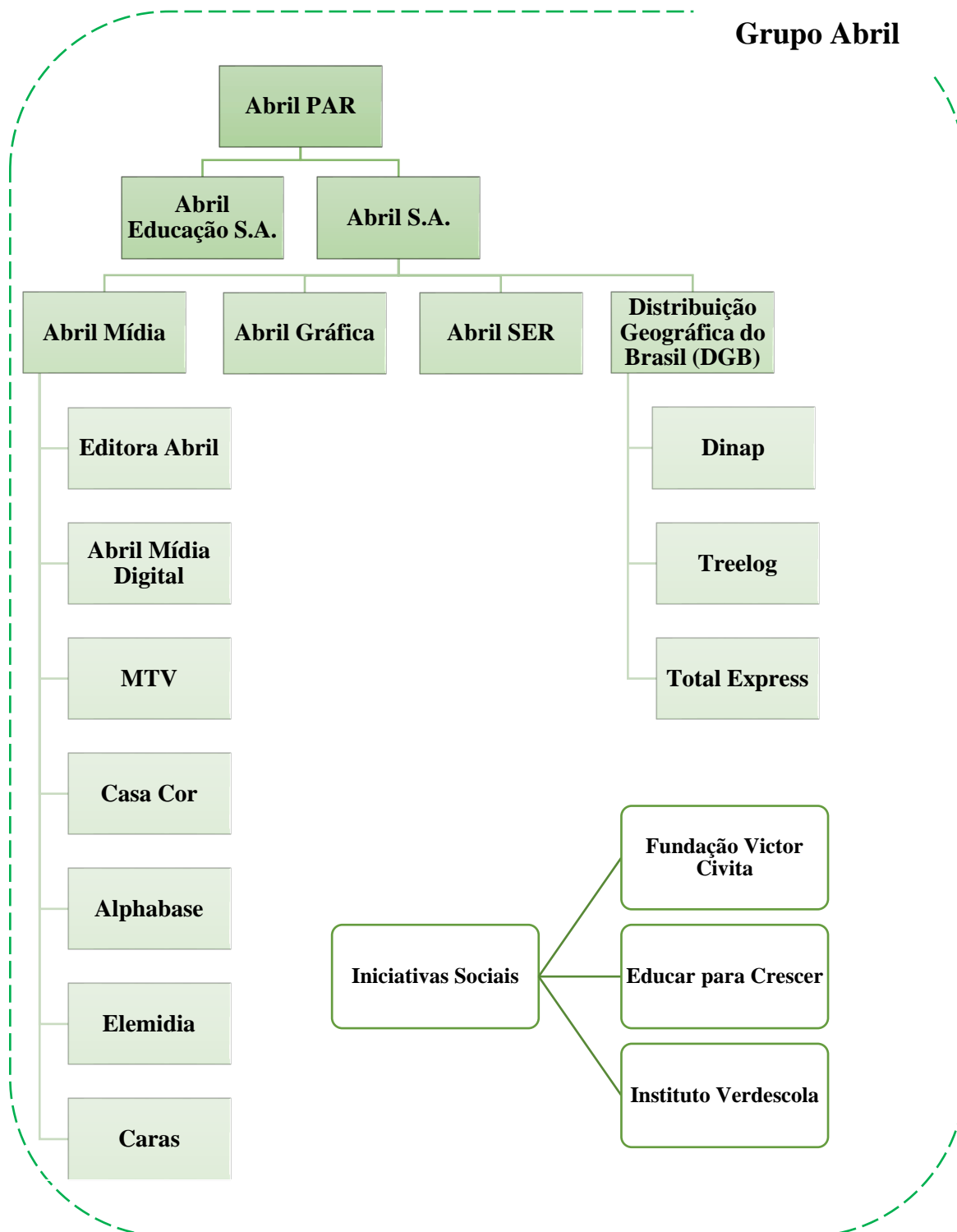
[...] continuar a desenvolver a maior empresa editorial brasileira, mantendo-a lucrativa, inovativa, integrada e diversificada, criando, fabricando e comercializando publicações da melhor qualidade editorial e gráfica para o maior número possível de indivíduos e entidades em todo o Brasil e – secundariamente – demais países de língua portuguesa. A Abril está empenhada em contribuir para a difusão de informação, cultura e

⁵⁹ O termo “internacionalização” foi usado por Cabral. Para mais informações, ver Cabral (2006, 2008).

entretenimento, para o progresso da educação, a melhoria da qualidade de vida, o desenvolvimento da livre iniciativa e o fortalecimento das instituições democráticas do país. [...] A Abril está empenhada em remunerar seus acionistas com um justo retorno sobre os investimentos, na forma de dividendos e aumento do patrimônio líquido. (ABRIL S.A., 2015i, grifos nossos).

Pretendia, ainda, “Ser a companhia líder em multimídia integrada, atendendo aos segmentos mais rentáveis e de maior crescimento dos mercados de comunicação e educação” (ABRIL S.A., 2015i, grifos nossos).

O organograma do Grupo pode ser ilustrado do seguinte modo:

Figura 7 – Organograma do Grupo Abril, 2010 – 2014⁶⁰

Fonte: Elaboração própria com base em Abril S.A., 2014c; 2015j; [2015?]a; Fundação Victor Civita, [2015?]a, Grupo Abril, 2012.

⁶⁰ O organograma representa o que foi possível apreender sobre a atuação do Grupo Abril a partir das informações coletadas para o desenvolvimento desta pesquisa. Desse modo, ainda que não corresponda diretamente à realidade em suas características mais específicas, permite observar a organização do Grupo, em geral.

Sobre o organograma

Abril PAR era a *holding* da família Civita, isto significa que os Civita possuíam, ao menos até o final de 2014, participação majoritária/controlavam essas empresas (GRUPO ABRIL, 2013).

- **Abril S.A.**

A Abril S.A. reunia as operações de mídia (Abril Mídia), gráfica (Abril Gráfica), logística e distribuição (Distribuição Geográfica do Brasil) e a área de apoio de Serviços (Abril SER).

Abril SER

Abril Ser era o pilar de serviços do Grupo Abril; “encarregada dos serviços compartilhados por todo o Grupo, [...] cuida da administração predial, saúde, segurança e relações de trabalho” (GRUPO ABRIL, 2012, p.91).

Abril Gráfica

A Abril Gráfica surgiu junto com a editora, em 1950. Segundo sítio eletrônico, era considerada a maior gráfica de revistas da América Latina em volume de produção (ABRIL S.A., 2015a). A impressão era totalmente integrada às áreas de logística e distribuição, o que garantia “produtividade e competitividade”. O parque gráfico possuía área de 52.500 m², onde eram produzidos anualmente 568 milhões de exemplares de revistas e edições especiais, livros e materiais didáticos, catálogos de produtos, tabloides e folhetos para o Grupo Abril e outros clientes⁶¹ (GRUPO ABRIL, 2012).

Abril Mídia

Abril Mídia era o segmento de comunicação do Grupo Abril; composta por: Editora Abril, Abril Mídia Digital, MTV, Casa Cor, Alphabase, Elemidia e Caras (ABRIL S.A., 2015b).

A Editora Abril dividia suas 38 revistas em Unidade Notícias e Negócios, Unidade Mulher e Celebidades, Unidade Homem & Lifestyle, Unidade Arquitetura e Design. Na primeira unidade estavam as revistas VEJA, seu portal *online* e os títulos de Veja Cidades – VEJA São Paulo, VEJA Rio, VEJA BH e VEJA Brasília; EXAME; PME; INFO e o Brasil Post

⁶¹ Mais informações a respeito da Abril Gráfica podem ser obtidas no sítio eletrônico a seguir: http://grafica.abril.com.br/abril_grafica.php (EDITORA ABRIL S.A., 2010).

(ABRIL S.A., 2015h). Em Mulher e Celebidades estavam CLAUDIA, CAPRICHÔ, ELLE, ESTILO, NOVA, SAÚDE, e o portal M de Mulher (ABRIL S.A., 2015g). A Unidade Homem & Lifestyle agrupava Disney, SUPERINTERESSANTE, MUNDO ESTRANHO, Guia do Estudante, Almanaque Abril, QUATRO RODAS, VIP, VIAGEM E TURISMO, Guia Quatro Rodas e NATIONAL GEOGRAPHIC, MEN'S HEALTH, PLAYBOY e RUNNER'S WORLD E WOMEN'S HEALTH (ABRIL S.A., 2015f). Por fim, a Unidade Arquitetura e Design era formada pelo título CASA CLAUDIA (ABRIL S.A., 2015e). Em 2011, a Editora alcançou aproximadamente 27,8 milhões de leitores (GRUPO ABRIL, 2012).

É importante lembrar o papel histórico desempenhado pelas revistas da Editora Abril como difusoras de uma ideologia e de uma visão de mundo que tendem a ser representativas dos setores dominantes na sociedade. Segundo Venturini (2008), alguns grupos e entidades atuaram como representantes de interesses de classe perante o governo a partir de 1964; era necessária uma doutrinação ideológica do empresariado, o que ocorreu por meio de publicações técnicas. A Editora Abril desempenhou importante papel nesse momento:

Com um segmento rentável e inexplorado no mercado editorial à sua frente e uma relação de apoio mútuo com os setores inicialmente golpistas e, depois de 1964, governistas, a Editora Abril, especializada em publicações voltadas às classes altas e médias, sem segmentação por especialidades de ofício, decidiu, por intermédio de seu proprietário e fundador Victor Civita, produzir revistas técnicas voltadas a empresários, tecnocratas, engenheiros e técnicos ligados a setores da economia considerados estratégicos (VENTURINI, 2008, p.90-91).

Os objetivos da doutrinação ideológica, aliados aos dos lucros, levaram o Grupo Abril a lançar a revista *Veja*, em abril de 1968⁶². A partir de 1975, essa revista, dentre outras, toma para si o papel de difusão ideológica entre os empresários, papel esse que não estava mais sendo cumprido pelas publicações técnicas⁶³ (VENTURINI, 2008).

Durante o período da reforma do Estado brasileiro, nos anos 1990, as publicações da Editora Abril difundiram amplamente as ideias e práticas neoliberais propostas, como a necessidade de diminuir o Estado, de privatizar as estatais, de gerenciar políticas públicas de maneira privada, etc. (SILVA, 2009; GENTIL, 2003).

⁶² Há uma divergência com relação a data de surgimento da revista *Veja*. De acordo com Venturini (2008, p.93) foi em abril de 1968, já segundo Villalta (2002, [s/p]), em setembro de 1968.

⁶³ Não se pretende, neste trabalho, fazer uma discussão aprofundada acerca da atuação do Grupo Abril no período da ditadura militar. Sobre esse assunto, ver Venturini (2008).

A Abril Mídia Digital era uma área de apoio às plataformas digitais da Abril: sítios, aplicativos móveis, edições em *tablets* e outras iniciativas digitais e de *e-commerce*. Para facilitar a venda e distribuição dos produtos digitais, o Grupo Abril criou o *iba*, um site de compras que funciona como uma banca *online*; em 2011, mais de 11,7 mil *e-books* estavam disponíveis no portal e mais de 27 das revistas editadas pela Abril (GRUPO ABRIL, 2012).

Jairo Leal, presidente executivo da Abril Mídia em 2012, afirmou não acreditar na rivalidade entre os *websites* e as revistas impressas e digitais da Abril, pois “O conteúdo dos *sites* é diferente daquele das revistas, sejam elas impressas ou digitais. Os *sites* oferecem cada vez mais conteúdo vivo e serviços interativos”. Afirmou ainda que “as revistas entregam o tradicional conteúdo de alta qualidade e profundidade, marca registrada da Editora”. (GRUPO ABRIL, 2012, p.26-27).

A MTV, lançada em 1990, era o maior canal de TV segmentada do Brasil, com 21 programas e sítios com mais de 15 milhões de visitas mensais. O canal atingiu, em 2012, cerca de 23 milhões de residências, em 176 cidades (GRUPO ABRIL, 2012).

A Alphabase era responsável pela oferta de soluções de marketing interativos. Possuía um enorme banco de dados com nomes, e-mails, endereços, CPFs e telefones; funcionava como fonte de informação para negócios que envolvem diferentes mercados consumidores (GRUPO ABRIL, 2012).

A Elemidia era a maior operadora de mídia digital *out-of-home* da América Latina. Atua através de monitores instalados em edifícios corporativos, shoppings, hotéis, bares, lojas, universidades, mercados, academias etc. Os monitores transmitiam uma programação segmentada ponto a ponto, em tempo real; em 2012 alcançava 14,3 milhões de pessoas por semana (GRUPO ABRIL, 2012).

A Casa Cor era o maior evento de arquitetura e decoração da América Latina e o segundo maior do mundo. Mantinha, em 2012, 22 franquias, sendo 18 em território nacional e 4, em internacional (GRUPO ABRIL, 2012).

O Grupo Abril mantinha uma parceria com a Editora Caras. Essa era responsável pela produção de conteúdo, circulação e venda de publicidade das revistas ANA MARIA, CONTIGO!, ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO, PLACAR, TITITI, VOCÊ RH, VOCÊ S/A; AVENTURAS NA HISTÓRIA, BONS FLUÍDOS, MANEQUIM, MÁXIMA, MINHA CASA, MINHA NOVELA, RECREIO, SOU + EU, VIDA SIMPLES e VIVA MAIS; o Grupo prestava os serviços de assinaturas, distribuição e gráfica (ABRIL S.A., 2016).

Distribuição Geográfica do Brasil (DGB)

DGB era a unidade da Abril responsável pela logística e distribuição dos produtos. Tratava-se de uma *holding* composta por membros da família Civita e pelo grupo de mídia sul-africano Naspers⁶⁴. Esse detinha 30% das ações, aqueles, 70% (GRUPO ABRIL 2012). A grande estrutura ofertava diversos serviços como recebimento, separação, armazenagem, conferência, etiquetagem, distribuição, manuseio, personalização, montagem de kits, rastreabilidade e projetos logísticos. Em 2011, 127 milhões de exemplares de assinatura foram entregues, e aproximadamente 277 milhões de revistas avulsas, vendidas (ABRIL S.A.,2015d).

A DGB englobava as empresas Dinap, Treelog e Total Express. A primeira era responsável pela venda de produtos no varejo (bancas, supermercados e pequenos varejos) e entrega porta a porta. A segunda era a maior e mais especializada rede de distribuição privada do país. E a terceira se responsabilizava pelo manuseio e distribuição de pequenos e médios volumes⁶⁵ (DGB, 2014).

- **Abril Educação S.A.**⁶⁶

No âmbito educacional, a atuação do Grupo Abril começou em 1960, com a criação do primeiro material didático usado no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)⁶⁷ e, desde então, declarou buscar “melhoria da qualidade da educação brasileira multiplicando as suas linhas de atuação e incentivos no segmento” (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014a).

Em 1999, as editoras Ática e Scipione foram compradas, em associação com o grupo francês Havas⁶⁸; em 2004, o Grupo Abril adquiriu-as integralmente. Em 2008, foi lançado um sistema de ensino próprio da Abril, o Sistema SER de Ensino (ABRIL S.A.,2014d).

⁶⁴ Fundado em 1915, Naspers é um grupo global de internet e entretenimento e um dos maiores investidores de tecnologia do mundo; opera em mais de 130 países (NASPERS, 2016).

⁶⁵ Mais informações a respeito da DGB podem ser encontradas em:
<http://www.dgb.com.br/dgb/?mn=512&c=1129&s=0> (DGB, 2014).

⁶⁶ Informações mais detalhadas serão apresentadas no quarto capítulo deste trabalho.

⁶⁷ O Mobral foi criado pela Lei n. 5.379, de 15 de dezembro de 1967, durante a ditadura militar, tendo como promessa acabar com o analfabetismo. Foi um programa imposto, sem a participação dos educadores e de grande parte da sociedade. Por um lado, atendia aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar, por outro, acolhia os objetivos políticos dos governos militares (HADDAD, DI PIERRO, 2000).

⁶⁸ O Grupo Havas, sediado em Paris, era um dos maiores grupos globais de publicidade e comunicação; possui capital aberto, com ações negociadas na bolsa francesa. Em 2012, estava presente em 75 países, inclusive no Brasil (HAVAS WORLDWIDE BRASIL, 2012).

Há, porém, algumas incongruências quanto ao ano de surgimento da Abril Educação (2007,2009,2010)⁶⁹. Importa saber que a decisão teve o intuito de unir as editoras Ática e Scipione, o Sistema SER de ensino e todos os “ativos relacionados aos negócios da educação” para “explorar o potencial” desse segmento (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014a; 2014h).

Ao que tudo indica, a informação mais consistente é a de que a Abril Educação surgiu em 2007, como um braço do Grupo, mas passou a atuar separadamente da Abril Mídia a partir de 2010, quando ocorreu uma reorganização societária. Em 2015, a Abril Educação atendia cerca de 130 mil escolas, 35 milhões de alunos em todos os estados brasileiros (ABRIL S.A., 2015c).

- **Iniciativas Sociais**

O Grupo Abril mantinha uma série de iniciativas sociais⁷⁰. Destacamos: Fundação Victor Civita, Educar para Crescer e Instituto Verdescola (GRUPO ABRIL, 2012).

Fundação Victor Civita

A Fundação Victor Civita (FVC) surgiu em 1985; no ano seguinte foi lançada a revista *Nova Escola*; em 1988 foi a vez da *Sala de Aula*, mas a edição durou apenas até 1990. Em 1998, foram lançados a *Veja na Sala de Aula*, o portal *online* novaescola.org.br, e o Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. Em 2009, foram criadas a área de Estudos e Pesquisas Educacionais e a revista *Gestão Escolar* (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]b). Em 2014, surgiram o evento Grandes Diálogos, com transmissão *online*, e o portal gestaoescolar.org.br, e também se iniciaram parcerias com o Canal Futura, na Campanha Orgulho de Ser Professor, com a

⁶⁹ 2007, segundo Abril S.A., 2015c; 2009, de acordo com Abril Educação S.A., 2014g; 2010, conforme Abril Educação S.A., 2014a.

⁷⁰ Termo utilizado pelo próprio Grupo.

plataforma *online* Observatório do Plano Nacional de Educação⁷¹, e com o Conviva Educação⁷², (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, 2015).

A FVC apresentava-se como uma organização sem fins lucrativos, com os objetivos declarados de “apoiar o trabalho de professores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas da Educação Básica brasileira” (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]a) e “contribuir para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil, produzindo conteúdo que auxilie na capacitação e valorização de professores e gestores e influencie políticas públicas.” (Idem, [2015?]c). Seus mantenedores são o Grupo Abril e a Gerdau⁷³. A fundação atuava em três dimensões: qualificação, valorização e investigação (Idem, [2015?]a).

No que se refere à qualificação de professores e gestores, a FVC produzia as revistas de educação *Nova Escola* e *Gestão Escolar* e seus respectivos portais *online*. A *Nova Escola* era mensal e apresentava “práticas educacionais bem-sucedidas” e conteúdos para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Segundo sítio eletrônico institucional, em 2013, 76% dos leitores da revista afirmaram que, em algum momento, mudaram sua prática em sala de aula em virtude das publicações, e 77%, consideraram a revista como *Top of Mind* de revistas de Educação. O portal complementava essa revista, apresentando recursos pedagógicos como planos de aula, projetos didáticos, vídeos, infográficos, jogos, informações sobre as teorias educacionais, entrevistas com especialistas e blogs que tratam de assuntos sobre o cotidiano escolar (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]a). Em 2001, a *Nova Escola* foi reconhecida,

⁷¹ O Observatório do Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n. 13.005/2014) é uma plataforma *online* cujo objetivo é monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do PNE e de suas respectivas estratégias, além de oferecer análises sobre políticas públicas educacionais já existentes e que ainda serão implementadas durante a vigência do Plano. A iniciativa é coordenada pelo Todos pela Educação, recebeu apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e conta com a parceria de vinte organizações ligadas à educação: Capes, Cenpec, Comunidade Educativa Cedac, Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho/Canal Futura, Fundação Santillana, Fundação Victor Civita, Instituto Avisa Lá, Instituto Natura, Instituto Paulo Montenegro, Instituto Rodrigo Mendes, Instituto Unibanco, Ipea, Mais Diferenças, SBPC, Unesco e Unicef (OBSERVATÓRIO DO PNE, 2013).

⁷² O Conviva Educação é uma plataforma virtual gratuita de apoio à gestão das Secretarias Municipais de Educação; oferece ferramentas que otimizam o tempo utilizado com processos administrativos. É uma iniciativa da União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) e coordenada pelo Instituto Natura. São parceiros: Fundação Itaú Social, Fundação Lemann, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Fundação Roberto Marinho, Fundação SM, Fundação Telefônica Vivo, Fundação Victor Civita, Instituto C&A, Instituto Natura, Itaú BBA e Movimento Todos pela Educação (CONVIVA EDUCAÇÃO, 2014).

⁷³ A Gerdau atuava no segmento de aços nas Américas, sendo uma das principais fornecedoras de aços longos especiais do mundo. Atuava com a produção própria de aços planos e com a expansão das atividades de minério de ferro (GERDAU S.A., 2009b). Sua missão declarada era “gerar valor para [...] clientes, acionistas, equipes e a sociedade, atuando na indústria do aço de forma sustentável.” (GERDAU S.A., 2009a). A Gerdau era parceira da Fundação Victor Civita desde 2006 (GERDAU S.A., 2009c).

pela Unesco, como o melhor veículo de Educação no país e, em 2010, ganhou o prêmio Ayrton Senna na categoria Destaque Educação (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]b).

A revista *Gestão Escolar* era bimestral e publicava assuntos para o cotidiano de diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais. Segundo sítio eletrônico, em 2013, 88% dos leitores declararam que a revista contribui para o planejamento de suas atividades. O portal *online* contemplava todas as áreas de atuação desses profissionais, apresentando blogs, colunas, projetos institucionais e de formação, vídeos e testes (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]a).

Com relação à valorização do professor, a FVC identificava e divulgava as dez melhores práticas pedagógicas do país, entre professores e gestores, por meio do Prêmio Victor Civita Educador Nota 10. Segundo sítio eletrônico, o Prêmio já havia alcançado 51 mil projetos inscritos, tendo entregue R\$ 2 milhões em prêmios para mais de 180 educadores. Há um portal *online* para orientação à inscrição de trabalhos e divulgação de práticas pedagógicas consideradas boas (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]a).

Referente à investigação, a FVC, por meio da área de Estudos e Pesquisas Educacionais, “encomenda levantamentos, estudos e pesquisas para investigar questões relevantes e apresentar sugestões que ajudem a solucionar os desafios da Educação brasileira e influencie políticas públicas” (FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA, [2015?]a). Segundo sítio eletrônico, já foram publicados quatro livros com estudos e pesquisas de diferentes institutos e universidades e 13 edições especiais de divulgação das pesquisas, com linguagem acessível e tratamento gráfico diferenciado; 120 mil exemplares dessas edições foram distribuídos gratuitamente para gestores públicos e formadores de professores. A área de Estudos e Pesquisas Educacionais também possuía portal *online* (fvc.org.br/estudos), onde estudos e pesquisas eram divulgados (Idem).

Educar para Crescer

A Abril Mídia, junto ao Grupo Bandeirantes⁷⁴, mantinha o Educar para Crescer, um movimento declarado sem fins lucrativos, que possuía apoio do Ministério da Educação. Este movimento “foi criado para ampliar o impacto das iniciativas de Educação do Grupo e tornar a Educação a grande pauta nacional”. O movimento produzia cartilhas com orientações para

⁷⁴ O Grupo Bandeirantes, fundado em 1937, é uma companhia brasileira de veículos e produtos de comunicação. Em 2016, era considerado um dos maiores Grupos de Comunicação multimídia do Brasil e da América Latina (GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO, 2009-2016).

melhorar a educação, nos âmbitos familiar e social, que eram distribuídas gratuitamente em escolas públicas e privadas, empresas e locais de grande circulação (ABRIL S.A., [2015?]a).

Roberto Civita, à época do lançamento do movimento Educar para Crescer, em 2008, explicitou o interesse do Grupo Abril pela educação:

A Abril está interessada em Educação desde sempre. Quando escrevemos nosso credo, que está nas paredes de nossos prédios, já incluímos a Educação [...] Educação faz parte do DNA da casa. Juntaremos Fundação Victor Civita que publica a Nova Escola, que é a segunda maior revista do Brasil, a Ática e a Scipione, e todas as revistas da casa para ajudar a conscientizar sobre a importância da Educação de qualidade para o crescimento das pessoas e do país. A ideia é fazer com que os leitores se conscientizem da importância de seu papel. Se conscientizem que a Educação não é apenas um problema do Governo, ou um problema da Escola, ou um problema dos outros: a Educação é um problema dos pais, das comunidades, de cada cidadão. (ABRIL S.A., 2014a).

Além de seus mantenedores, o Educar para Crescer contava com patrocínio da Malwee⁷⁵, apoio do Conselho Federal de Educação Física (Confef)⁷⁶, da Todolivro⁷⁷ e de qualquer empresa que tivesse iniciativa em âmbito educacional:

Qualquer empresa que tenha iniciativa própria na área de Educação pode ser patrocinadora do Educar para Crescer e associar sua marca às inúmeras ações feitas pelo projeto. Os diferentes tipos de cotas permitem uma relevante exposição em diferentes plataformas de mídia e uma associação de marca a uma causa em prol da Educação. (ABRIL S.A., 2014a).

O movimento buscava alcançar a população por meio de reportagens, cartilhas, campanhas, eventos e redes sociais. As principais ações eram: produções de reportagens sobre educação nas revistas da Abril Mídia e em jornais e programas do Grupo Bandeirantes;

⁷⁵ A Malwee, fundada em 04 de julho de 1968, era considerada uma das principais empresas de moda do Brasil. Produzia mais de 55 milhões de peças por ano, compondo as coleções de suas dez marcas: Malwee, Scene, Enfim, Mercato, Wee!, Malwee Brasileirinhos, Liberta, Zig Zig Zaa, Carinhoso e Puket, além da coleção especial Eu Abraço Sustentabilidade com Estilo. A empresa contava com 8 unidades fabris, 40 mil pontos de vendas multimarca e mais de 350 lojas monomarca, além de aproximadamente 10 mil funcionários (GRUPO MALWEE, [s/d]).

⁷⁶ O Confef foi criado em 1998, por meio da Lei 9.696/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Educação Física. A missão declarada da Confef era “garantir à sociedade que o direito constitucional de ser atendida na área de atividades físicas e esportivas seja exercido por profissionais de Educação Física” (CONFEEF, [s/d]a,b).

⁷⁷ O Grupo Todolivro surgiu em 1952, com uma pequena livraria em Blumenau-SC. Comercializava os selos editoriais Todolivro, Editora Eko, Editora BrasiLeitura, SBN Editora. Sua missão declarada era “oferecer produtos e serviços que levem os clientes a ter, na Todolivro, o fornecedor por excelência no atendimento à demanda de livros infantis de qualidade superior” (TODOLIVRO DISTRIBUIDORA LTDA, [s/d]).

realização de campanhas, publicadas nas revistas da Abril, com “mensagem de mobilização da população para causas relacionadas à Educação”; criação do Portal Educar para Crescer, que reunia reportagens, jogos, blogs, vídeos etc.; produção de Guias de Educação em Família, com edição de cartilhas com dicas para famílias; produção de cartazes com mensagens de engajamento, disponíveis para *download* no portal Educar para Crescer; participação em redes sociais, com compartilhamento de mensagens de engajamento; organização de eventos com participação de especialistas que orientavam como os cidadãos podiam participar da educação; produção de conteúdos customizados como calendários e cadernos; produção de pesquisas sobre educação, em parceria com o Ibope⁷⁸ e com o Ipsos Marplan⁷⁹. (ABRIL S.A., 2014a).

O Educar para Crescer elaborava o ranking “Melhores da Educação Brasileira”. Tratava-se de uma classificação anual das escolas públicas com base nos indicadores oficiais da Educação. Os objetivos declarados eram: “divulgar amplamente e de forma amigável os principais indicadores da Educação brasileira; classificar escolas, municípios e estados; divulgar as boas práticas das melhores escolas; propor alternativas para sanar as deficiências do cenário educacional.” (ABRIL S.A., 2008).

Instituto Verdescola

O Instituto foi criado em 2005, por membros da Família Civita, como uma organização não governamental. Com a missão declarada de “educar e formar pessoas para que tenham autonomia para a vida”, atendia crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social da Vila Sahy, na Costa Sul do município de São Sebastião – SP. Eram oferecidas atividades como leitura e interpretação, informática, cidadania e valores, educação ambiental, esportes e cultura, oficinas de técnicas artesanais e qualificação profissional. O Verdescola era patrocinado pelo governo federal e por diversas instituições privadas (INSTITUTO VERDESCOLA, s/d).

⁷⁸ O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) desenvolvia pesquisas de opinião, TV, internet, telefonia e diversas categorias, além de fornecer serviços de notícias e e-mail. Produzia pesquisas relacionadas ao Brasil e toda a América Latina (IBOPE, [s/d]).

⁷⁹ Ipsos era a terceira maior empresa de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo. Foi fundada na França em 1975, e está presente em 87 países – inclusive no Brasil (IPSOS, [s/d]).

2.2. Tarpon: origem e características

A gestora de fundos de investimentos foi fundada em 2002, como uma sociedade limitada, mas um ano depois, transformou-se em sociedade anônima. O propósito da Tarpon era “atuar como administradora de carteira e gestora de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento, no Brasil e no exterior” (TARPON INVESTIMENTOS S.A., 2015a, grifo nosso).

Matéria divulgada pela *Bloomberg*, em junho de 2011, relatou o início da Tarpon com o seu fundador, José Carlos Magalhães – o Zeca, como era chamado – aos 17 anos, investindo em ações: “Eu comecei com mil dólares, depois com cinco mil, com 20 mil e com 50 mil.⁸⁰”. Depois, passou a gerir a economia de familiares e amigos (RAGIR, 2011). Em 2002, em meio a dificuldades financeiras no Brasil, ocasionadas pela dívida externa Argentina de US\$ 95 bilhões, Zeca decidiu aproveitar a baixa dos preços das ações para iniciar um fundo. Pediu dinheiro emprestado a seu chefe, Ricardo Semler, *chairman* da Semco S.A. à época. Semler investiu cerca de US\$ 2,2 milhões na Tarpon, e, em 2011, seu dinheiro já havia crescido 17 vezes desde a criação do fundo. (RAGIR, 2011).

Um dos primeiros investimentos da Tarpon foi a Sadia S.A. Segundo Eduardo Mufarej, *Chief Executive Officer* (CEO) da Tarpon à época, em julho de 2004, já haviam canalizado R\$ 85 milhões (US\$ 52 milhões) para o negócio. Em 2005, entretanto, a Tarpon decidiu desfazer-se da Sadia, por considerar que ela gastava muito para aumentar a capacidade de produção. Zeca vendeu as ações por cinco vezes mais ao valor pago inicialmente (RAGIR, 2011).

Em 2009, a Sadia aceitou a oferta de aquisição feita por sua concorrente, a Perdigão S.A. Naquele momento, Zeca pediu a seus analistas para estudar as projeções das empresas incorporadas e, após dois meses, a Tarpon já estava entre os principais investidores. A nova companhia foi designada Brasil Foods S.A (BRFoods). Em 2011, as ações pertencentes à Tarpon foram avaliadas em U\$ 1,1 bilhão, seu maior investimento à época. (RAGIR, 2011).

Segundo a representante da Tarpon, Izabella Mattar, em vídeo divulgado pela companhia em 2015 :

[...] o foco [da Tarpon] hoje [...] são empresas [...] um pouco mais estruturadas, né? Empresas já listadas na bolsa, empresas grandes, investimentos mais focados. Ou seja, a gente está reduzindo o portfólio e mantendo, de fato, aquelas empresas em que a gente pode empresariar, que a gente pode entrar com executivos que dividem da nossa cultura, que fazem

⁸⁰ Trecho original: “I started with \$1,000, and then \$5,000, then \$20,000 and then \$50,000,”

parte do nosso grupo, né? E que a gente consiga de fato mudar a gestão dessa empresa, gerando valor na ponta, né? (JOVENS..., 2015).

A *figura 8* apresenta o portfólio de investimentos⁸¹ da Tarpon, em dezembro de 2014, permitindo uma visualização da dimensão e da variedade dos negócios envolvidos. A educação era apenas um dos itens da carteira gerida pela Tarpon:

Figura 8 – Portfólio de investimentos da Tarpon Gestora de Recursos S.A., dezembro/2014



Fonte: Extraído de Tarpon Investimentos S.A., 2014.

Em 2015, as principais empresas com atuação da gestora foram: BRFoods, Abril/Somos Educação, Omega Energia, Cremer, Morena Rosa Group, GV Logística. Havia ainda outras empresas no portfólio, mas com pouca atuação na gestão por parte da Tarpon (JOVENS..., 2015).

Referente aos objetivos de investimentos, Mattar afirmou que a Tarpon

[...] seleciona seus investimentos muito de acordo com o propósito da empresa. [...] Para se fazer um investimento na Tarpon [...] olha-se tudo: gerar valor na ponta, o lucro que isso pode gerar, etc. Mas olha-se também [...] qual é o impacto que essa empresa vai ter na sociedade né? Então a gente busca, através dos nossos investimentos, trazer alguma melhoria pro Brasil, alguma melhoria pra sociedade, e isso precisa fazer algum sentido [...] aonde a gente

⁸¹ Portfólio é uma coleção de investimentos detidos por um investidor individual ou por uma instituição financeira. Pode incluir ações, títulos, contratos de futuros, investimentos imobiliários entre outros (THOMSON REUTERS, 2016).

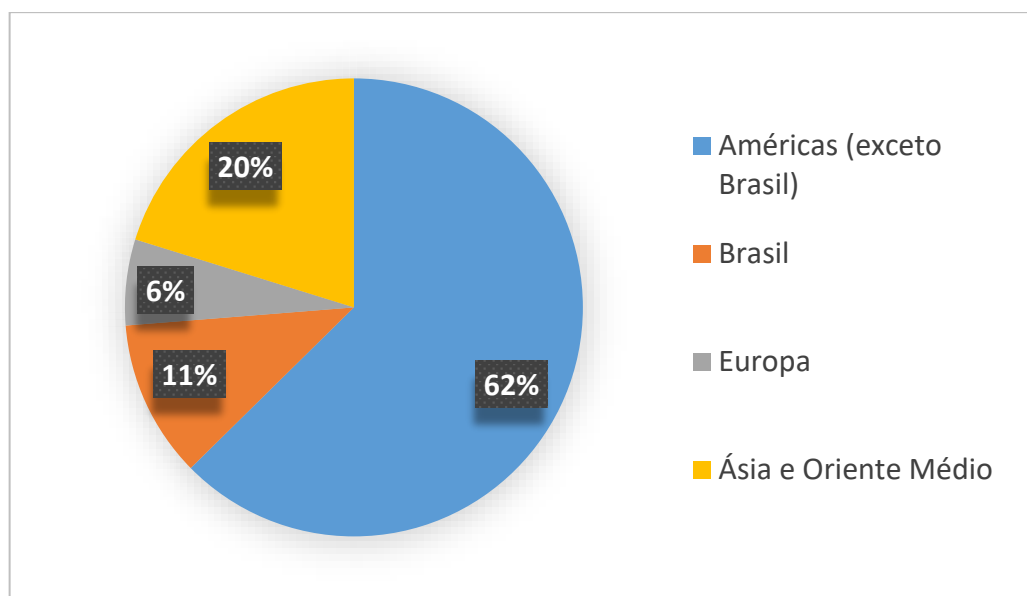
vai alocar o nosso capital. Então, com a BRFoods, a gente tem aí o propósito de [...] gerar alimentos com a maior qualidade, menos custo; na Omega, a gente tem esse propósito da energia renovável; na Cremer, melhorar o setor de saúde; na Somos Educação, melhorar a qualidade do ensino básico, ensino de línguas, né? Então, todas as nossas empresas têm um porquê por trás, e na hora que a gente está estudando os *cases* de investimento, as perguntas que são feitas pelos responsáveis, são perguntas muito essenciais do negócio, tipo, como que esse negócio pode, de fato, evoluir, né? Como que esse negócio pode trazer, de fato, alguma inovação pra sociedade dentro do setor que ele está inserido? (JOVENS..., 2015, grifo nosso).

Apesar de sua origem brasileira e de ter os valores mobiliários custodiados no Brasil (ações negociadas na BM&FBovespa, sob o código TRPN3), a Tarpon possuía, desde 2011, uma subsidiária integral da Companhia em Nova Iorque – EUA (TISA NY, Inc.), cujo objetivo era a prestação de serviços de assessoria financeira. (TARPON INVESTIMENTOS S.A., 2015a).

A proximidade entre a Tarpon e os EUA começou com o investimento de fundos de quatro universidades americanas, os chamados *endowments* (fundos construídos a partir de doações de ex-alunos). Depois disso, a gestora se aproximou dos fundos soberanos e dos fundos de pensão dos EUA. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2013).

O *gráfico 2* apresenta a distribuição do capital da Tarpon, por região geográfica:

Gráfico 2 – Ativos sob gestão da Tarpon, por região geográfica, março/2015

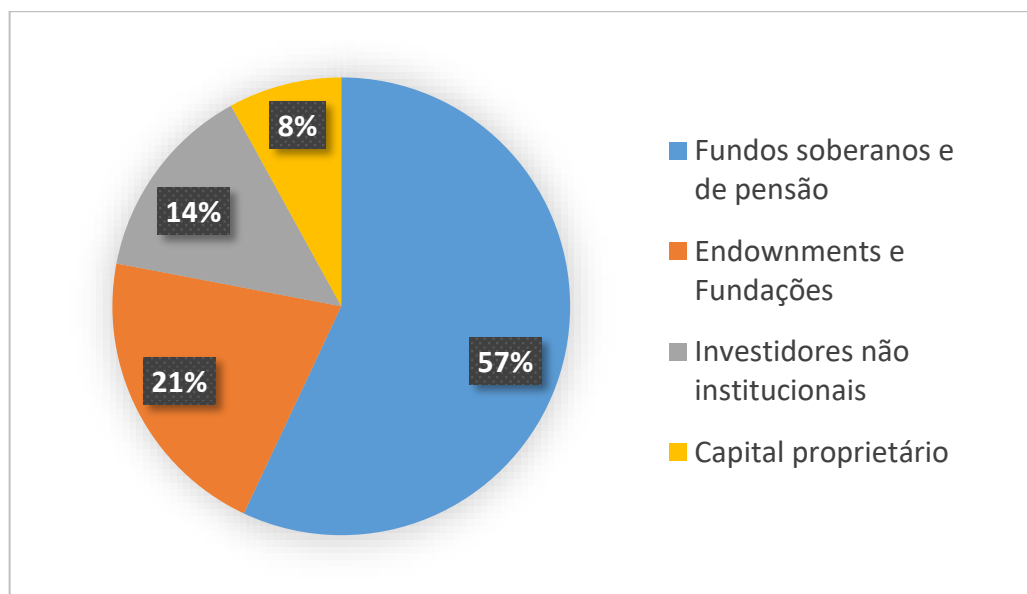


Fonte: Elaboração própria com base em Tarpon Investimentos S.A., 2015b.

Os ativos sob gestão nos Fundos Tarpon totalizaram R\$ 10,68 bilhões em 31 de março de 2015; a maior parte desse capital vinha das Américas, principalmente dos EUA; apenas 11% do dinheiro sob gestão da Tarpon era brasileiro (TARPON INVESTIMENTOS S.A., 2015b).

O *gráfico 3* apresenta a distribuição desse capital, por tipo de investidor:

Gráfico 3 – Ativos sob gestão da Tarpon, por tipo de investidor, março/2015⁸²



Fonte: Elaboração própria com base em Tarpon Investimentos S.A., 2015b.

O gráfico mostra que os fundos soberanos e de pensão foram os principais investidores; tais fundos eram, em sua maioria, provenientes de território americano, comprovando a proximidade da Tarpon com os EUA. O capital proprietário da companhia era o investidor minoritário, correspondendo a apenas 8% do total.

Matéria publicada pela *Bloomberg*, em 2012, destacou o crescimento de investidores estrangeiros no Brasil. Para o Banco Mundial, a economia brasileira iria crescer 3,4% em 2012,

⁸² Investidores não institucionais são pessoas físicas, que incluem os indivíduos que investem por meio das corretoras e os clubes de investimento. Investidores institucionais são as instituições que administram recursos de terceiros (MERCADO..., 2006).

Fundos de pensão são organizados por empresas, com o objetivo de realizar investimentos para garantir uma complementação da aposentadoria aos indivíduos que aderirem ao plano (PERGUNTAS..., 1996-2014).

Endowments (fundos de doações) são fundos de investimentos criados por universidades, organizações sem fins lucrativos, igrejas e hospitais, com intuito de criar um patrimônio perpétuo para a instituição. Os fundos são compostos por doações que são dedutíveis para os doadores (PAPP, 2014), (ENDOWMENT..., 2016).

em comparação a uma queda de 0,3% dos países europeus e 2% dos Estados Unidos⁸³. Com isso, fundos de *private equity* como Carlyle Group LP e TPG Capital começaram a abrir escritórios no Brasil. Segundo Peter de Svastich, sócio-gerente geral da *Global Emerging Markets Group* no Brasil, “fundos de *private equity* têm cerca de US\$ 9 a US\$ 10 bilhões para investir no Brasil nos próximos dois a quatro anos”; afirmou ainda que “Não há bons projetos privados suficientes para todo esse dinheiro de *private equity* que precisa ser investido no Brasil”⁸⁴. (LUCCHESI; MARCELINO, 2012, tradução nossa).

Vale lembrar que, conforme relatório da Organização das Nações Unidas, o Brasil se tornou, em 2012, o quarto maior destino de investimentos no mundo, atrás de Estados Unidos, China e Hong Kong. Recebeu; naquele ano, US\$ 65,3 bilhões (LEHER, 2013). O Investimento Externo Direto (IED) ganha cada vez mais importância, tornando nosso país, uma “plataforma de valorização financeira internacional” (PAULANI, 2008).

Fernando Shayer, sócio-gerente da Tarpon à época, afirmou à *Bloomberg*, em 2012, que os fundos de *private-equity* precisavam investir no Brasil, pois os clientes estavam demandando essas oportunidades (LUCCHESI; MARCELINO, 2012). Com isso, pode-se compreender o montante de capital da Tarpon advindo do exterior e também inferir que a presença da subsidiária integral da Tarpon em Nova Iorque era estratégica para atrair e se relacionar com investidores norte-americanos.

Ao que parece, a Tarpon exercia influência considerável em território americano:

Uma coisa deve-se dizer: eles são extremamente habilidosos para captar recursos. Qualquer fundo americano [...], por exemplo, se perguntaria: por que não apostar direto nas ações da empresa, que é listada em Nova York, em vez de fazê-lo por meio da Tarpon? “Porque a Tarpon vende isso mesmo, influência. E vende influência nas empresas sem ter nada contratualmente estabelecido. É notável”, diz o executivo de um fundo rival. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2013).

É possível acessar os perfis da Tarpon Investimentos S.A. nos sítios eletrônicos da mídia especializada, nos Estados Unidos, o que demonstra a facilidade de acesso às informações para investimento. Os perfis apresentam uma breve apresentação sobre a companhia, notícias

⁸³ Vale lembrar que o Banco Mundial possuía um projeto denominado *Doing Business*, que apresentava os regulamentos de negócios para empresas locais em 189 países (THE WORLD BANK, 2016a). O sítio eletrônico que apresenta os dados da *Doing Business 2016* para o Brasil podem ser acessadas em: <<http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/brazil/>>.

⁸⁴ Trechos originais: “private-equity firms have about \$9 billion to \$10 billion to invest in Brazil through dedicated funds in the next two to four years”; “There aren’t enough good private projects for all this private-equity money that needs to be invested in Brazil”.

relacionadas, variação no preço das ações, informações do pregão, pessoas envolvidas na gestão, contatos, localização e análises. São importantes fontes de informação para possíveis investidores – nesse caso, estrangeiros.⁸⁵

No *The Financial Times* (THE FINANCIAL TIMES, 2016b) e na *Reuters* (REUTERS, [s/d]b), a Tarpon era classificada como *Grey Market*, ou seja, um mercado paralelo, legal e não oficial, em que as mercadorias são compradas e vendidas fora dos canais de distribuição que foram autorizados pelos fabricantes para comercializar. (FARAH, 2013). Isso porque as negociações da Tarpon ocorrem no Brasil, por meio da BM&FBOVESPA.

No sítio eletrônico da *Hoovers*⁸⁶ (2016c) foi possível encontrar o perfil da Tisa NY, Inc., subsidiária integral da Tarpon Investimentos em Nova Iorque. Entretanto, sem muitas informações a respeito da companhia (HOOVERS, 2016d). O escritório estava situado à Park Ave, número 405, suíte 1002. Tratava-se de um edifício comercial, possivelmente dividindo suas salas entre várias companhias. Não há qualquer indicação da Tarpon na parte exterior do prédio⁸⁷.

Thomaz Malavazzi, líder das iniciativas da Tarpon em Nova Iorque (WHARTON..., 2014), afirmou, durante exposição no evento⁸⁸ “*Brazil Investment Summit USA*”, em 2011, ter interesse no setor educacional e de serviços em geral, pois esses estavam em crescimento devido ao incremento da renda pessoal e da renda média (BRAZIL..., 2011).

Mais recentemente, em maio de 2014, Malavazzi afirmou que era hora de adquirir novos negócios para o portfólio de investimentos (WHARTON SCHOOL, 2014). Um mês após, a Tarpon anunciou a primeira compra de ações da Abril/Somos Educação.

As rápidas mudanças na composição acionária da Abril/Somos Educação demonstram a volatilidade do setor financeiro, presente também em grupos que atuam na educação, bem

⁸⁵ O perfil da Tarpon Investimento S.A. pode ser acessado em *Reuters* ([s/d]c), *Bloomberg* (s/d)b, *Hoovers* (2016c), *The Wall Street Journal* (2016b), *The Financial Times* (FT) (2016c), sendo que o perfil apresentado pela *Reuters* e pela *FT* são os mais completos e atualizados, inclusive disponibilizando pesquisas analíticas relacionadas ao desempenho financeiro da companhia.

⁸⁶ A *Hoovers* faz análises sobre empresas, indústrias e pessoas que impulsionam a economia; também possui ferramentas para encontrar e se conectar com pessoas recomendadas para começar um negócio (HOOVERS, 2016a).

⁸⁷ Informação obtida por meio de pesquisa de campo desenvolvida pela autora durante Estágio de Pesquisa nos Estados Unidos. Em ida à Nova Iorque, buscou-se entrevistar representantes da Tarpon e visitar o escritório naquela cidade, entretanto as ações não foram autorizadas.

⁸⁸ Thomaz participou de outros eventos nos Estados Unidos, na área de negócios: *7th Annual SuperReturn U.S. Conference*, em 2014, em Boston (TARPON..., 2014), *Wharton Private Equity & Venture Capital Conference*, na Filadélfia, em 2014 (WHARTON..., 2014), *17th Annual Latin American Conference*, em Boston, 2015 (LATAM CLUB, 2016), *19th Annual Columbia Business School Private Equity & Venture Capital Conference*, em Nova Iorque, em 2013 (COLUMBIA BUSINESS SCHOOL, 2013).

como o interesse de investidores institucionais nessa área. Podemos notar semelhanças e diferenças entre os dois grupos que controlaram a companhia no período aqui analisado.

Com relação ao mercado de atuação, o Grupo Abril dedicava-se essencialmente à mídia e à educação. Mesmo com a saída da Família Civita do ramo educacional empresarial, o grupo continuou atuando na educação por meio de suas chamadas “iniciativas sociais”, sobretudo a Fundação Victor Civita. A especialidade da Tarpon era a gestão de fundos de investimentos; apresentava um portfólio bastante variado, sendo que a educação era apenas uma pequena parte dele.

Sob gestão pela Tarpon, os investimentos estrangeiros ganham importância. Matéria divulgada pela *Época*, em 2013, ressaltou que a Tarpon era “extremamente habilidosa para captar recursos”. Klees (2008) já alertara para os riscos do envolvimento do capital estrangeiro na educação, por conta da baixa capacidade de regulação. Se, no Brasil, não há barreiras aos investidores externos na área educacional, tampouco planejamento futuro com relação a isso (TASQUETTO, 2014), podemos inferir que, tais investidores estarão presentes na Abril/Somos Educação.

Em ambos os grupos – Abril e Tarpon –, é notável a visão de educação como negócio, que pode gerar lucros tanto para quem está atuando na gestão da companhia, como para seus acionistas. O Grupo Abril declarou estar “empenhada em remunerar seus acionistas com um justo retorno sobre os investimentos, na forma de dividendos e aumento do patrimônio líquido (ABRIL S.A., 2015i). A Tarpon afirmou que, antes de realizar um investimento, “olha [...] tudo: gerar valor na ponta, o lucro que isso pode gerar, etc.” (JOVENS..., 2015).

Capítulo 4 – A Abril/Somos Educação

A Abril/Somos Educação surgiu em 2007, como um braço do Grupo Abril, a Abril Mídia, da qual passou a atuar separadamente a partir de 2010, quando ocorreu uma reorganização societária.

Segundo sítio eletrônico institucional, o foco da Abril/Somos Educação era a educação básica e pré-universitária (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014h). Para tanto,

A estratégia se baseia em atender escolas públicas e privadas com uma plataforma completa de produtos, conteúdos, serviços e tecnologias de qualidade integrados, capazes de gerar alta fidelização de clientes e baixas taxas de inadimplência. (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014h, s/p).

Em relatório de desempenho publicado em 2012, a Abril/Somos Educação afirmava ver a “educação como investimento”, sendo que a vocação da empresa era “inovar para o presente e o futuro com sua plataforma de negócios” (GRUPO ABRIL, 2012, p.105, grifo nosso).

A missão declarada da companhia, enquanto gerida pelo Grupo Abril, era :

[...] ser a líder, pioneira tecnológica e referência de qualidade na Educação Básica brasileira, em contribuir para a formação dos alunos para o acesso ao Ensino Superior, à empregabilidade e ao exercício pleno da cidadania e em desenvolver programas de formação de valores éticos, morais e de liderança. (ABRIL S.A., 2015c, s/p).

Após assumpção pela Tarpon, o objetivo declarado da companhia seguia a mesma linha. Afirmavam buscar “Ser o grupo de educação mais relevante do mundo e a principal referência na transformação do nosso país pela educação” (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015d, grifo nosso). A mudança do nome para Somos Educação veio com a justificativa de “traduzir a personalidade da nova Marca”:

SOMOS sugere uma conexão com o que há de mais evidente nos dias de hoje: o mundo colaborativo. É mais nós, menos eu. Funciona sozinho, como marca corporativa, e como credencial para os negócios do grupo. Une as várias marcas e estratégias. “Somos o que criamos ao nosso redor”, essa é a essência da nova marca. (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015b, grifo do autor).

4.1. Produtos e serviços oferecidos⁸⁹

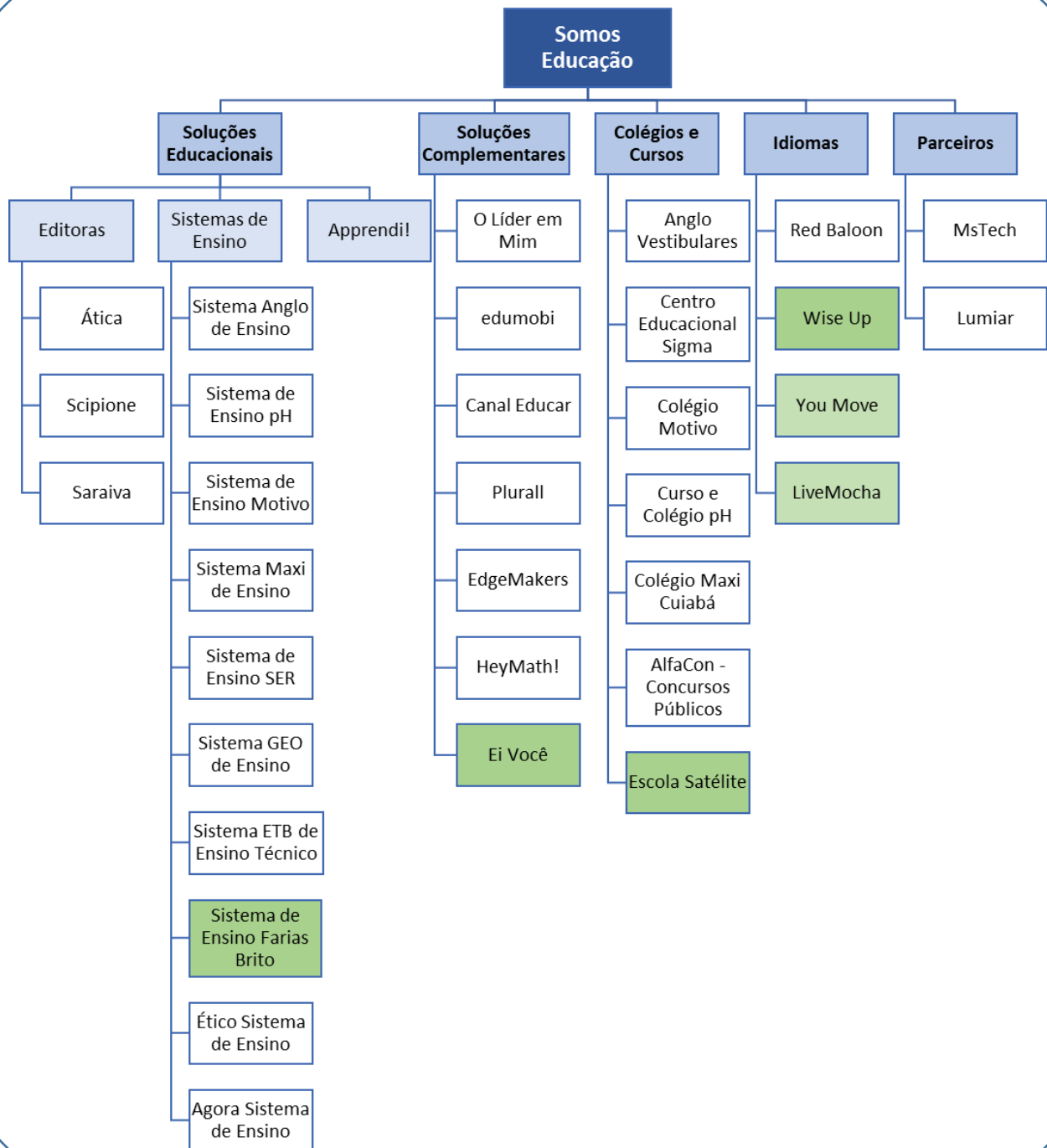
A Abril/Somos Educação era composta por editoras, Sistemas Privados de Ensino, colégios e cursos próprios, ensino de idiomas, e “soluções complementares” (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014f). Ressalta-se que, em documento de apresentação de resultados publicado em 2013, o Grupo Abril utilizou o termo “mercado” para todos os serviços e produtos oferecidos pela Abril/Somos Educação: mercado de sistemas de ensino, mercado de editora de livros escolares, mercado de ensino técnico, mercados de escolas privadas e cursos pré-vestibulares, mercado de ensino para concursos públicos e mercado de ensino de idiomas (GRUPO ABRIL, 2013, p.26-27). O termo continuou sendo utilizado pela Tarpon, ao menos até outubro de 2015 (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015c).

A *figura 9* apresenta os produtos e serviços oferecidos pela Abril/Somos Educação no período de 2010 a 2015⁹⁰.

⁸⁹ Neste subitem apresentaremos todos os produtos e serviços que foram oferecidos pela Abril/Somos Educação no período de 2010 a 2015, sem distinção da controladoria da companhia.

⁹⁰ Nesta dissertação apresentaremos mais detalhadamente apenas a atuação da Abril/Somos Educação na rede pública de ensino, por meio de suas editoras e sistemas privados de ensino. As informações serão apresentadas no *capítulo 5*.

Figura 9 – Produtos e Serviços oferecidos pela Abril/Somos Educação, 2010-2015*



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2013b, 2014g, h, k, l, m, n; [2015?]h); ABRIL... (2011a, b; 2012a, b; 2013a, b; 2014b); Abril S.A. (2014d); Bazolli (2015); Bruno (2015); CADE... (2013); Cunha (2015); Juliboni (2012); Koike (2012); Leal (2015); Pereira (2013); REDE... (2013); Scaramuzzo (2015); Somos Educação S.A. (2015d, e); Sousa (2013); Vaz (2013).

* As empresas destacadas em verde foram vendidas. Os termos “soluções educacionais”, “soluções complementares”, “colégios e cursos”, “idiomas”, “parceiros”, “editoras” e “sistemas de ensino” foram utilizados pela própria companhia para designar seus produtos e serviços.

- **Soluções Educacionais**

Durante o período de 2010 a 2015, a companhia ofertou uma gama de produtos e serviços denominada “Soluções educacionais”. Eram eles: Editoras, Sistemas de Ensino e o Apprendi! (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015d).

As editoras Ática e Scipione⁹¹ editavam e publicavam livros didáticos, materiais de ensino, literatura infantil e juvenil, dicionários, idiomas e paradidáticos. Atendiam aos mercados público e privado. Ressalta-se que as editoras possuíam apoio do BNDES (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014b). Além disso, mantinham um portal *online* chamado Portal do Educador do Século XXI, ambiente virtual da Abril/Somos Educação destinado à formação continuada. Nesse portal havia indicações de livros e paradidáticos (para comprar) e também era possível que o educador avaliasse seu conhecimento (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2011b).

A Ática e a Scipione também ofereciam um evento programado para os professores que adotavam seus livros. Em geral, eram minicursos ministrados por autores ou agentes pedagógicos. Nesses momentos, os professores participavam de trabalhos práticos, esclareciam dúvidas e discutiam sua prática (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2011a).

A Abril/Somos Educação contava ainda com os selos editoriais da Saraiva (Atual, Formato, Benvirá, Caramelo, Érica) (SCARAMUZZO, 2015). Eram livros didáticos, literatura infanto-juvenil, apoio didático, jurídicos, universitário (Administração, Economia e Contabilidade) e técnicos. A Saraiva era reconhecida como uma das maiores empresas no segmento editorial, tendo conquistado muitas premiações (SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES, 2012a, b).

A Editora Saraiva também desenvolvia materiais de apoio e prestava “serviços educacionais” para todos os usuários de seus produtos:

São textos adicionais, bancos de questões, manuais do professor, exercícios extras, guias de leitura, gabaritos e resoluções dos exercícios, vídeos, assessoria pedagógica, projetos com instruções para aplicação, avisos de atualizações via e-mail e/ou SMS, dentre diversos outros tipos de materiais (SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES, 2012c).

Durante o período de 2010 a 2015, a Abril/Somos Educação ofertou dez Sistemas de Ensino: Sistema Anglo de Ensino, Sistema de Ensino pH, Sistema de Ensino Motivo, Sistema Maxi de Ensino, Sistema de Ensino SER, Sistema GEO de Ensino, Sistema ETB de Ensino

⁹¹ Mais informações a respeito das editoras podem ser encontradas nas páginas oficiais, em: www.atica.com.br, www.scipione.com.br e <http://www.editorasaraiva.com.br>.

Técnico, Sistema de Ensino Farias Brito, Ético Sistema de Ensino, Agora Sistema de Ensino (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015d). De acordo com seu sítio eletrônico, todos os Sistemas eram oferecidos para as redes pública e privada de ensino, e contavam com conteúdo multimídia, capacitação de professores, planejamento de campanhas de matrículas, proposta pedagógica com foco na formação integral do aluno, assessoria pedagógica personalizada, assessoria de marketing, orientações para pais, material didático (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014o)⁹².

Os dados disponíveis indicam que a empresa investia muito nos Sistemas de Ensino, e via a educação pública como um mercado onde era possível expandir seus mercados de atuação (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014j). Essa ideia pode ser comprovada a partir da leitura dos seguintes trechos:

O Brasil apresenta crescente tendência pela adoção de Sistemas de Ensino em escolas privadas e públicas buscando ensino de qualidade comprovada e associação a marcas reconhecidas. Esse mercado possui alto potencial de crescimento em função (i) do mercado ainda pouco explorado de escolas públicas; (ii) do crescente número de escolas privadas no País onde Sistemas de Ensino são mais adotados; e (iii) de representar solução eficiente para oferta de qualidade em um mercado com poucos professores bem formados e raros professores com dedicação exclusiva. (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014j, grifo nosso).

E ainda:

Esse segmento possui alto potencial de crescimento em função da baixa adoção por escolas públicas, do crescente número de escolas privadas no Brasil, em que Sistemas de Ensino são mais adotados, e por representar uma solução eficiente para oferta de qualidade em um mercado com raros professores com dedicação exclusiva. (GRUPO ABRIL, 2013, p.26, grifo nosso).

Apprendi! era uma plataforma *online* baseada nos conteúdos dos sistemas oferecidos pela Abril/Somos Educação. Nela os estudantes podiam acessar atividades adicionais, tirar dúvidas e personalizar seus estudos, assim como professores e gestores podiam acompanhar, em tempo real, o desenvolvimento dos alunos (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016g).

⁹² Em virtude do escopo deste trabalho, não faremos uma descrição detalhada de cada um dos Sistemas de Ensino. Informações a esse respeito podem ser encontrados nos sítios eletrônicos próprios de cada sistema: www.sistemaanglo.com.br, <http://www.phsistemadeensino.com.br/>, www.ser.com.br, www.geo.com.br, www.sistemamaxi.com.br, www.fbescolas.com.br, <http://www.souagora.com.br/>, <http://www.sejaetico.com.br/>. Mais informações a respeito da atuação dos Sistemas serão apresentadas no *Capítulo 5* deste trabalho.

- **Soluções Complementares**

Sete eram os serviços oferecidos pela Abril/Somos Educação no que denominam “Soluções Complementares”: O Líder em Mim, edumobi, Canal Educar, Plurall, EdgeMakers, HeyMath!, Ei Você⁹³. O intuito declarado da companhia com essa atuação era “[...] entrar em novas linhas de negócios em educação, investindo permanentemente no desenvolvimento de tecnologias de educação, produtos e serviços inovadores, buscando vantagens competitivas para as nossas marcas” (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014b), (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015d).

O Líder em Mim era “um programa com conteúdo, metodologia, material didático e treinamento para o aprendizado de liderança, valores e competências fundamentais para o sucesso na escola e na vida”.

O programa foi baseado no livro *Os sete hábitos de pessoas altamente eficazes*, de Stephen Covey⁹⁴ e adaptado para escolas de educação básica; estava presente em mais de 1700 escolas, distribuídas por 36 países pelo mundo. No Brasil, o programa iniciou em 2013, após uma parceria entre a Abril/Somos Educação e a Franklin Covey, realizada em junho de 2011; 120 escolas aderiram ao programa, distribuídas em 11 estados (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., [2015?]h; [2015?]m).

Os sete hábitos são: 1) Seja proativo; 2) Comece com o objetivo em mente; 3) Faça primeiro o mais importante; 4) Pense Ganha-Ganha; 5) Procure primeiro compreender, depois ser compreendido; 6) Crie sinergia; 7) Afine o instrumento. (ABRIL EDUCAÇÃO S.A. [2015?]g).

Como materiais didáticos, eram oferecidos aos alunos e professores, guias para apresentar e ensinar os sete hábitos e outros conceitos de liderança, com mais de 40 atividades adequadas a cada idade. Os guias eram flexíveis, podendo ser utilizados diariamente, duas vezes por semana ou semanalmente, de acordo com o tempo disponível em cada sala de aula (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., [2015?]f).

⁹³ Informações detalhadas sobre cada um dos serviços podem ser encontradas em: www.edumobi.com.br, www.olideremmim.com.br, www.canaleducar.net.br, <http://eivoce.com.br/abril/>, <http://www.plurall.net/>, <http://www.edgemakers.com/pt-br/>, https://www.heymath.com/index_la.jsp.

⁹⁴ Stephen Covey era formado em Administração de Empresas pela Universidade de Utah, em Salt Lake City, e doutor pela Universidade Brigham Young. Foi reconhecido como um dos 25 americanos mais influentes pela revista *Time*; escreveu vários livros, com destaque para o *best-seller* internacional “Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes”, que vendeu mais de 25 milhões de cópias em 40 idiomas (FRANKLIN COVEY, s/d).

A Edumobi era uma empresa da Abril/Somos Educação criada em abril de 2012, era a primeira “Rede de Ensino Móvel” do Brasil, ou seja, oferecia cursos exclusivos pelo celular, podendo ser acessados por qualquer modelo de telefone, 24 horas por dia (EDUMOBI, 2013e). Os cursos funcionavam a partir do acesso a um portal de voz, do *site* móvel e de mensagens de texto (SMS) enviadas aos alunos. O custo da assinatura era tarifado semanalmente, no valor de R\$2,99, com renovação automática (EDUMOBI, 2013d).

Os cursos eram divididos nas seguintes categorias: Bem-estar & Lazer, Concursos & Provas, Dinheiro, Trabalho & Negócios, Educação & Cultura, Feminino, Formação de Professores, Tecnologia (EDUMOBI, 2013b).

O Canal Educar era um canal de TV gratuito e exclusivo para as escolas parceiras da Abril/Somos Educação. Ele oferecia conteúdos para gestores, professores e alunos. A escola não tinha custos, a Abril/Somos oferecia os equipamentos, instalações, suporte técnico. Havia uma programação semanal fixa, de modo que o canal se tornava parte integrante do cotidiano escolar (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014p).

Os programas oferecidos e o público-alvo eram, respectivamente: Assessoria Pedagógica – professores e coordenadores; Tema Geral – equipe escolar; Gestão – equipe gestora das escolas; De olho no vestibular – alunos do ensino médio; Palavra do autor – professores e coordenadores (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014d).

Plurall era um plantão de dúvidas sitiado numa plataforma para que os alunos que utilizavam os sistemas de ensino da Abril/Somos Educação pudessem tirar dúvidas *online*. Era possível revisar os conteúdos vistos em aula e preparar-se para o Exame Nacional do Ensino Médio e para os vestibulares. Seu acesso podia ser feito pelo computador, celular ou *tablet* (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016f).

EdgeMakers era uma empresa com sede em San Francisco – Califórnia, Estados Unidos, fundada em novembro de 2012 por John Kao, apelidado de “Sr. Criatividade” pelo *The Economist*. Oferecia cursos de empreendedorismo e criatividade nas escolas (EDGEMAKERS INC., 2016). A Abril/Somos Educação era uma de suas parceiras, oferecendo cursos adicionais ao currículo escolar da segunda etapa do ensino fundamental (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016d).

HeyMath! foi fundada em 2000, em uma parceria com a Universidade de Cambridge (HEYMATH!, 2016). Era uma metodologia de ensino utilizada em cerca de 50 países; trabalhava com a concretização dos conceitos matemáticos para facilitar o aprendizado e utilizava atividades virtuais (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016e).

Ei Você era uma empresa de educação interativa controlada pela Abril/Somos Educação, em parceria com o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com aulas de 10 minutos, e cursos a partir de R\$19,90, com certificados de conclusão ao final (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., [2015?]j). Eram oferecidos variados cursos, em diversas áreas, como auto maquiagem, fotografia, vestuário, vida profissional, inglês, preparação para o Enem, finanças, etc. (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., [2015?]d).

- **Colégios e cursos**

A Abril/Somos Educação possuía redes de escolas e cursos preparatórios da rede privada: Anglo Vestibulares (preparação para vestibular), Centro Educacional Sigma (Educação Infantil ao Ensino Médio), Colégio Motivo (Educação Infantil ao Pré-vestibular), Curso e Colégio pH (da educação infantil à preparação para vestibular), Colégio Maxi Cuiabá (Educação Infantil ao Ensino Médio), AlfaCon – Concursos Públicos⁹⁵ (cursos preparatórios para concursos públicos) e Escola Satélite⁹⁶ (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014c), (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015d).

- **Idiomas**

A Abril/Somos controlava as redes Red Ballon, Wise Up, You Move e LiveMocha⁹⁷. (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014b). Nesse setor, a Abril/Somos Educação também via possibilidades de crescimento:

A Abril Educação acredita que existem grandes oportunidades de crescimento nesse segmento, por conta do aumento da renda familiar, da crescente demanda do mercado de trabalho por profissionais com nível de proficiência em inglês e da necessidade de mão-de-obra ligada aos segmentos do setor de turismo, hotelaria, restaurantes, transportes, e outros, em função da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 que o Brasil hospedará. (GRUPO ABRIL, 2013, p.27).

⁹⁵ A Abril/Somos Educação adquiriu a SIGA, empresa focada na preparação para concursos públicos, em 2010, que era integrada a rede Anglo (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014g). Em 2012, adquiriu a Alfacon (GRUPO ABRIL, 2013). Ao que parece, a Abril fundiu a SIGA ao Alfacon.

⁹⁶ Informações detalhadas sobre os colégios e cursos podem ser encontrados em: www.cursoanglo.com.br, www.ph.com.br, www.alfaconcursos.com.br, www.colegiomotivo.com.br, www.sigmadf.com.br, <http://www.maxicuiaba.com.br/>, <http://www.escolasatelite.com.br/>.

⁹⁷ Informações detalhadas podem ser acessadas em: <http://redballoon.com.br/>, <http://www.ometzgroup.com.br/>, <http://livemocha.com>.

Essa demanda do mercado de trabalho por profissionais com proficiência em inglês também foi destacada em reportagem da *Reuters* (UPDATE 2..., 2013). Sobre a atuação da Abril/Somos nesse segmento, Thiago Macruz, analista da Itaú Corretora de Valores à época, afirmou à *Bloomberg*, em 2013:

A Abril está ganhando exposição em um segmento que ainda tem notável potencial para expansão e consolidação [...] Este mercado ainda é extremamente fragmentado, o que poderia ser uma potencial fonte de suco extra para um jogador maior e mais capitalizado⁹⁸ (MARCELINO; LUCCHESI, 2013).

Associado ao declarado intuito de satisfazer as necessidades do mercado interno, havia o interesse de expandir a atuação no ensino de idiomas para outros países. Sobre isso, Manoel Amorim, CEO da Abril/Somos à época, em 2014, afirmou: “Ensinar inglês aqui é o mesmo que ensinar inglês na Colômbia, México, Argentina, Chile, Peru [...] É facilmente exportável”⁹⁹ (SCIAUDONE, 2014).

A Red Balloon era uma rede de escolas de inglês exclusiva para crianças e adolescentes, afirmava ter como diferenciais as aulas de artes, de culinária e outras atividades complementares aos alunos. Seus valores baseavam-se “[...] no compromisso com a verdade e a ética sempre mantendo foco nas necessidades do cliente interno e externo primando pela qualidade e melhoria contínua de [sua] metodologia.” (RED BALLOON, 2009-2015a).

Ao todo, a Red Balloon possuía 58 escolas, distribuídas por 8 estados e o Distrito Federal: São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul (RED BALLOON, 2009-2015c).

O Ometz Group era uma *holding* de empresas que atuavam nos setores de educação e comunicação. A história do grupo começou em 1995, com a fundação da primeira escola de inglês Wise Up. Em 2015, a Wise Up estava presente em todo o país, na América Latina, nos Estados Unidos e na China. Além da Wise Up, o grupo contava com as escolas de inglês Wise Up Teens, Wise Up Offshore, You Move e Go Getter. Juntas eram mais de 400 unidades no Brasil e no exterior. Havia também a franqueadora Wise Up Franchising, as editoras, a agência de publicidade Yeah! e a produtora de vídeo Mindsete Films (OMETZ GROUP, [2015?]a).

⁹⁸ Trecho original: “Abril is gaining exposure to a segment that still has remarkable potential for both expansion and consolidation [...] This market is still remarkably fragmented, which could be a potential source of extra juice for a larger and more capitalized player”

⁹⁹ Trecho original: “Teaching English here is the same as teaching English in Colombia, Mexico, Argentina, Chile, Peru [...] It’s easily exportable.”

Livemocha¹⁰⁰ era uma escola de idiomas *online* que oferecia cursos de 38 idiomas e interação com falantes nativos. Era destinado a alunos da segunda etapa do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e do Ensino Superior (LIVEMOCHA, 2012).

- **Parceiros**

Duas empresas eram consideradas parceiras da Abril/Somos Educação: a MSTech e a Lumiar¹⁰¹ (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015d).

A MSTech desenvolvia projetos que utilizavam tecnologias e serviços para contribuir com o trabalho desenvolvido na educação por gestores, escolas, educadores, alunos e familiares. Ofereciam uma plataforma educacional integrada de *software* e serviços, como uma “solução completa para as secretarias de educação e redes de ensino”, englobando gestão pedagógica, gestão administrativa, informações educacionais, gestão acadêmica, sistema integrado de avaliação, tecnologia nas escolas, formação e colaboração e acervo digital (MSTECH, 2015).

A Lumiar contava com três unidades próprias: uma na cidade de São Paulo, e duas em Santo Antônio do Pinhal-SP, sendo uma privada e uma pública, em parceria com a prefeitura (ESCOLAS LUMIAR, 2012). A Abril/Somos Educação era responsável pela venda do sistema privado de ensino utilizado pela Lumiar para escolas públicas e privadas (CUNHA, 2015).

4.2. Expansão da Abril/Somos Educação

Como apresentado no *Capítulo 3* deste trabalho, a Abril/Somos Educação tornou-se uma companhia de capital aberto em julho de 2011; à época captou R\$371,134 milhões (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014h), (KAHIL, 2011). De acordo com matéria publicada pela *Bloomberg*, a oferta inicial primária (IPO) teria ocorrido para financiar as aquisições da companhia. Sobre isso, Eric Argolo, da Bogari Capital¹⁰², afirmou: “Eles perceberam que os serviços no âmbito educacional estão crescendo e que poderiam ‘canibalizar’ seu produto inicial, que é de livros didáticos, então eles fizeram aquisições”¹⁰³. Nessa linha, Manoel Amorim, CEO da Abril/Somos Educação em 2012, declarou: “Quaisquer sistemas de

¹⁰⁰ É importante ressaltar que a Abril/Somos Educação teve participação minoritária na LiveMocha, com apenas 6% das ações (ABRIL..., 2011b).

¹⁰¹ Mais informações em: <http://www.mstech.com.br/>, <http://lumiar.org.br/>.

¹⁰² Situada no Rio de Janeiro, era responsável pela gestão de 300 milhões de reais, incluindo ativos da Abril/Somos Educação (FRISCH, 2012).

¹⁰³ Trecho original : “They realized the education services industry was growing, and that it would cannibalize their initial product, which is textbooks, so they went for acquisitions”

aprendizagem que podem complementar o nosso negócio geográfica ou pedagogicamente, se eles estão à venda, vamos olhar para eles”¹⁰⁴ (FRISCH, 2012).

Em 2013, a Abril/Somos Educação realizou novas ofertas de ações, por meio de mais uma IPO e de uma oferta pública secundária¹⁰⁵, no valor total de R\$ 600 milhões. Os bancos coordenadores da oferta foram BTG Pactual, Itaú BBA, Bank of America Merrill Lynch, Credit Suisse e Bradesco BBI. Segundo Fabio Carvalho, diretor de relações com investidores da Abril/Somos à época, “A companhia pretende utilizar os recursos captados com a Oferta Primária para continuar com o processo de aquisições que vem sendo realizado ao longo dos últimos anos” (ABRIL..., 2013b)

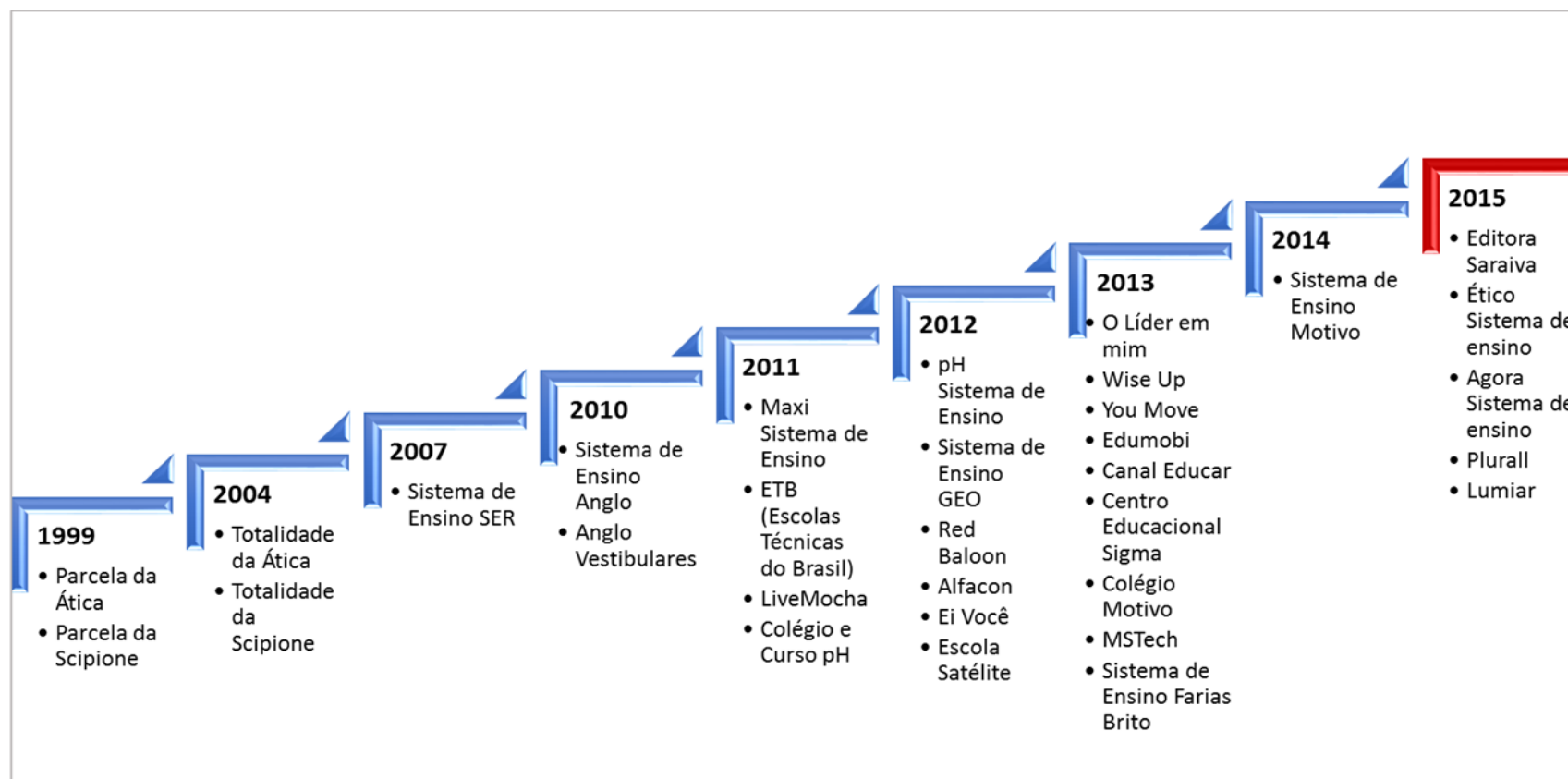
A *figura 10* ilustra as empresas adquiridas ou criadas pela Abril/Somos Educação no período de 1999 a 2015¹⁰⁶:

¹⁰⁴ Trecho original ““Any learning systems that may complement our business geographically or pedagogically, if they’re up for sale, we will look at them”

¹⁰⁵ A companhia pode realizar nova IPO por meio da oferta de novas ações. Oferta pública secundária é uma oferta ao público de um bloco de ações já existentes; os próprios acionistas vendem as suas ações (THOMSON REUTERS, 2016).

¹⁰⁶ Apesar do período selecionado para este estudo referir-se aos anos de 2010 a 2015, optamos aqui por apresentar desde a primeira aquisição, de modo a demonstrar a expansão da Abril/Somos Educação, sobretudo após a abertura de seu capital.

Figura 10 – Aquisições da Abril/Somos Educação, 1999-2015*



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2014g, h, k, l, m, n; [2015?]h); ABRIL... (2011a, b; 2012a, b; 2013a, b); Abril S.A. (2014d); Bazolli (2015); CADE... (2013); Cunha (2015); Juliboni (2012); Koike (2012); Pereira (2013); REDE... (2013); Scaramuzzo (2015); Somos Educação S.A. (2015d, e); Sousa (2013); Vaz (2013).

* A Abril/Somos Educação conta também com quatro outras empresas (EdgeMakers, HeyMath!, Colégio Maxi Cuiabá, Aprenddi!), mas não foi possível apreender o início de atuação de cada um deles. O ano de 2015 está destacado em vermelho, pois se refere à assunção de controle da Abril/Somos Educação pela Tarpon.

Na *figura 10* podemos observar que a maior parte das aquisições realizadas pela Abril/Somos Educação aconteceu a partir de 2011, quando o capital da companhia já tinha sido aberto em bolsa de valores. Em 2014 apenas uma empresa foi incorporada, o Sistema de Ensino Motivo. De acordo com Manoel Amorim, CEO da Abril/Somos Educação, a companhia estava planejando um “crescimento orgânico” em 2014: “Nos últimos três anos, nós fizemos muitas aquisições de negócios com grande potencial de crescimento [...] nosso foco em 2014 é integrar melhor essas companhias”¹⁰⁷. Apesar disso, a possibilidade de novas aquisições não tinha sido completamente descartada. Ele afirmou: “Obviamente, se algo maravilhoso aparecer, com um preço irrecusável, nós teremos que parar e olhar para ele”¹⁰⁸ (SCIAUDONE, 2014).

É importante lembrar que, em 2014, conforme mencionado no *Capítulo 3*, a Abril/Somos Educação já estava estudando a possibilidade de trazer novos investidores bem como de mudar sua controladoria. Naquele ano, a Tarpon realizou a primeira compra de ações da companhia. Em 2015, já sob nova gestão, a Abril/Somos voltou a fazer novas aquisições, com destaque para o setor educacional do Grupo Saraiva, que envolve a editora Saraiva e os sistemas de ensino Ético e Agora. Tal grupo costumava ser um dos principais concorrentes da Abril/Somos Educação no ramo de didáticos¹⁰⁹. A negociação envolveu R\$ 725 milhões (SCARAMUZZO, 2015).

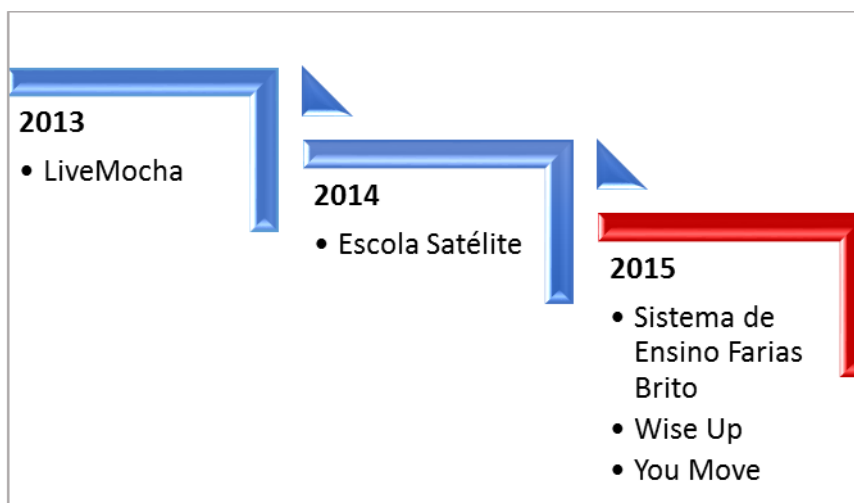
A Abril/Somos Educação também vendeu empresas, conforme ilustra a *figura 11*:

¹⁰⁷ Trecho original: “We made a lot of acquisitions over the past three years of businesses with high growth potential [...] Our focus in 2014 is to integrate these companies better”.

¹⁰⁸ Trecho original: “Obviously, if something marvelous comes up at an unrefusable price, we’ll have to stop and look at it”.

¹⁰⁹ Mais informações serão apresentadas no *Capítulo 5*.

Figura 11 – Vendas da Abril/Somos Educação, 1999-2015*



Fonte: Elaboração própria com base em Abril... (2014b), Abril Educação S.A. (2013b), Bruno (2015), Leal (2015).

* A empresa denominada Ei Você também foi vendida, mas não foi possível apreender informações detalhadas sobre a venda.

O ano de 2015 está destacado em vermelho, pois se refere à assunção de controle da Abril/Somos Educação pela Tarpon.

A primeira venda foi da LiveMocha, em 2013, mas cabe lembrar que a Abril/Somos tinha participação minoritária, com apenas 6% das ações (ABRIL...,2011b). A Escola Satélite foi vendida em 2014, porque, segundo afirmação da própria companhia, não foi possível "viabilizar um modelo de negócio rentável e de tamanho suficiente para a companhia que justificasse sua manutenção no portfólio de empresas investidas". Apesar da venda, a Abril/Somos decidiu que manteria uma parceria de longo prazo com a Escola Satélite, por meio do provimento de materiais didáticos para alunos e professores (ABRIL...,2014b).

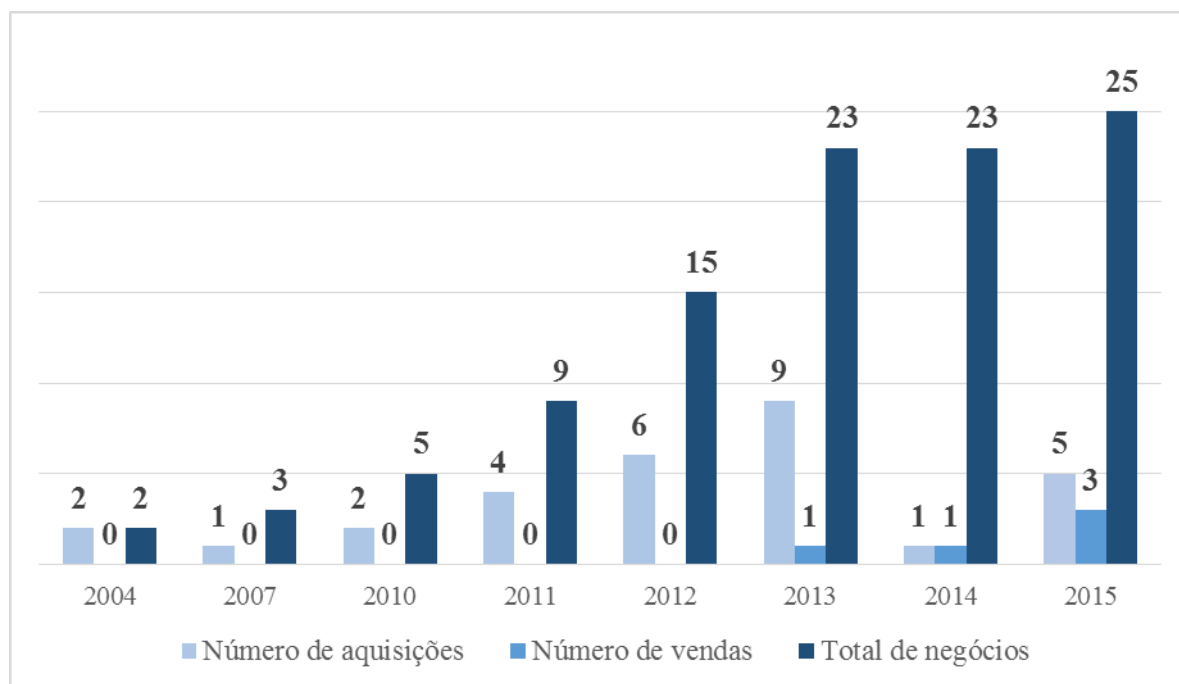
Em 2015, já sob gestão da Tarpon, mais vendas aconteceram. Destacamos a rede de ensino de idiomas Wise Up e You Move, que foi recomprada, em 2015, pelo seu fundador, o empresário Flávio Augusto da Silva, por R\$398 milhões. A Abril/Somos tinha adquirido a rede em 2013 por R\$ 877 milhões, à época, mais que o dobro que o valor da venda (BRUNO, 2015).

Registre-se que, a Abril/Somos Educação tinha declarado, em 2013 e 2014, que tinha o intuito de expandir sua atuação no ensino de idiomas, inclusive para outros países (GRUPO ABRIL, 2013; SCIAUDONE, 2014). Com a assunção pela Tarpon, esse deixou de ser um objetivo, já que a companhia permaneceu com apenas uma empresa direcionada ao ensino de idiomas, a Red Baloon.

Sobre as vendas no ano de 2015, Daniel Amaral, Chief Financial Officer (CFO) à época, afirmou que a companhia estava estudando o desinvestimento em outros “negócios sem sinergia”, como o ETB e o AlfaCon¹¹⁰ (KOIKE, 2015).

O *gráfico 4* demonstra a expansão da Abril/Somos Educação de acordo com o número total de empresas que controla, as empresas adquiridas/criadas e as vendas, anualmente, no período de 2004 a 2015:

Gráfico 4 – Expansão da Abril/Somos Educação, por número de empresas, 2004-2015*



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2013b, 2014g, h, k, l, m, n; [2015?]h); ABRIL... (2011a, b; 2012a, b; 2013a, b; 2014b); Abril S.A. (2014d); Bazolli (2015); Bruno (2015); CADE... (2013); Cunha (2015); Juliboni (2012); Koike (2012); Leal (2015); Pereira (2013); REDE... (2013); Scaramuzzo (2015); Somos Educação S.A. (2015d, e); Sousa (2013); Vaz (2013).

* Por não ter sido possível encontrar informações sobre a compra e/ou venda, não foram considerados EdgeMakers, HeyMath!, Colégio Maxi Cuiabá, Aprenddi! e Ei Você.

A análise dos dados apresentados permite afirmar que a Abril/Somos Educação teve um crescimento significativo no período, se considerado o número de empresas que controla: de duas empresas, em 2004, passou para 25 em 2015. A maior parte das aquisições aconteceu a partir de 2011, quando a companhia abriu seu capital. A pausa nas compras em 2014, possivelmente se relaciona com os estudos da Abril/Somos de mudar sua controladoria. Já sob gestão da Tarpon, em 2015, a empresa voltou às aquisições e também vendeu empresas que considerou não se adequar ao seu portfólio de negócios.

¹¹⁰ Até o final de 2015 não havia informações sobre a venda dessas empresas.

4.3. Demonstrações financeiras da Abril/Somos Educação¹¹¹

Por ser uma empresa aberta, a Abril/Somos Educação está sujeita à lei n. 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações. A legislação exige a publicização dos resultados financeiros das companhias; em seu artigo 176, afirma: “Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar as [...] demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício”. De acordo com o artigo 32, do Estatuto Social da Abril/Somos Educação, seu exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., s/d).

A seguir apresentaremos resultados financeiros da Abril/Somos que consideramos relevantes para compreensão do objeto de estudo. Os dados foram coletados por meio do acesso às Demonstrações Financeiras anuais divulgadas no sítio da companhia¹¹².

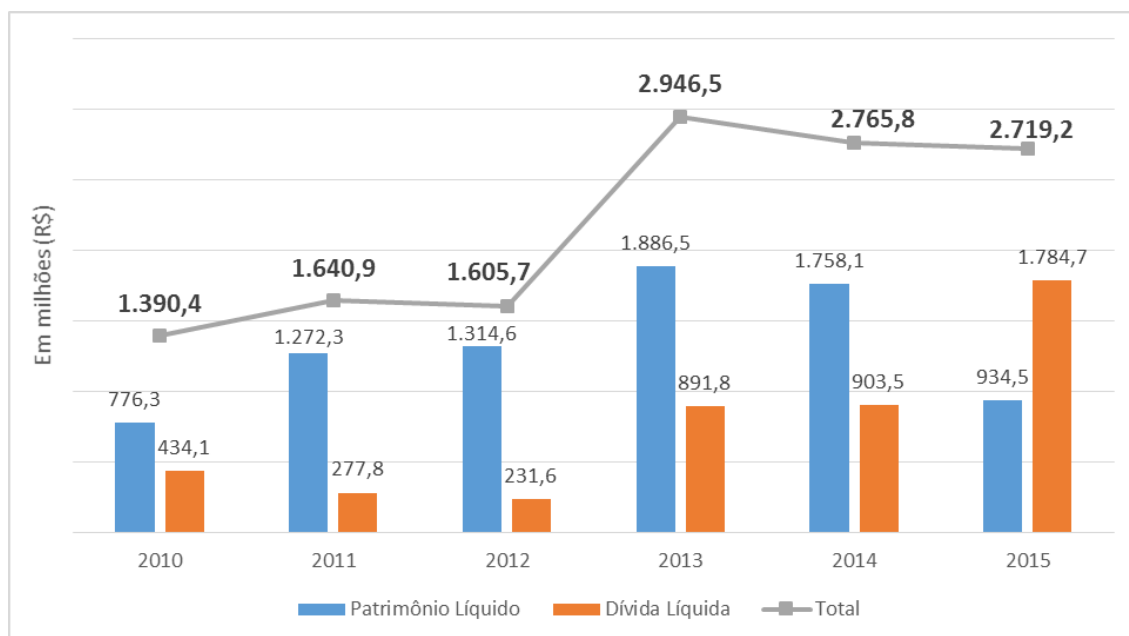
Apesar da abertura de capital ter ocorrido apenas em 2011, conseguimos coletar os dados de 2010, pois a lei n.6.404/1976 afirma, em seu artigo 176, parágrafo primeiro, que “as demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior”.

No *gráfico 5* é possível visualizar a estrutura de capital¹¹³ da Abril/Somos no período de 2010 a 2015:

¹¹¹ Não pretendemos realizar uma análise técnica minuciosa sobre o desempenho da Abril/Somos Educação no mercado de ações da BM&FBovespa, mas as oscilações no preço dos ativos e no volume de títulos negociados estão disponíveis no *Apêndice* deste trabalho.

¹¹² Registre-se que foram considerados os dados dos documentos mais recentes disponibilizados pela companhia. Todos os valores apresentados nos gráficos de 5 a 8 foram atualizados para dezembro/2015, por meio da Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d). Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois é considerado o índice oficial de inflação do país (BRASIL, s/d).

¹¹³ De acordo com Brito, Corrar, Batistella (2007), a estrutura de capital de uma empresa refere-se à maneira como ela utiliza o capital próprio – recursos fornecidos pelos sócios ou acionistas (patrimônio líquido) – e o capital de terceiros – recursos obtidos por meio de dívidas (dívida líquida) – para financiar seus ativos.

Gráfico 5 – Estrutura do capital da Abril/Somos Educação, 2010-2015

Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2012a, 2013a, 2015) e Somos Educação S.A. (2016c).

Os objetivos declarados da Abril/Somos Educação no que se refere à administração de seu capital “são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo” (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016b, p.37, grifo nosso).

Nota-se que o endividamento líquido (recursos obtidos por meio de dívidas) da companhia aumentou consideravelmente em 2015, tendo sido, pela primeira vez, maior que o patrimônio líquido. Segundo informação oficial, “a variação é reflexo das aquisições feitas pela Companhia nos últimos anos com foco nas linhas de negócios, com receitas mais regulares.” (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016c, p.155). A redução no patrimônio líquido foi justificada pela “utilização das reservas para absorção de parte do prejuízo do ano de 2015” e pelos “prejuízos do exercício” (Idem, p.156).

Considerada a dívida bruta de 2015 (R\$2.054,0), os prazos para quitação eram curtos e médios: R\$499.210 inferior a um ano, R\$1.067.244 de um a três anos, R\$487.533 de três a cinco anos (Idem, p.162).

No mercado, as empresas se utilizam do endividamento para alavancar seus resultados financeiros. De acordo com Chameh (2011), quanto maior for a dívida em relação ao patrimônio, maior será o potencial de alavancagem – para ganhos ou para perdas. Ele afirma que negócios considerados estáveis podem suportar elevados níveis de endividamento, pois conseguem geração de caixa suficiente para o pagamento.

A alavancagem não está isenta de riscos. Dowbor (2009) e Foster (2009) demonstraram como os altos níveis de alavancagem dos bancos – diferença entre o dinheiro que empresta e o dinheiro que tem em caixa – tornaram-se um dos responsáveis pela crise iniciada nos Estados Unidos em 2008. Se um banco necessita de pouco dinheiro em caixa para desequilíbrios momentâneos, o mesmo não é verdade quando se trata de uma crise, daí a falência de bancos estadunidenses a partir daquele ano.

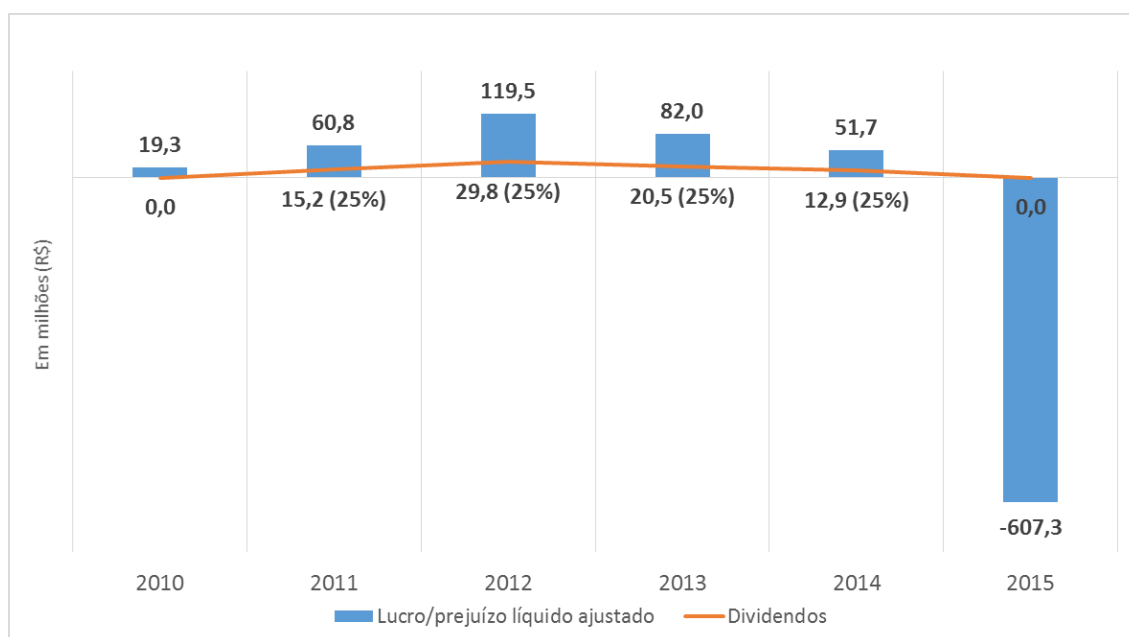
Chameh (2011, p.30) destaca a importância de uma boa gestão na estrutura do capital da empresa para lidar com os riscos:

Uma das tarefas do gestor financeiro, portanto, é encontrar o ajuste adequado para a composição capital próprio/endividamento a fim de reduzir o risco e aumentar os resultados e o valor da empresa. Trata-se de uma escolha estratégica fundamental que poderá valorizar, ou destruir, um negócio.

No caso da Abril/Somos Educação, o *gráfico 5* ilustra o aumento de seu endividamento, tornando alto seu nível de alavancagem. Registre-se que, em 2015, a companhia já estava sob gestão da Tarpon e que a especialidade dessa era justamente a gestão de fundos do mercado financeiro. Para averiguar ganhos ou perdas com o endividamento, apresentamos mais alguns resultados da Abril/Somos.

O *gráfico 6* apresenta o lucro (prejuízo) líquido da companhia no período:

Gráfico 6 – Lucro/prejuízo líquido ajustado e dividendos, 2011-2015



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2013b) e Somos Educação S.A. (2015a, 2016b, c).

Se considerarmos apenas o lucro/prejuízo líquido, vemos que a Abril/Somos Educação teve perdas significativas. De acordo com informação divulgada pela companhia, o prejuízo líquido, em 2015, pode ser explicado “(i) pelo efeito da remensuração ao valor recuperável da Wise Up¹¹⁴ e, (ii) pelo aumento na despesa financeira, decorrente da elevação do nível de endividamento da Companhia [...], bem como da elevação da taxa SELIC¹¹⁵ em relação ao ano de 2014”. Caso se excluísse a remensuração da Wise Up, a companhia teria um lucro líquido de R\$ 6,5 milhões (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016c, p.74).

É lícito ressaltar que a economia brasileira fechou o ano de 2015 em tendência de queda. Nosso Produto Interno Bruto caiu 3,8% em relação ao ano anterior. Rebeca de La Rocque Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, declarou ao *GI*, em março de 2016, que era a maior queda desde 1990 (CURY e CAOLI, 2016). Portanto, os prejuízos não aconteceram apenas na Abril/Somos Educação.

O *gráfico 6* também ilustra os dividendos¹¹⁶ distribuídos anualmente. A lei n.6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, afirma, em seu artigo 202, parágrafo segundo, que o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado¹¹⁷; também declara, em seu parágrafo quarto, que o dividendo previsto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem que ele é incompatível com a situação financeira da companhia (BRASIL, 1976).

O Estatuto Social Consolidado da Abril/Somos Educação garantia, em seu artigo 33, que uma parcela de 25% deveria ser destinada ao pagamento de dividendos, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedade por Ações (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., s/d).

Segundo informação oficial, por conta do prejuízo apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a proposta da administração da Abril/Somos Educação, votada em

¹¹⁴ Convém lembrar que a rede de ensino de idiomas Wise Up foi recomprada, em 2015, pelo seu fundador por 398 milhões de reais. A Abril/Somos tinha adquirido a rede em 2013 por 877 milhões, mais que o dobro que o valor da venda (BRUNO, 2015).

¹¹⁵ SELIC, abreviação de Sistema Especial de Liquidação e Custódia, é um sistema computadorizado utilizado pelo governo, sob responsabilidade do Banco Central do Brasil, para que haja controle na emissão, compra e venda de títulos. A Taxa Selic é calculada pela taxa média ponderada dos juros praticados pelas instituições financeiras, é considerada a taxa básica da economia no Brasil, pois serve como parâmetro para todas as outras praticadas no mercado. Ela tende a ser a menor taxa de juros que existe na economia (TORO RADAR, 2016).

¹¹⁶ Dividendos são os pagamentos efetuados pela empresa aos seus acionistas por meio da distribuição de parte de seu lucro líquido (INFOMONEY, 2000-2016).

¹¹⁷ O artigo 202, inciso I define as normas para ajuste do lucro líquido: “I - metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores” (BRASIL, 1976).

assembleia geral, não incluiu a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2015 (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016b).

De acordo com matéria publicada pela *Infomoney*, observar apenas o lucro/prejuízo de uma companhia é insuficiente para analisar seu desempenho. Um indicador financeiro muito utilizado pelo mercado é o Ebitda (*Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), também chamado no Brasil de Lajida (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). De modo geral, o Ebitda representa a geração operacional de caixa da companhia, isto é, quanto ela gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem contar os efeitos financeiros e de impostos. Entretanto, esse indicador não dá ideia da real liquidez da empresa, nem considera o montante de reinvestimento requerido pela depreciação. É necessário utilizá-lo em combinação com outros indicadores (EBITDA..., 2006).

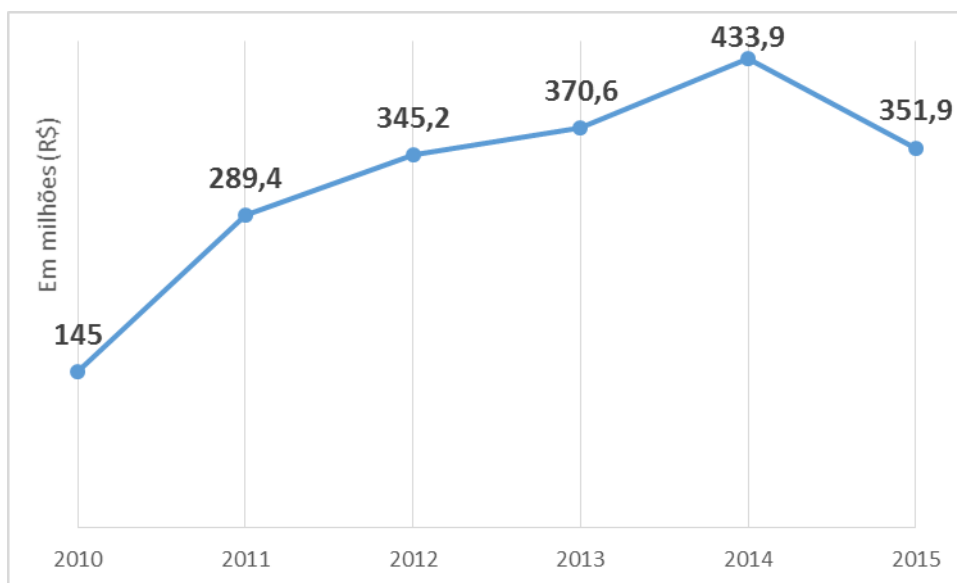
A Abril/Somos Educação acreditava que o Ebitda e o Ebitda ajustado eram os melhores índices para demonstrar o desempenho operacional da companhia, pois não eram influenciados por fatores ligados: “ (i) à estrutura de capital, como despesas com juros de endividamento, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social, (iii) às despesas com depreciações e amortizações e (iv) às despesas não recorrentes” (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016c, p.11).

Segundo a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários¹¹⁸ nº 527, de 4 de outubro de 2012 (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 2012), a companhia pode divulgar o Ebitda ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, por isso a Abril/Somos Educação opta por divulgar um Ebitda ajustado, calculado com base no lucro operacional incluindo os valores referentes à depreciação e amortização e também incluindo a amortização do investimento editorial e ajuste de inventário (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016c).

O gráfico 7 apresenta o Ebitda ajustado da Abril/Somos Educação nos anos de 2010 a 2015:

¹¹⁸ A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), criada em 1976, objetiva fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil. É “uma entidade autárquica em regime especial, vinculada ao Ministério da Fazenda, com personalidade jurídica e patrimônio próprios, dotada de autoridade administrativa independente, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, e autonomia financeira e orçamentária” (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, [s/d]b).

O mercado de valores mobiliários brasileiro negocia ações, debêntures, quotas de fundos de investimento, entre outros (COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, [s/d]a).

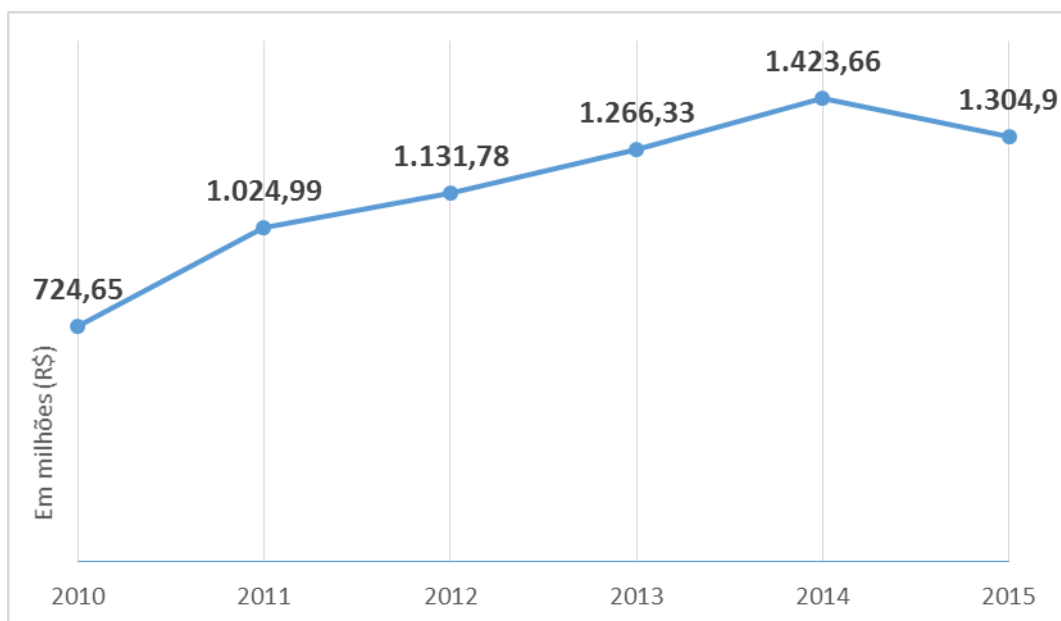
Gráfico 7 – Ebitda ajustado da Abril/Somos Educação, 2010-2015

Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2012a, 2013a, 2015) e Somos Educação S.A. (2016b).

Se considerarmos o Ebitda, podemos afirmar que a Abril/Somos Educação teve um bom desempenho operacional, isto é, a geração de caixa da companhia foi positiva, ainda que com queda em 2015.

O *gráfico 8* apresenta a receita líquida anual¹¹⁹ da Abril/Somos Educação, no período de 2010 a 2015:

¹¹⁹ Receita, em termos contábeis, é a soma de todos os valores recebidos em dado espaço de tempo (SANDRONI, 1999). No caso analisado, refere-se a um ano.

Gráfico 8 – Receita líquida da Abril/Somos Educação, 2010-2015

Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2012a, 2013a, 2015) e Somos Educação S.A (2016b).

Em 2015, a Abril/Somos também teve resultados positivos se considerarmos sua receita líquida. Portanto, ainda que tenha havido prejuízo líquido, a companhia conseguiu, em termos de mercado, ter um bom resultado, ainda que menor se comparado ao ano anterior. Nota-se que, no período selecionado, houve crescimento, sendo que o desempenho em 2015 foi quase o dobro do que em 2010, quando a Abril/Somos ainda era uma companhia de capital fechado. Vale lembrar que esse período também foi marcado por intensos movimentos de aquisições.

A *tabela 1* apresenta a participação, em porcentagem, das linhas de negócios na receita líquida anual da Abril/Somos Educação:

Tabela 1 – Participação das linhas de negócios na receita líquida anual da Abril/Somos Educação, 2010-2015 (%)*

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---------------------------------------|------|------|------|------|------|------|
| Editoras | 83 | 65 | 57 | 43 | 37 | 31 |
| Sistemas de Ensino | 17 | 20 | 23 | 23 | 24 | 26 |
| Escolas e Cursos preparatórios | 0 | 15 | 18 | 20 | 24 | 29 |
| Idiomas | 0 | 0 | 0 | 10 | 13 | 12 |
| Outros | 0 | 0 | 1 | 3 | 2 | 2 |
| Eliminações | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 |

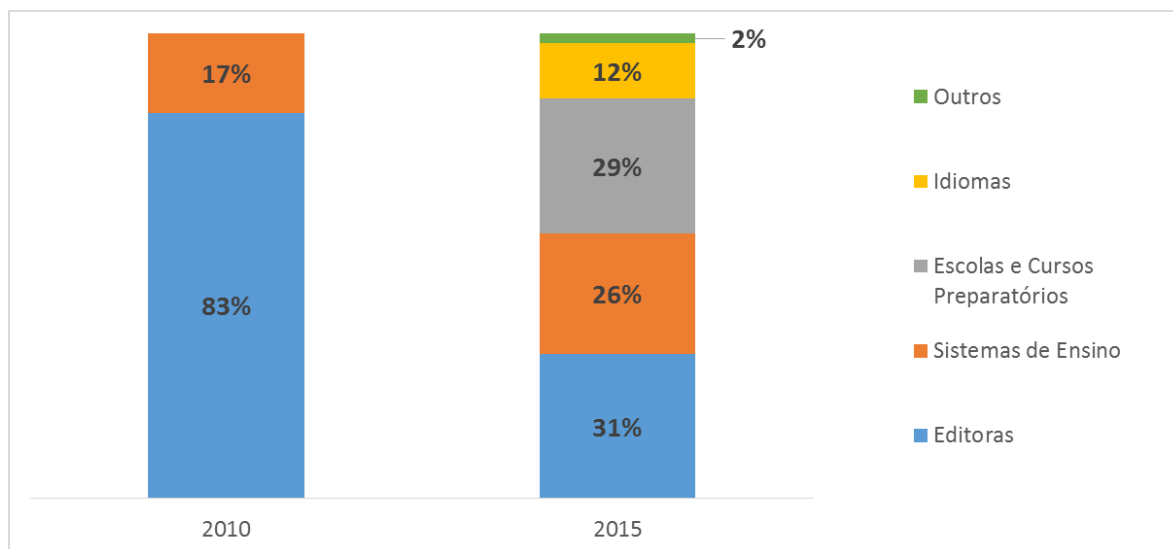
Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2012a, 2013a, 2015) e Somos Educação S.A. (2016b)

*De acordo com os documentos apresentados pela companhia, em 2010 o Curso Preparatório Anglo estava classificado juntamente com Sistemas de Ensino.

Os termos utilizados foram os mesmos usados pela própria companhia.

É possível perceber que houve uma diversificação nas linhas de atuação da Abril/Somos Educação no período destacado. Os sistemas de ensino, as escolas e cursos preparatórios e o ensino de idiomas tiveram crescimento significativo em virtude das aquisições realizadas pela companhia. O *gráfico 9* ilustra comparativamente os anos de 2010 e de 2015:

Gráfico 9 – Participação das linhas de negócios na receita líquida anual da Abril/Somos Educação, 2010 e 2015 (%)*



Fonte: Elaboração própria com base em Abril Educação S.A. (2012a, 2013a, 2015) e Somos Educação S.A. (2016b)

*De acordo com os documentos apresentados pela companhia, em 2010 o Curso Preparatório Anglo estava classificado juntamente com Sistemas de Ensino.

Os termos utilizados foram os mesmos usados pela própria companhia.

Vemos que as editoras diminuíram consideravelmente sua participação na receita, entretanto, ainda assim, elas e os Sistemas de Ensino continuaram a ter atuação importante na receita da companhia: juntas correspondem a mais da metade. É lícito lembrar que a diminuição não se refere à venda de editoras, mas sim à diversificação da companhia em outras linhas de atuação. Editoras e Sistemas eram oferecidos para as redes pública e privada de ensino. A partir de 2016, provavelmente haverá um aumento dessa participação em virtude da aquisição da Saraiva, cuja atuação em ambos os negócios é significativa¹²⁰, e ainda uma diminuição no ensino de idiomas, pois em 2015 três empresas foram vendidas, evidenciando o desinteresse da companhia em continuar investindo nessa linha.

Neste capítulo vimos que a expansão da Abril/Somos Educação por meio de aquisições e criações de novas empresas foi intenso: de duas em 2004, passou para 25 em 2015. Esse processo foi viabilizado, sobretudo, pelas ofertas públicas inicial e secundária realizadas pela companhia, a partir de julho de 2011. O resultado da financeirização das atividades da Abril/Somos também pode ser notado nas demonstrações financeiras aqui apresentadas: a receita líquida, por exemplo, mais que dobrou num período de apenas cinco anos. O

¹²⁰ Mais informações sobre a atuação das editoras e dos Sistemas serão apresentadas no *Capítulo 5* deste trabalho.

endividamento líquido superior ao patrimônio líquido em 2015 possibilitou alta taxa de alavancagem, de modo que a companhia não tenha sofrido tantos prejuízos, em termos operacionais. Não podemos perder de vista, contudo, que a alavancagem envolve altos riscos.

Os dados apresentados demonstram uma vez mais a visão educacional predominante na Abril/Somos Educação: educação como mercadoria. Não por outra razão, a companhia utiliza os termos “negócios” e “mercado” para designar seus produtos e serviços e afirma administrar seu capital com intuito de “[...] salvar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno adequado aos acionistas” (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2016b, p.37, grifo nosso).

A companhia oferecia uma ampla variedade de “produtos e serviços”, tanto para a rede pública quanto para a rede privada de ensino. Eram materiais didáticos, formação para professores, portais *online*, assessoria pedagógica etc. Pesquisas desenvolvidas por Cassiano (2007, 2013), Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015), Garcia (2011) e Pinheiro (2014) demonstraram que as empresas educacionais, dentre elas a Abril/Somos, têm se apropriado de fatias importantes do orçamento público na venda de livros didáticos e de sistemas de ensino. No caso da companhia aqui analisada, vimos que as editoras e os sistemas correspondem a mais da metade de sua receita líquida. Para além dos objetivos mercantis, Freitas (2012, 2014a, b) demonstrou como os empresários têm disputado a agenda educacional, com intuito de manter o controle ideológico da escola.

No próximo capítulo apresentaremos a atuação e expansão da Abril/Somos Educação na educação básica pública, por meio das políticas governamentais de provimento de materiais didáticos.

Capítulo 5. Abril/Somos Educação e educação básica pública brasileira

Conforme apresentado no *Capítulo 2* deste trabalho, os movimentos de concentração e centralização do capital também acontecem com os grupos empresariais atuantes na educação. Para além dos objetivos mercantis apresentados, os empresários têm disputado o controle da escola pública – uma vez que já o possuem na rede privada. As consequências têm sido graves (GARCIA, 2011; FREITAS, 2012, 2014a, b).

Estudos desenvolvidos por Cassiano (2007, 2013), Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015) e Pinheiro (2014) acompanharam essa tendência na educação básica, com destaque para as políticas referentes à aquisição de livros didáticos, atrelada ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e à adoção dos chamados Sistemas Privados de Ensino. Esses estudos já indicavam a Abril/Somos Educação como um dos maiores grupos atuantes na educação básica pública e, conforme apresentado no *Capítulo 4* deste trabalho, a maior parte da receita da companhia advém das editoras e dos Sistemas Privados de Ensino.

A seguir apresentaremos a atuação da Abril/Somos em ambas as políticas, no período de 2010 a 2015. Exibiremos os dados do PNLD em âmbito nacional; as informações dos Sistemas Privados de Ensino serão focadas no estado de São Paulo, em razão das dificuldades na obtenção dos dados nos demais estados brasileiros¹²¹, além do fato de que as pesquisas anteriores demonstraram que a maior incidência dessa política é justamente nos municípios paulistas (ADRIÃO, 2009a, 2011, 2012, 2015).

5.1. Sobre o mercado editorial e os livros didáticos

A formação de grandes conglomerados, por meio de fusões e aquisições de empresas pode ser notada no mercado editorial global, não apenas no setor de didáticos. Silva (2014) apresentou um ranking global do mercado editorial, com dados de 2011:

¹²¹ Conforme apresentação na *Introdução* deste trabalho, há uma grande dificuldade no acesso aos gastos públicos fiscais, mesmo com a existência da Lei de Acesso à Informação, que vigora desde 2011. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apresentou maior transparência.

Quadro 1 – Ranking global do mercado editorial, em US\$ milhões, 2011

| Ranking 2011 | Grupo ou Divisão (Publishing Company) | País sede | Receita (2011) |
|--------------|---------------------------------------|-------------------------|----------------|
| 1º | Pearson | Reino Unido | 8.411 |
| 2º | Reed Elsevier | Reino Unido/Holanda/EUA | 5.686 |
| 3º | Thomson Reuters | EUA/Canadá | 5.435 |
| 4º | Wolters Kluwer | Holanda | 4.360 |
| 5º | Hachette Livre | França | 2.649 |
| 6º | Planeta | Espanha | 2.304 |
| 7º | McGraw-Hill Education | EUA | 2.292 |
| 8º | Bertelsmann | Alemanha | 2.274 |
| 9º | Holtzbrinck | Alemanha | 1.952 |
| 10º | Scholastic (corp.) | EUA | 1.906 |
| 24º | Grupo Santillana | Espanha | 936 |
| 40º | Abril Educação | Brasil | 411 |
| 50º | Saraiva | Brasil | 267 |
| 52º | Editora FTD | Brasil | 226 |

Fonte: Extraído de Silva (2014, p.82).

O grupo predominante, em 2011, foi a Pearson¹²². Três grupos brasileiros apareceriam no ranking: Abril/Somos Educação, Saraiva e Editora FTD¹²³. Registre-se que a Abril/Somos comprou a parte educacional da Saraiva em 2015.

Já em 2015, a *IbisWorld*¹²⁴ publicou pesquisa sobre o mercado editorial global de livros, com dados referentes ao ano de 2014. As maiores companhias advinham da Europa (34%) e da América do Norte (30,4%) (IBISWORLD, 2015, p.17), tendo destaque Pearson, Penguin Random House¹²⁵ e The McGraw-Hill Education¹²⁶ (IBISWORLD, 2015, p.24-25)

Segundo a *IbisWorld*, esse mercado apresenta tendência de crescimento nos países “em desenvolvimento”, como é o caso do Brasil:

¹²² A Pearson foi fundada em 1844 por Samuel Pearson como S. Pearson and Son, uma pequena empresa de construção, em Yorkshire, no norte da Inglaterra. Hoje, a Pearson é a maior empresa de educação do mundo, atuando em um segmento diferente de quando começou (PEARSON, [s/d]a).

¹²³ Mais informações a respeito dos grupos brasileiros serão apresentadas no item 5.2.

¹²⁴ *IbisWorld* atua desde 1971, pesquisando informações comerciais. É uma das principais editoras do mundo, especializada em pesquisa da indústria e de aquisições. Atualmente, conta com equipes de analistas nos EUA, Reino Unido e Austrália, que pesquisam dados econômicos, demográficos e de governo (IBISWORLD, 1999-2016).

¹²⁵ A Penguin foi fundada em 01 de julho de 2013, seus acionistas são Bertelsmann (53%) e Pearson (47%). Sua sede fica em Nova Iorque, mas opera em mais de 20 países, incluindo o Brasil. Atualmente é composta por 250 marcas editoriais (PENGUIN RANDOM HOUSE, 2016). Em 2011, a Penguin comprou 45% da Companhia das Letras (GURPO..., 2011).

¹²⁶ The McGraw-Hill Education surgiu em 1917, em Nova Iorque, após a fusão entre duas empresas: a The McGraw and Hill Companies. A companhia atua fornecendo “soluções digitais de aprendizagem”. Além da atuação na América, possui um escritório em Londres para atender a Europa, África e Oriente Médio (MCGRAW-HILL EDUCATION, 2016).

O mercado editorial de livros em países recém-industrializados crescerá a um ritmo rápido, particularmente na China, Índia e partes da América Latina. Nos mercados emergentes, haverá um aumento nos gastos *per capita* em livros, devido ao aumento dos níveis de renda, educação, instrução e a crescente disponibilidade de publicações digitais mais baratas. A taxa de rápido crescimento dos gastos em livros nestes mercados irá promover o incremento da indústria nessas regiões. Principalmente nessas regiões haverá estímulo às empresas para entrar na indústria global. Há expectativas de que as vendas de livros didáticos e profissionais sejam particularmente fortes nos próximos cinco anos. Os governos de muitos países estão focados na melhoria da educação e, portanto, em aumentar os gastos com livros didáticos e produtos relacionados. A expectativa é de aumento nas matrículas escolares, incluindo o ensino superior, nos países recém-industrializados, como China e Índia, resultando em maior crescimento para este segmento (IBISWORLD, 2015, p.8, tradução nossa¹²⁷).

Em termos globais, os livros didáticos (para educação infantil, ensino fundamental e médio, e ensino superior) estavam na segunda posição neste mercado, com 31%. Em primeiro lugar apareciam os livros de consumo (ficção e não ficção, livros ilustrados e livros de referência, como enciclopédias e atlas), com 52% (IBISWORLD, 2015, p.12).

A ideia do uso do livro didático não constitui novidade. A chamada pedagogia tecnicista, com os princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, apareceu ainda na década de 1960, no Brasil (SAVIANI, 2008). Entretanto, em consequência das reformas iniciadas nos anos 1990, houve uma recuperação e um reforço dessa visão pragmática, denominada por Freitas (1992) de neotecnicismo.

É lícito entender, portanto, as políticas educacionais para distribuição de livros didáticos no contexto das reformas da década de 1990. No início deste período, ocorreu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Banco Mundial (BM). Estavam presentes representantes de 155 governos, além de agências internacionais, ONGs, associações profissionais. Desse evento surgiu a Declaração

¹²⁷ Trecho original: “Book publishing markets in newly industrialized countries will grow at a rapid rate, particularly in China, India and parts of Latin America. In emerging markets, there will be an increase in per capita spending on books due to rising levels of income, education, literacy and the increasing availability of less expensive digital publications. The fast growth rate in spending on books in these markets will promote industry growth in those regions. It is mainly these regions that will spur companies to enter the global industry. Educational and professional book sales are expected to be particularly strong during the next five years. Governments in many countries are focused on improving education and will therefore boost spending on educational books and related products. An increase in school and higher education enrollment in newly industrialized countries, such as China and India, are expected to result in further growth for this segment.”

Mundial sobre a Educação para Todos, como documento diretriz para a educação mundial (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2011, p.48).

Nesse período, documentos produzidos pelo BM e pela Unesco evidenciaram a centralidade e a importância do livro didático para a melhoria da qualidade da educação. O Banco, inclusive, privilegiou o financiamento de projetos de países “em desenvolvimento” que previam programas de distribuição de didáticos. Para Cassiano (2013, p.79-80), os programas de aquisição e distribuição de livros didáticos podem ser considerados um marco da política educacional dos anos 1990.

Tal política foi implementada efetivamente em países da América Latina e Caribe, tornando a região um atraente mercado para as editoras do segmento de livros didáticos, sobretudo para os grandes grupos. Cassiano (2013, p.192) indica que o Grupo Prisa, por meio da Editora Santillana, era o que concentrava maior número de filiais na região, ao menos até 2012.

A defesa do uso do livro didático como principal estratégia para melhorar a qualidade do ensino para os países “em desenvolvimento” teve continuidade nas décadas seguintes. Em 2003, o BM publicou documento sobre a temática:

Livros didáticos e materiais de leitura são a chave para obter resultados pedagógicos em todos os níveis da educação e formação/treinamento, que, por sua vez, são necessários para desenvolver recursos humanos para o desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza. (THE WORLD BANK, 2003, p.1, tradução nossa).¹²⁸

Ainda para o Banco, esses livros didáticos funcionam como compensação para os baixos níveis de formação dos professores:

O livro didático é limitado, já que não é o currículo completo. Entretanto, em países onde os professores não são bem formados/treinados e onde não há outros materiais de aprendizagem nas escolas, o livro didático torna-se, efetivamente, o currículo. (THE WORLD BANK, 2003, p.3, tradução nossa, grifo nosso).¹²⁹

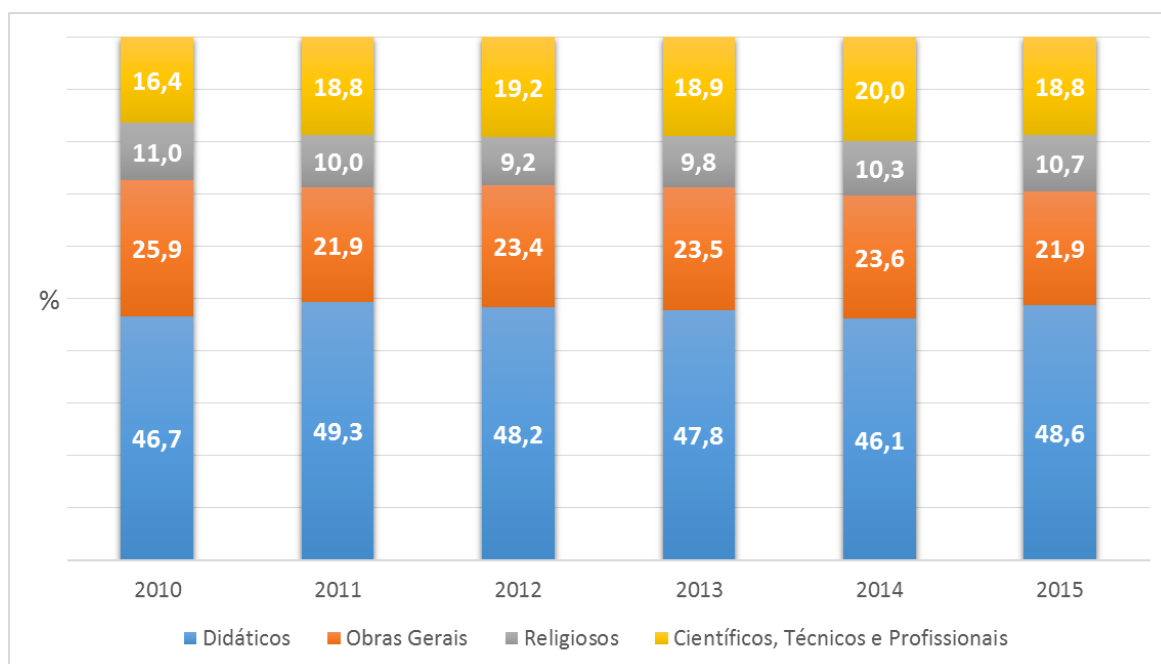
¹²⁸ Trecho original: “Textbooks and reading materials are key in service achieving pedagogical outcomes at all levels of education and training, which are in turn necessary for developing human resources for economic development and poverty reduction”.

¹²⁹ Trecho original: “The textbook is limited in that it is not the full curriculum. However, in countries where teachers are not well trained and where no other learning materials are in school, the textbook effectively becomes the curriculum”.

O Brasil seguiu as recomendações do BM para as políticas de provisão de livros didáticos. Segundo Cassiano (2013), o governo que implementou recomendações do banco, aliado às iniciativas próprias, foi o de Fernando Henrique Cardoso/PSDB (1995-2002)¹³⁰, mas os governos subsequentes, Lula e Dilma (PT) deram continuidade à política.

Para se ter ideia da dimensão do negócio envolvendo os livros didáticos no Brasil, recorremos à pesquisa “Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro”, desenvolvida anualmente pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O *gráfico 10* ilustra o faturamento¹³¹ do mercado por subsetor editorial, no período 2010-2015:

Gráfico 10 – Faturamento do mercado editorial, por subsetor editorial, em porcentagem, 2010-2015



Fonte: Elaboração própria com base em Câmara Brasileira do Livro (2013), Câmara Brasileira do Livro; Sindicato Nacional de Editores de Livros; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2012, 2014, 2015, 2016).

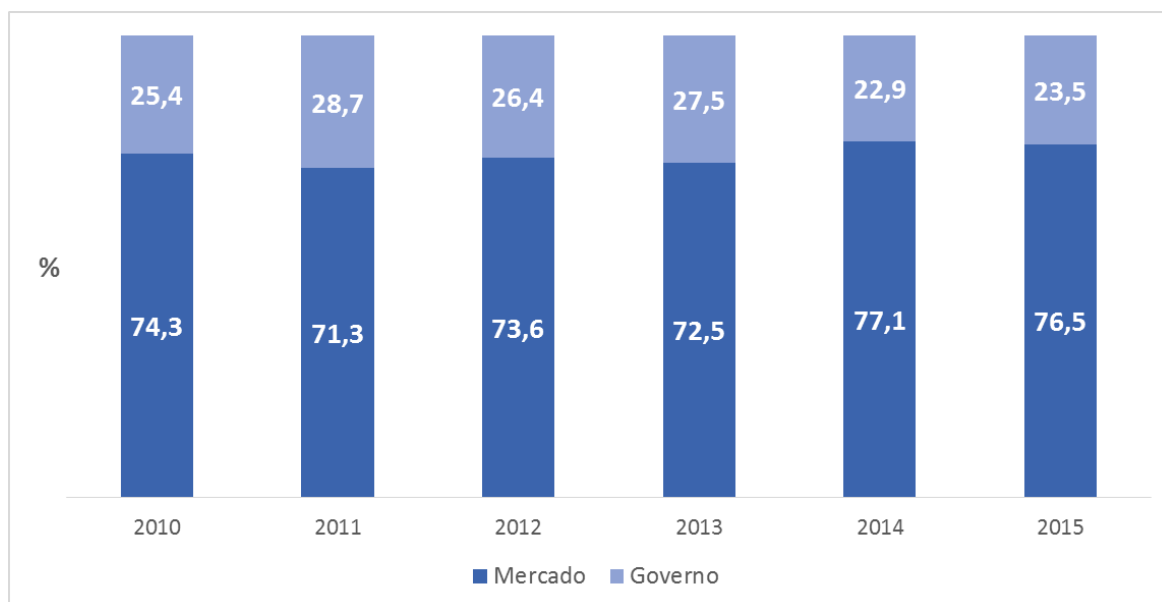
Em todos os anos da série selecionada os didáticos apareceram como o setor com mais vendas, chegando a quase metade do total. A venda desses livros está relacionada aos programas

¹³⁰ Cabe ressaltar que o governo FHC incorporou em seu Ministério da Educação intelectuais que antes trabalhavam no interior da sede do Banco Mundial, em Washington, D.C. – Estados Unidos, como Paulo Renato de Souza e Guiomar Namó de Mello (CASSIANO, 2013, p.99).

¹³¹ O faturamento refere-se a somas das vendas de uma empresa em determinado período (CONCEITO..., 2013).

governamentais de aquisição de didáticos. O *gráfico 11* ilustra essa situação em que o governo se apresenta como forte comprador no mercado editorial, no período de 2010 a 2015:

Gráfico 11 – Faturamento do mercado editorial por comprador (governo e mercado), em porcentagem, 2010-2015



Fonte: Elaboração própria com base em Câmara Brasileira do Livro (2013), Câmara Brasileira do Livro; Sindicato Nacional de Editores de Livros; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (2012, 2014, 2015, 2016).

No Brasil, duas políticas nacionais têm destaque no que se refere ao provimento de materiais didáticos por parte dos governos às escolas públicas: o Programa Nacional do Livro Didático e a adoção de Sistemas Privados de Ensino. A seguir discorreremos mais sobre ambos.

5.2. O Programa Nacional do Livro Didático e os Sistemas Privados de Ensino

Segundo Cassiano (2007, p.2), o governo brasileiro era classificado como o maior comprador de livros do país devido ao grande número de didáticos adquiridos. A aquisição desses livros ocorre por meio do PNLD, programa federal criado em 1985, com o Decreto nº 91.542/85 (BRASIL, 1985), e de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu objetivo é prover as escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares (direcionados aos alunos de 1º ao 3º ano do ensino fundamental, com o objetivo de incrementar a aprendizagem no ciclo de alfabetização) e dicionários (FNDE, 2014a, 2014c).

Também fazem parte do PNLD a distribuição de livros didáticos para os jovens e adultos (PNLD EJA) das entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado e das redes de ensino da educação básica; a distribuição de materiais didáticos específicos (em formatos diferentes – multisseriada e seriada –, considerando as especificidades daquele contexto) para escolas públicas rurais, destinados aos alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (PNLD Campo), e aquisições de materiais didáticos, literatura e tecnologias educacionais para os alunos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental (PNLD Alfabetização na idade certa), de modo a atender o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012) ¹³² (FNDE, 2014a).

Segundo Cassiano (2013, p.81), foi a partir de 1995, no governo FHC, que o PNLD se legitimou. Para a autora, intelectuais como Guiomar Namó de Mello tiveram importante contribuição para a “criação de um consenso nacional positivo” sobre a atuação do Ministério da Educação durante esse período. Mello defendia o uso do livro didático como “indutor da melhoria da qualidade do ensino”, e que cabia ao Estado realizar uma avaliação que garantisse um “padrão de qualidade”, baseado na “relevância, atualidade, correção, adequação no tratamento e na apresentação dos conteúdos”. (CASSIANO, 2013, p.100-101). Ora, nesse período foram criadas as condições para a entrada e permanência dos grandes grupos. Houve três marcos no governo FHC: a avaliação dos livros didáticos, a ampliação da aquisição e a distribuição planejada dos livros.

Houve contradições ¹³³ no processo de avaliação do programa, pois ao mesmo tempo em que resultou em melhoria na qualidade dos livros, visto que excluiu materiais com “erros conceituais e preconceituosos”, também pôde acarretar em uma homogeneização dos livros, já que houve uma série de critérios que deveria ser adotado pelas editoras (CASSIANO, 2013, p.139).

No governo Lula (2003-2010), o PNLD teve ampliação. O programa, que antes fornecia materiais apenas para o Ensino Fundamental, passou a atender também ao Ensino Médio, por meio da criação do Programa de Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), em 2003, e à Educação de Jovens e Adultos, através do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), criado em 2007 e incorporado ao PNLD EJA em 2009 (CASSIANO, 2013, p.149).

¹³² Não se pretende, neste trabalho, realizar uma análise mais aprofundada a respeito do Programa Nacional do Livro Didático. Para mais informações a respeito da história e do funcionamento do programa, indicamos Cassiano (2007, 2013), Höfling (2000), Zambon, Terrazzan (2013).

¹³³ Para outros apontamentos em relação a essa temática, ver Cassiano (2007, 2013).

No governo de Dilma Rousseff, em 2013, dois novos programas foram criados: o Programa Nacional do Livro Didático Campo (PNLD Campo), com objetivo de atender os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental que estudam em escolas públicas consideradas rurais, e o PNLD Alfabetização na Idade Certa, com intuito de proporcionar a alfabetização das crianças em Língua Portuguesa e em Matemática até, no máximo, os oito anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental (FNDE, 2014a).

Cassiano (2007, p.10) atentou para o fato de que a venda de livros didáticos é “cíclica”, garantida ano a ano, já que está atrelada ao calendário escolar. Nesse sentido, os sistemas de ensino são vistos como um “mercado-alvo” pelas editoras, e o governo, um “comprador privilegiado”. O *quadro 2* apresenta o ciclo trienal de distribuição dos livros didáticos, por etapa de escolaridade:

Quadro 2 – Processo de aquisição de livros didáticos pelo PNLD¹³⁴

| Etapa de escolaridade | Aquisição de livros | | |
|-------------------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 |
| Ensino Fundamental (1º ao 5º) | Integral | Reposição Parcial | Reposição Parcial |
| Ensino Fundamental (6º ao 9º) | Reposição Parcial | Integral | Reposição Parcial |
| Ensino Médio | Reposição Parcial | Reposição Parcial | Integral |

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE, 2014b.

Na série histórica selecionada para esta pesquisa (2010-2015), a aquisição de livros didáticos aconteceu do seguinte modo:

¹³⁴ No Ensino Fundamental são reutilizados por três anos os livros de História, Geografia, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, sendo repostos em caso de perdas, extravios e novas matrículas; são consumíveis os livros de Alfabetização Matemática e Alfabetização Linguística (para 1º e 2º anos) e Língua Estrangeira. No Ensino Médio são reutilizáveis, também por três anos, os de História, Geografia, Biologia, Química, Física e Língua Portuguesa, também havendo reposição; são consumíveis os de Língua Estrangeira e de Filosofia e Sociologia. (FNDE, 2014b).

Quadro 3 – Aquisição de livros didáticos pelo PNLD, 2010-2015*

| | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|---|------|------|------|------|------|------|
| Ensino Fundamental (anos iniciais) | I | P | P | I | P | P |
| Ensino Fundamental (anos finais) | P | I | P | P | I | P |
| Ensino Médio | P | P | I | P | P | I |
| Educação de Jovens e Adultos (Ensino Fundamental) | A | A | N | A | A | N |
| Educação de Jovens e Adultos (Ensino Médio) | A | A | A | N | A | N |
| Obras Complementares | A | A | N | A | N | N |
| Dicionários | N | N | A | N | N | N |
| Educação do Campo | N | N | N | A | A | A |
| Alfabetização na Idade Certa | N | N | N | A | N | N |

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE, 2015e.

*I – Integral; P – Reposição Parcial; A – Aquisição; N – Não houve aquisição.

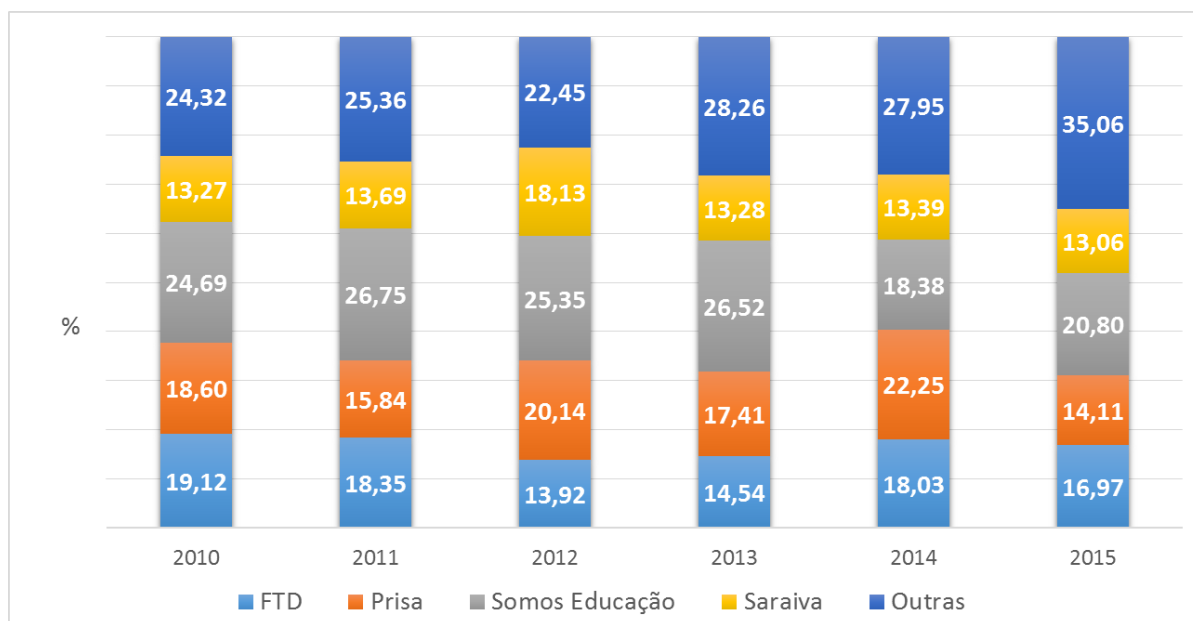
Não foi possível apreender se há um planejamento para aquisição de materiais para os programas EJA, Obras Complementares, Dicionários, Educação do Campo e Alfabetização na Idade Certa.

Cassiano (2007) observou, também, um movimento de formação de grandes oligopólios no mercado brasileiro de didáticos. Entre 1985 e 2007, das 64 empresas que disputavam o mercado nos primeiros anos do PNLD, somente 12 permaneceram, sendo que houve casos de incorporação das editoras menores pelas maiores:

[...] vimos o oligopólio no ramo dos didáticos passar das empresas familiares eminentemente nacionais (exceção feita à FTD) para o dos grandes grupos, sendo que o capital internacional num primeiro momento, foi representado pelas empresas espanholas, que já estavam instaladas nos demais países da América Latina e do Caribe [refere-se à Santillana]. (CASSIANO, 2007, p.36).

As editoras que permaneceram foram justamente aquelas que já concentravam o maior volume de vendas para o governo. O *gráfico 12* ilustra a participação dos grupos/editoras¹³⁵ no PNLD no período entre 2010-2015¹³⁶, por montante de recursos adquiridos:

Gráfico 12 – Participação dos grupos/editoras no PNLD, por recursos adquiridos, 2010-2015



Fonte: Elaboração própria, com base em FNDE, 2015e.

¹³⁵ Foram agrupadas em *Outras*, as editoras/grupos com participação menor do que 10%. São elas: Positivo, Escala, Editora do Brasil, Grupo IBEB, SM, Dimensão, Sarandí, Fapi, Casa Publicadora, Aymar, Nova Geração, Cia da escola, AJS, Global, Módulo, IMEPH, Aymar Edies e Tecnologia, Escrituras, Best Book, Brinque Book, Callis, Conhecimento Editora, Cortez, Cosac & Naify, Difusão Cultural do Livro (DCL), Biruta, Editora Peirópolis, Globo, Lê, Editora Mercurio, Nova Alexandria, Ediouro, Panda Books, Record, Companhia das Letras, FBF Cultural (Editora Evoluir), Frase e Efeito Editorial, Fundação de Apoio da Universidade, Fundação Demócrito Rocha, Girassol Brasil, Lazuli, Editora Nobel, Manati, Melhoramentos, Pallas, Pia Sociedade Filhas de São Paulo (Editora Paulinas), RHJ, Roda Viva (Roda & Cia), L, Pearson, MacMillan, Piá, Lexikon, Leya, Grafset, Zapt, Esfera, A Página Distribuidora de Livros, Alis Editora, Autêntica, Berlendis & Vertecchia, Colégio Claretiano Assoc. Benef. Ed, Contexto Digital e Artes Gráficas, Edelbra Gráfica, Editora Altea, Editora de Cultura, Editora Dubolsinho, Editora Meca, Editora Miguilim, Editora Moitara, Editora Objetiva, Editora Pulo do Gato, Editora Rocco, Editora Spot 1, Editora Terra do Saber, Martins Fontes, Editorial 25, Elementar, Fino Traço, Editora Cassol, Gráfica Editora Stamp, JPA, Lemos Editorial, Manole, Manuela Editorial, Mazza Edições, Mr Cornacchia (Papyrus), Pia Sociedade de São Paulo (Paulus), Uni Duni, Universo Livros, Vieira e Lent Casa Editorial, Editora Prumo, Editora Projeto, Sistema Educacional Família e Escola (Sefe), Folha da Manhã (PubliFolha), Noovha América, Associação Paranaense de Cultura, Catasão Editora, Editora Lendo e Aprendendo, CCS, Imperial, PAX.

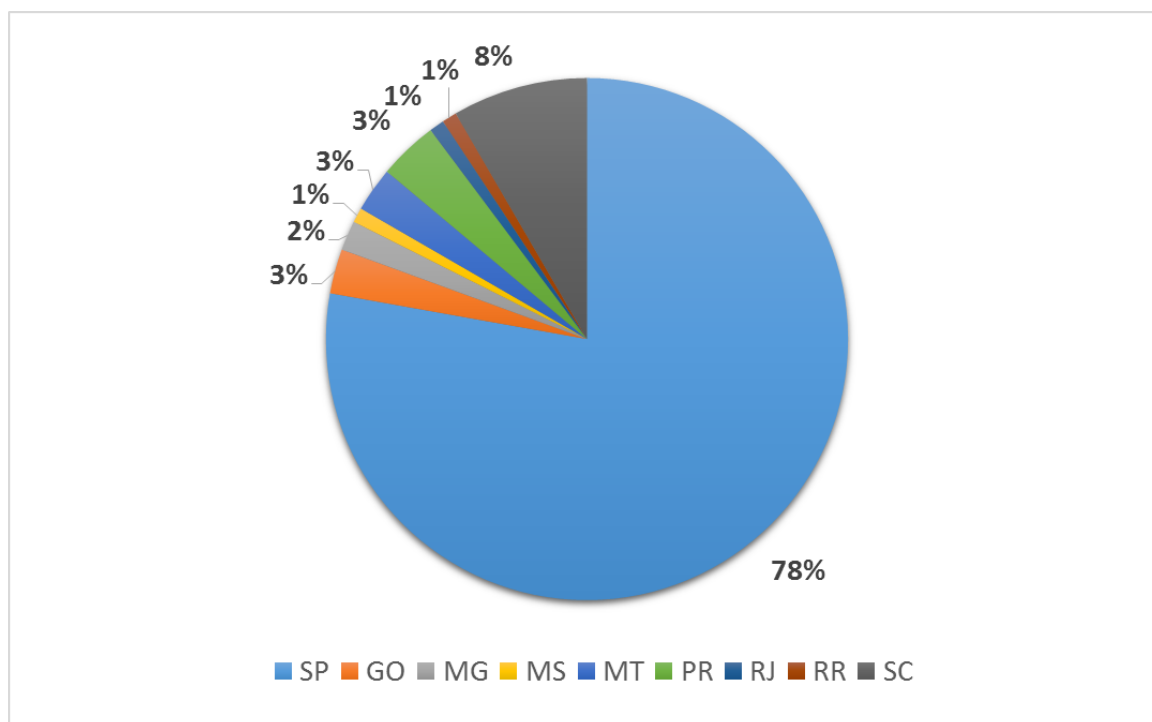
¹³⁶ No PNLD 2010 foram adquiridos materiais didáticos para EJA, Ensino Fundamental (EF) e Médio (EM) e Obras Complementares (OC). No PNLD 2011, EJA, EF, EM, OC. No PNLD 2012, EJA, EF, EM, Dicionários. No PNLD 2013, EJA, EF, EM, OC, Campo, Alfabetização na Idade Certa. No PNLD 2014, EJA, EF, EM, Campo. E, no PNLD 2015, EF, EM e Campo. (FNDE, 2015e).

Esses eram os grupos com maior concentração no programa: Abril/Somos Educação, Prisa, Saraiva e FTD. Com exceção da FTD, as características são semelhantes: estão associadas a grupos empresariais estrangeiros ou são companhias com capital aberto em bolsa de valores. O Grupo Prisa é uma empresa espanhola que atua no Brasil desde 2001, participa no PNLD com as editoras Moderna, Richmond, Salamandra e Uno (GRUPO PRISA, 2014). A FTD, pertencente à ordem religiosa dos Irmãos Maristas, é de origem francesa; possui as editoras FTD e Quinteto (CASSIANO, 2013, p.248-249). A Abril/Somos Educação tornou-se uma companhia aberta e listada na BM&FBovespa em 2011; atua no programa principalmente por meio das editoras Ática e Scipione (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014a, 2014f). A Saraiva também lançou ações na Bovespa, em 2006, e, em 2015 foi comprada pela Abril/Somos (SARAIVA, 2014; SCARAMUZZO, 2015).

Em 2011, o FNDE estabeleceu regulamento segundo o qual são atendidas somente as redes de ensino que tenham aderido formalmente ao programa, mediante assinatura de termo de adesão (FNDE, 2014a). Segundo Sônia Schwartz, coordenadora do PNLD, a decisão de oficializar a adesão ao programa foi tomada para evitar o desperdício, já que muitos municípios adotavam outro sistema e não comunicavam o FNDE (CIEGLINSKI, 2009).

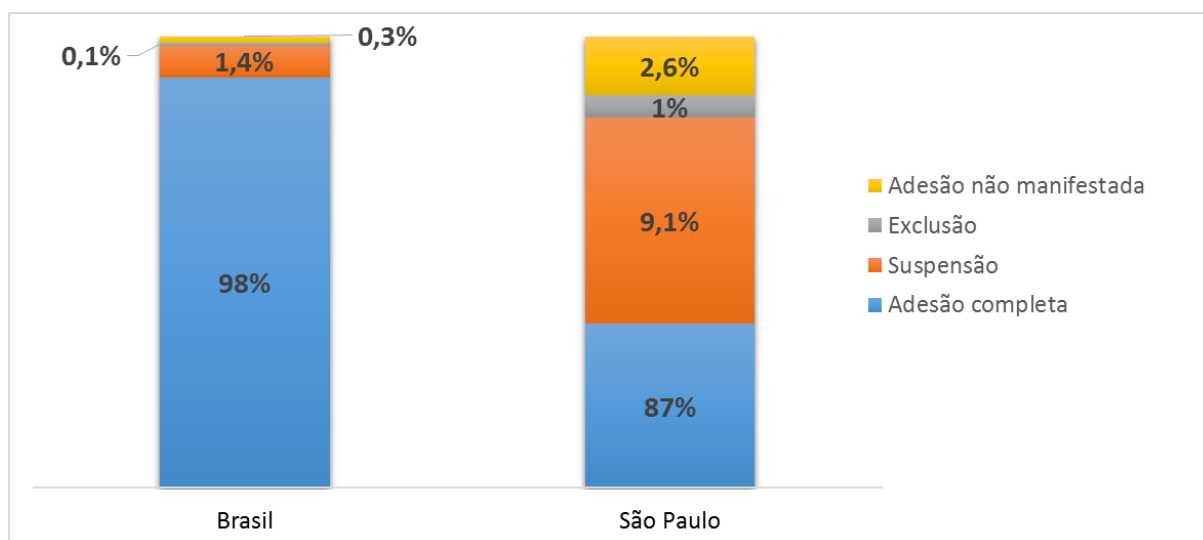
Dos 5568 municípios brasileiros, 5459 aderiram ao PNLD em 2015, o que corresponde a 98%. Dentre os 2% que não aderiram ou tiveram adesão incompleta, o estado de São Paulo destacou-se:

Gráfico 13 – Municípios que não aderiram ao PNLD, por estado, 2015



Fonte: Elaboração própria com base em FNDE, 2016a.

Segundo dados do FNDE, no estado de São Paulo, dos 645 municípios, 562 aderiram (87,13%) ao PNLD em 2015 (FNDE, 2016a). O *gráfico 14* ilustra comparativamente a adesão ao PNLD entre Brasil e estado de São Paulo:

Gráfico 14 – Porcentagem de adesão ao PNLD (Brasil e estado de São Paulo), 2015*

Fonte: Elaboração própria com base em FNDE, 2016a.

*Adesão não manifestada corresponde a não entrega do Termo de Adesão e, portanto, a não participação no Programa; Exclusão, total exclusão do Programa; Suspensão, interrupção apenas para determinada etapa do PNLD; Adesão completa, participação integral no Programa (FNDE, 2016b).

Comparado ao território nacional, vemos que o estado de São Paulo possui uma significativa queda na adesão completa ao Programa. Acredita-se que a não adesão esteja associada à adoção de Sistemas Privados de Ensino. Pesquisas coordenadas por Adrião (2009a, 2011, 2012, 2015) indicaram uma tendência crescente nos municípios paulistas, sobretudo naqueles com até 50 mil habitantes, a realizar parcerias com instituições privadas para adoção de Sistemas.

É oportuno lembrar que, neste trabalho, o termo sistema é adotado para designar um ‘pacote’ de produtos e serviços, composto por material didático apostilado para alunos e de apoio para professores, assessoria pedagógica, formação continuada, procedimentos de avaliação (ADRIÃO et al, 2012, p.538).

Conforme apresentado no *capítulo 2* deste trabalho, acreditamos que a intensificação da privatização na educação insere-se no contexto da reforma neoliberal dos Estados Nacionais, após a crise da década de 1970. Assistimos, sobretudo a partir da década de 1990, uma tendência global de privatização da educação (DALE, 1994; BELFIELD e LEVIN, 2002; BALL E YODELL, 2007; ROBERTSON E VERGER, 2012).

No Brasil, constituíram marcos normativos para a facilitação das “parcerias público-privadas” a Emenda Constitucional n.19, de 1998, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000) e a Lei das parcerias público-privadas (Lei n. 11.079/04) (ADRIÃO, BEZERRA, 2013; ADRIÃO, 2014). Também consideramos que os processos de

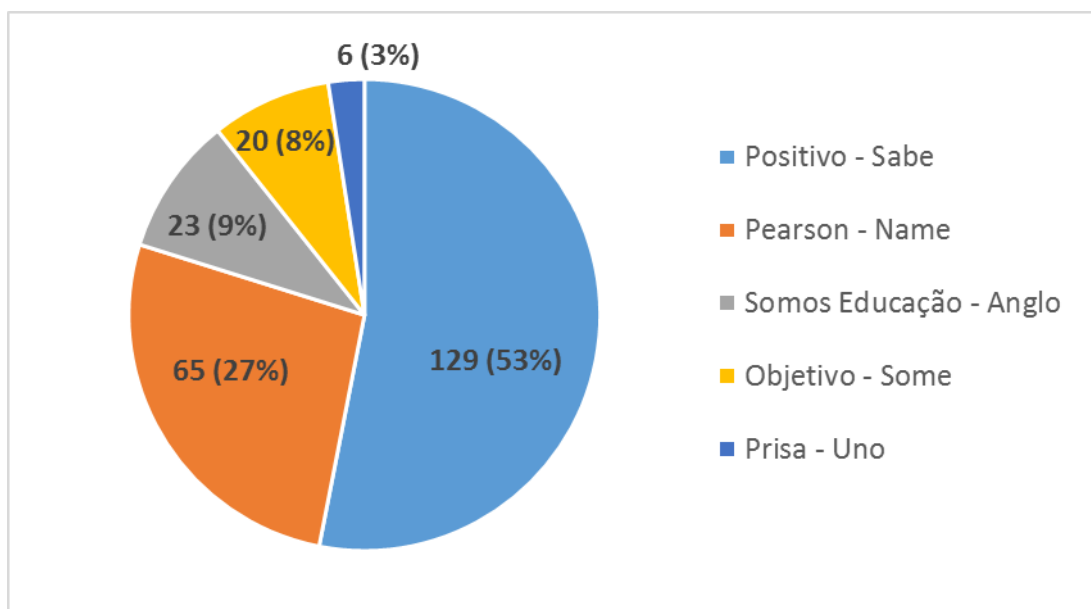
descentralização da educação pública, cuja principal medida foi a municipalização do ensino fundamental, sobretudo das suas séries iniciais, induziram ao aumento das parcerias entre os municípios e o setor privado. Nesse sentido, concordamos com Adrião et al (2009, p.803):

Da articulação dessas duas orientações complementares, municipalização do ensino fundamental e alterações no padrão de intervenção estatal, resultaram inúmeros arranjos político-institucionais forjados pelas administrações municipais paulistas para, na melhor das hipóteses, responder às demandas educativas assumidas.

De acordo com pesquisa¹³⁷ coordenada por Adrião (2015, p.68-70), em 2013 foram identificadas ao menos nove empresas diferentes, com materiais similares, que ofertavam Sistemas. Dentre essas, destacaram-se: Positivo, Objetivo, Pearson, Abril/Somos Educação e Santillana. Considerando os cinco grupos com mais inserção nessa política, em 2013, 243 municípios faziam uso desse tipo de material (ADRIÃO, 2015, p.70). O *gráfico 15* ilustra a participação desses grupos:

¹³⁷ A pesquisa utilizou diferentes estratégias para mapear a adoção de Sistemas Privados de Ensino nos municípios brasileiros: consulta às cinco principais empresas fornecedoras de Sistemas; consulta aos Tribunais de Conta dos Estados, aplicação de questionário *online*, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), aplicação presencial do questionário disponibilizado *online*, durante o 6º Fórum Nacional Extraordinário da Undime, ocorrido em Florianópolis/SC, em maio de 2014. Apesar dos esforços, não foi possível obter a totalidade das informações. Isso demonstra a grande dificuldade no acesso aos gastos públicos fiscais, mesmos com a existência da Lei de Acesso à Informação, que vigora desde 2011 (ADRIÃO, 2015, p.69-70).

Gráfico 15 – Participação de cinco grupos empresariais na oferta de Sistemas Privados de Ensino, por número de municípios e porcentagem, 2013¹³⁸



Fonte: Elaboração própria com base em Adrião (2015, p.70).

As características da maioria dos grupos empresariais apresentados no *gráfico 15* são semelhantes às apontadas no *gráfico 12*: associados a grupos estrangeiros e/ou com capital aberto. Aqui destacamos a Pearson, empresa britânica que adquiriu parte do Colégio Oswaldo Cruz (COC), em 2011 (PEARSON, [s/d]b). Ressalta-se ainda que dois grupos (Abril/Somos Educação e Prisa) atuavam em ambas as políticas: PNLD e Sistemas Privados de Ensino.

Adrião et al (2009, p.813-814) já alertavam que as parcerias entre o setor privado e os municípios, sobretudo os paulistas, indicavam uma nova estratégia de expansão dos grandes grupos empresariais. Noutro estudo, Adrião (2009a) também sinalizava a tendência, ainda que não verificada, de ampliação da atuação das empresas fornecedoras de Sistemas junto à educação pública na medida em que conseguissem integrar o PNLD.

¹³⁸ A pesquisa considerou apenas os seguintes Sistemas Privados de Ensino: Sistema Aprende Brasil (SABE) - Positivo, Núcleo de Apoio à Municipalização do Ensino (NAME) - Pearson, Anglo – Abril/Somos Educação, Sistema Objetivo Municipal de Ensino (SOME) - Objetivo e Uno - Santillana (ADRIÃO, 2015, p.70).

Em estudo divulgado pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal¹³⁹, Britto (2011, p.17), consultora legislativa da área de Educação à época, sugeriu a inclusão dos Sistemas Privados de Ensino nos Guias do Livro Didático.

Temos, portanto, que do governo FHC ao governo Lula, a estratégia de tornar o livro didático um “indutor” da qualidade do ensino tornou-se uma política de Estado. Porém, com alterações importantes, que se refletiram inclusive na postura que os mesmos defensores dessa prática haviam tido no período anterior, como é o caso da já citada Guiomar Namó de Mello: no governo Lula, ela não só era favorável ao uso dos Sistemas Privados de Ensino, que não passam por nenhuma instância de avaliação, como defendeu que o MEC deveria adotar tais sistemas (CASSIANO, 2013, p.100-101).

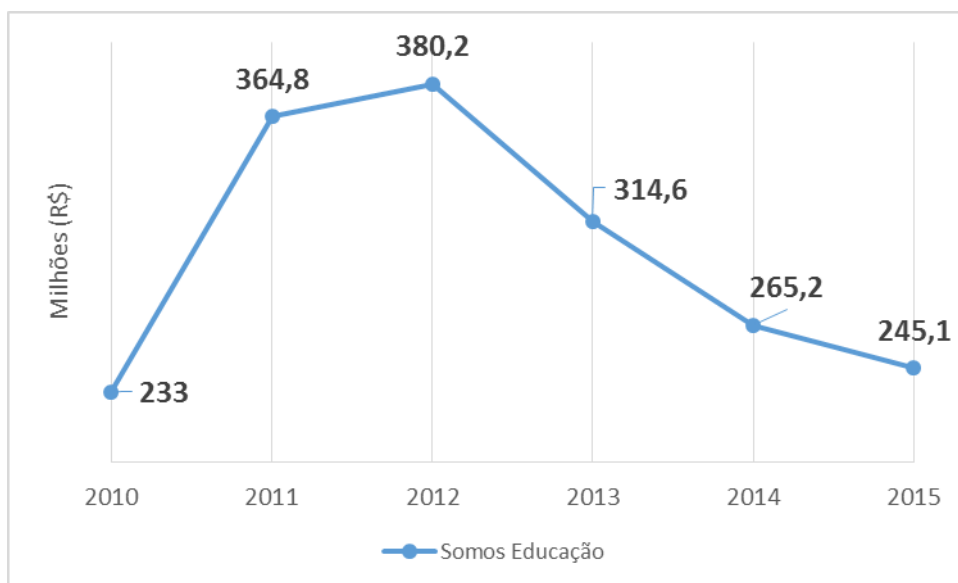
Ressalta-se ainda que as políticas possuem divergências, como já apontado em pesquisas coordenadas por Adrião (2009a, 2011, 2012). Destacamos: 1) as instituições escolares não são obrigadas a seguir o passo a passo dos livros didáticos do PNLD, mas o são com os Sistemas; 2) os livros didáticos passam por avaliação realizada pelo MEC, o que não acontece com os materiais fornecidos pelos Sistemas; 3) a escolha dos Sistemas não necessariamente precisa passar pelos professores e instituições escolares, isto é, podem ser eleitos somente pelas gestões municipais, já o PNLD tem como foco a escolha pelos profissionais das escolas.

5.3. Atuação da Abril/Somos no Programa Nacional do Livro Didático e nos Sistemas Privados de Ensino

Os gráficos apresentados anteriormente demonstraram que a Abril/Somos Educação está presente em ambas as políticas aqui destacadas. No Programa Nacional do Livro Didático, a participação da companhia aconteceu, no período de 2010 a 2015, prioritariamente, por meio das editoras Ática e Scipione. Registre-se que, nos dados estatísticos do FNDE, apareceram também: Editora Abril, Abril Educação S.A., Sistema de Ensino Abril Educação S.A., Gráfica e Editora Anglo LTDA (FNDE, 2015e).

O *gráfico 16* ilustra os valores adquiridos pela companhia no PNLD no período de 2010 a 2015:

¹³⁹ O Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal foi criado pelo Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2007, e tem por objetivo aprofundar o entendimento de temas relevantes para a ação parlamentar (BRITTO, 2011, p.2).

Gráfico 16 – Valor arrecadado pela Abril/Somos Educação no PLND, 2010-2015*

Fonte: Elaboração própria, com base em FNDE, 2015e.

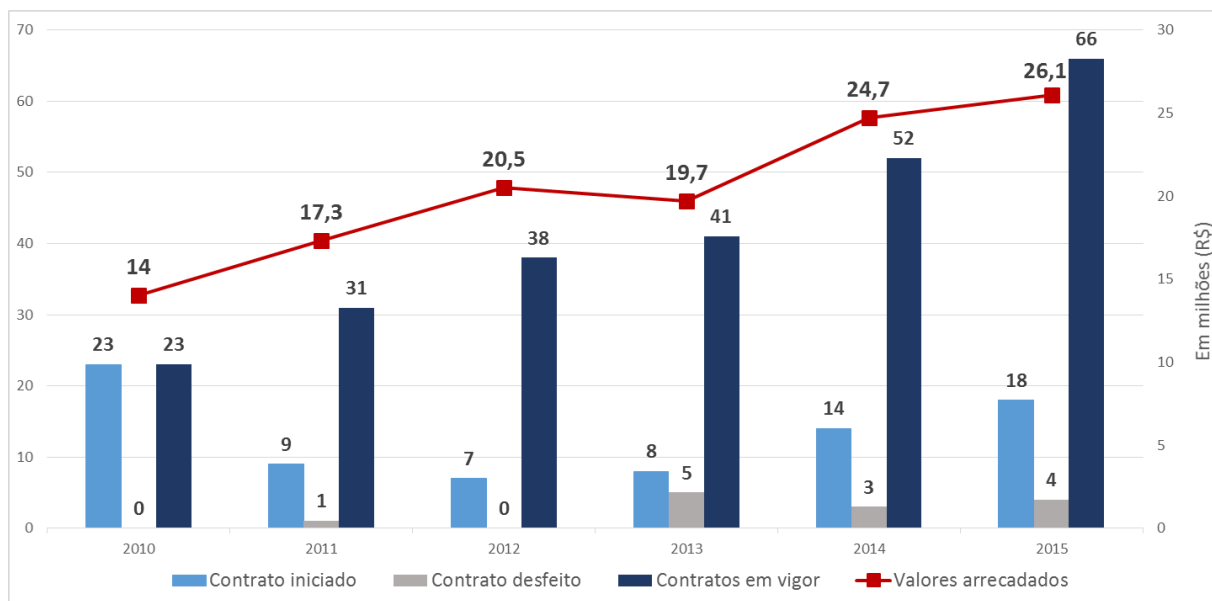
*Os valores foram atualizados para dezembro/2015, por meio da Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d). Utilizou-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pois é considerado o índice oficial de inflação do país (BRASIL, s/d).

Vemos que a Abril/Somos arrecadou quantias significativas no período. Destaca-se que a queda no montante de recursos não significa, necessariamente, uma diminuição da participação da Abril/Somos no programa, pois a quantidade de livros vendidos varia anualmente, em virtude do ciclo trienal de aquisição dos livros didáticos, por etapa de escolaridade (vide *quadro 2 e 3*, p112-113).

A companhia também vinha se inserindo na tendência de oferta de sistemas privados de ensino para as redes pública e privada. Durante o período de 2010 a 2015 a companhia ofertou dez Sistemas: Sistema Anglo de Ensino, Sistema de Ensino pH, Sistema de Ensino Motivo, Sistema Maxi de Ensino, Sistema de Ensino SER, Sistema GEO de Ensino, Sistema ETB de Ensino Técnico, Sistema de Ensino Farias Brito, Ético Sistema de Ensino, Agora Sistema de Ensino (SOMOS EDUCAÇÃO S.A., 2015b).

O *gráfico 17* representa o número de municípios que iniciaram contrato com a Abril/Somos Educação, os contratos desfeitos, o número total de municípios com contratos em vigor, bem como o montante de recursos adquiridos, no período de 2010 a 2015, no estado de São Paulo:

Gráfico 17 – Número de municípios que adotaram Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação* e valor arrecadado (R\$), estado de São Paulo, 2010-2015**



Fonte: Elaboração própria com base em Tribunal de Contas do estado de São Paulo, 2010-2015.

* No estado de São Paulo somente os sistemas SER, Anglo e Maxi foram encontrados.

Os dados foram obtidos no TCE-SP, por meio de consulta do CNPJ do fornecedor, para averiguar os municípios paulistas que adotam ou adotaram Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação. Ressalta-se que cada sistema possui CNPJ específico.

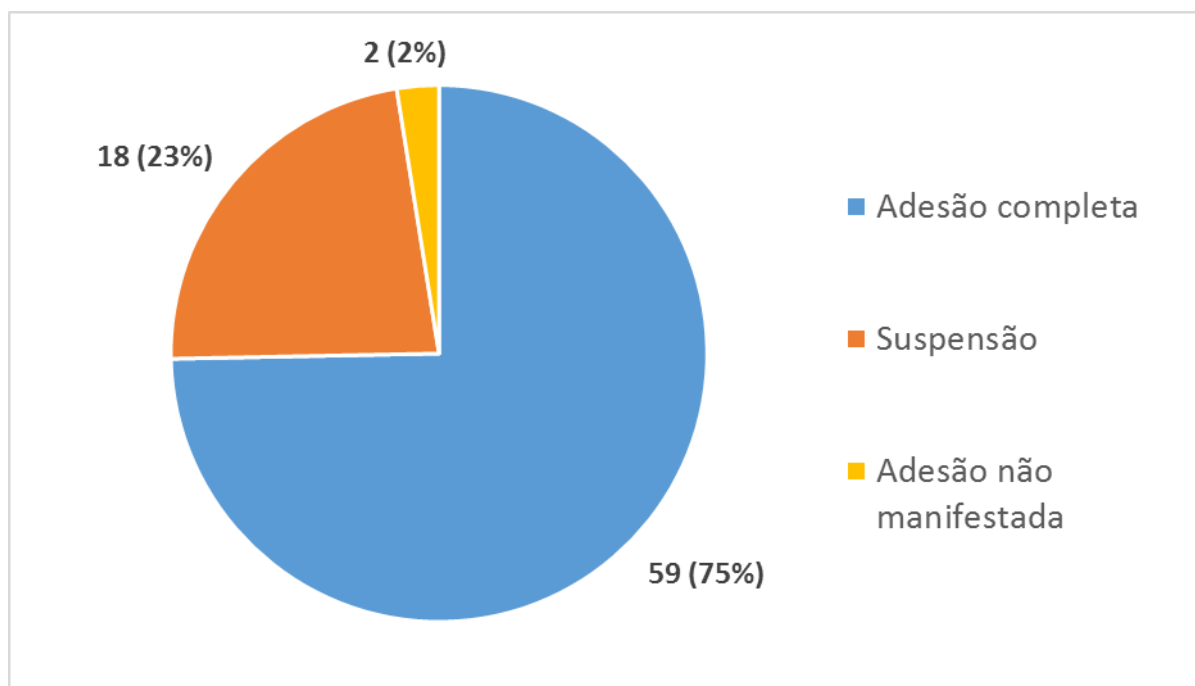
** Os valores foram atualizados para dezembro/2015, por meio da Calculadora do Cidadão, disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, s/d). Utilizou-se o IPCA produzido pelo IBGE, pois é considerado o índice oficial de inflação do país (BRASIL, s/d).

Vemos que há um grande aumento de municípios atendidos bem como no valor arrecadado. O número de contratos desfeitos é relativamente baixo se comparado aos iniciados. O valor arrecadado em 2015 foi quase o dobro daquele em 2010. A atuação da Abril/Somos nesse âmbito se iniciou com a criação do Sistema de Ensino SER, em 2007, mas foi a partir de 2010 e 2011, com a compra dos sistemas Anglo e Maxi, respectivamente, que a atuação se intensificou. Sabemos que a companhia conta ainda com outros sete sistemas de ensino que também são ofertados para a rede pública de ensino. Disso podemos inferir que a atuação da Abril/Somos nessa política, em âmbito nacional, deve ser muito maior.

O gráfico 18 ilustra a adesão ao PNLD dos municípios paulistas que adquiriram Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos, em 2015¹⁴⁰:

¹⁴⁰ Foram considerados todos os municípios que, no período de 2010 a 2015, aderiram aos Sistemas da Abril/Somos, ainda que tenham deixado de aderir.

Gráfico 18 – Municípios paulistas com Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação, que aderiram ao PNLD, por número de municípios e porcentagem, 2015*



Fonte: Elaboração própria com base em FNDE, 2016a.

* Os municípios de Pirangi e Rosana não manifestaram a adesão. E os listados a seguir suspenderam a adesão: Águas de Santa Bárbara, Álvares Florence, Ariranha, Barretos, Boraceia, Capivari, Inúbia Paulista, Itapuí, Orindiúva, Pedranópolis, Pindorama, Piquerobi, Poá, Rafard, Riolândia, Santa Cruz do Rio Pardo, Suzanápolis, Valentim Gentil.

Vemos que a não adesão ao PNLD também aconteceu em municípios que adotaram Sistemas Privados de Ensino da Abril/Somos Educação, evidenciando a preferência por esse tipo de material.

Neste capítulo vimos como é a atuação da companhia nas duas políticas de aquisição de materiais didáticos. Matéria divulgada pelo *Valor Econômico*, em setembro de 2011, comprovava seu grande interesse na educação básica. Manoel Amorim, presidente da Abril/Somos à época, declarou que o grupo não tinha interesse em faculdades e que seu foco era na educação básica, pois acreditava que “uma boa formação é a base para o aluno ingressar em uma universidade ou em um curso profissionalizante” (KOIKE, 2011). No ano seguinte, em entrevista veiculada pela *Revista da Nova Bolsa*, Amorim afirmou: “Temos a missão de ser a maior provedora de conteúdo pedagógico do Brasil, acompanhando a criança durante toda a sua vida escolar, além de sermos, desde 2010, líderes no mercado de livros didáticos” (CARNIER, 2012, p10).

A visão pragmática tecnicista (FREITAS, 1992; SAVIANI, 2008a, b) é notável na utilização desses materiais: padronização do trabalho pedagógico e dos conteúdos a serem

ensinados e secundarização do professor e do aluno. As avaliações externas também induzem a essa visão pragmática. Registre-se que muitas empresas propagandeiam seus Sistemas Privados de Ensino como indutores de uma melhoria nos índices da educação (ADRIÃO, 2009a, 2011, 2012, 2015; GARCIA, 2011).

Com isso, os grupos empresariais como é o caso da Abril/Somos Educação tomam para si o controle da organização do trabalho pedagógico – não sem resistências, evidentemente. Aos alunos é ensinado o “básico” presente nos materiais que preparam para as avaliações. Aos professores cabe, muitas vezes, apenas “seguir a cartilha”.

É importante lembrar ainda, que em 2015, a Abril/Somos comprou a Saraiva, que também atua tanto no PNLD como na oferta de Sistemas Privados de Ensino. Isso demonstra o interesse da companhia em continuar investindo em direção à rede pública de ensino, apropriando-se de fatias importantes do dinheiro público.

Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo compreender a atuação de grupos empresariais na educação básica pública, demonstrando que, no contexto do capitalismo contemporâneo, a financeirização das atividades de grupos como a Abril/Somos Educação potencializa significativamente seus ganhos, aumenta sua influência sobre o setor educacional público e, consequentemente, o controle que exerce sobre as escolas e sobre o ensino.

Vimos que o capitalismo contemporâneo é caracterizado por intenso movimento de concentração e centralização de capital, representado por aquisições e fusões de grandes grupos empresariais e centralidade do *capital fictício*, potencializando os lucros do setor financeiro. Neste contexto, as práticas neoliberais ganharam fôlego e atingiram setores que antes estavam menos subordinados à atuação direta do capital, como é o caso da educação. Grandes grupos privados atuantes nessa área também tiveram uma oligopolização e financeirizaram suas atividades.

As *categorias* privatização, responsabilização e meritocracia nos ajudaram a entender as medidas que viabilizaram a atuação do capital na educação pública, demonstrando que este setor é visto não apenas como uma área de expansão de negócios, mas também como um espaço de disputa pelo controle ideológico da formação da população. Não à toa, grupos empresariais ampliaram significativamente sua presença no setor público, por meio de contratos com governos e venda de todo o tipo de material que pode interferir no trabalho pedagógico: assessoria, modelos de gestão, ferramentas tecnológicas, formação continuada, sistemas privados de ensino, materiais didáticos etc; e também se inseriram na política para disputar diretamente a agenda educacional.

Assistimos a um movimento global de privatização da educação, demonstrado e discutido por literatura nacional e internacional e aqui apresentado, que é intensificado pelas proposições advindas de organismos internacionais para a educação, com destaque para o Banco Mundial, e pelos acordos internacionais de comércio como o GATS e o TISA.

No Brasil, temos a especificidade de nossa formação histórica de capitalismo dependente, resultando em formações sociais que limitam as conquistas sociais historicamente possíveis. O Estado brasileiro desempenhou – e continua a desempenhar – papel fundamental para atender aos interesses da burguesia nacional e internacional. Na década de 1990, as reformas implementadas contribuíram para o desmonte dos serviços sociais e das recentes conquistas advindas da aprovação da Constituição Federal em 1988. Tal desmonte contou com amplo apoio da mídia para difusão e legitimação dos ideais neoliberais.

Se, por um lado, os governos brasileiros recusaram a categorização da educação como um serviço a ser comercializado nos acordos internacionais, por outro lado, nada ou pouco fez para frear a intensa expansão do setor privado mercantil. A ausência de regulação e planejamento, no que se refere à entrada de capital estrangeiro em grupos educacionais nacionais, foi suficiente para que esses investimentos entrassem em território brasileiro.

Trabalhos desenvolvidos por Silva Junior e Sguissardi (2005), Sguissardi (2008, 2015), Oliveira (2009), Chaves (2010) mostraram a tendência, no Brasil, de intensificação do processo de concentração e centralização dos grandes grupos empresariais e sua relação com o mercado financeiro no ensino superior privado. Ainda que esse movimento seja mais recorrente nesse nível de ensino, vimos que ele está cada vez mais presente na educação de forma geral; estudos desenvolvidos no âmbito do Greppe já acompanhavam essa tendência no estado de São Paulo (ADRIÃO, 2009, 2011, 2012, 2015), com destaque para a atuação dos grandes grupos empresariais nas políticas referentes à aquisição de livros didáticos e de Sistemas Privados de Ensino.

Tais grupos, como é o caso da Abril/Somos, atuam como empresas capitalistas, com a especificidade de que as mercadorias e serviços por elas produzidas e negociadas se relacionam com a educação. Ou seja, atividades como o ensino podem ter fins outros que não se reduzem apenas à lógica da mercadoria, porém, subordinados ao modo de operação de empresas como a Abril/Somos, cujo interesse primeiro é o lucro, e cujas estratégias de atuação estão sempre voltadas para a valorização de seu capital – o que inclui a atuação no sistema financeiro – tornam-se atividades meio para a acumulação de capital, não havendo qualquer distinção em relação a outros tipos de mercadorias e serviços.

A volatilidade do setor financeiro pode ser notada nas rápidas mudanças na composição acionária da Abril/Somos Educação. Como visto, em um período de quase cinco anos a companhia teve ao menos seis grandes diferentes investidores institucionais, sem contar as pessoas físicas. Também nesse período ocorreu a mudança em seu controle passando da família Civita para uma gestora de fundos de investimentos, a Tarpon.

Os dois controladores da Abril/Somos Educação, no período de 2010 a 2015, – Grupo Abril e Tarpon – possuíam objetivo comum: garantir a lucratividade para seus acionistas. O primeiro afirmara que “A Abril está empenhada em remunerar seus acionistas com um justo retorno sobre os investimentos, na forma de dividendos e aumento do patrimônio líquido. (ABRIL S.A., 2015i, grifo nosso). A Tarpon, dissera que a “Para se fazer um investimento [...] olha-se tudo: gerar valor na ponta, o lucro que isso pode gerar, etc.” (JOVENS..., 2015, grifo nosso).

A potencialidade da Abril/Somos Educação no mercado financeiro foi demonstrada pelos valores envolvidos nas negociações. Destacamos a oferta pública inicial (IPO) realizada em julho de 2011 (R\$ 371 milhões), nova IPO e oferta pública secundária em 2013 (R\$ 600 milhões) e a alienação das ações da Família Civita em benefício da Tarpon em 2015 (R\$1 bilhão). Vale ressaltar que três membros da família, ainda antes da citada venda, estiveram na lista dos 150 bilionários brasileiros realizada pela revista Forbes Brasil, com aproximadamente R\$2,5 bilhões cada um (ERTEL, 2014).

A expansão da companhia é representada pela compra de mais de 25 empresas em menos de cinco anos, evidenciando a presença dos movimentos de concentração / centralização do capital neste setor. Esse crescimento foi possibilitado pela sua abertura de capital e os ganhos proporcionados pelo mercado financeiro. Manuel Amorim, CEO da Abril/Somos em 2012, sempre afirmou que o intuito da companhia ao entrar no sistema financeiro era a expansão por meio de aquisições.

O potencial de ação nesse mercado é ainda maior com a assunção da Tarpon, cuja especialidade é a gestão de recursos próprios e de terceiros em fundos, carteiras e outros veículos de investimento. Em 2015, pela primeira vez, o endividamento líquido da companhia foi superior ao patrimônio líquido, R\$ 1.784 e R\$ 934 milhões, respectivamente. As aquisições realizadas nos últimos anos foram a justificativa para essa variação. À primeira vista poderíamos fazer uma análise negativa, em termos de mercado, mas essa estrutura do capital possibilitou maior alavancagem para a companhia e, conseqüentemente, um bom desempenho operacional, representado por uma receita líquida de R\$ 1.290 milhões e um Ebtida de R\$ 351 milhões, ainda que tenha ocorrido um prejuízo líquido de R\$ 607 milhões. A experiência de gestão da Tarpon nesse tipo de negócio pode ter sido decisiva para que a Abril/Somos continuasse com um desempenho operacional positivo.

Como vimos no *Capítulo 1*, Paulani (2008) defende que o Brasil vem se tornando uma “plataforma de valorização financeira internacional”. Berringer (2014) destacou a importância do Investimento Externo Direto como via de exportação de capitais e de domínio econômico dos países imperialistas. Não sem razão, o Brasil se tornou o quarto maior destino de investimentos no mundo, segundo relatório da Organização das Nações Unidas de 2012 (LEHER, 2013).

O caso da Abril/Somos Educação demonstra que a educação também tem se tornado um campo de valorização financeira no Brasil e no mundo. Devemos lembrar que a maior parte do capital gerido pela Tarpon vem do exterior – 88% em março de 2015. Como o governo brasileiro não impõe barreiras à entrada de capital estrangeiro na educação, podemos inferir que

a maior parte do investimento atual na Abril/Somos Educação vem de fora. Klees (2008) já alertava que, de todos os tipos de privatização existentes, o envolvimento de capital estrangeiro é o mais emblemático, em virtude da baixa capacidade de regulação. Não estamos falando de quaisquer ativos econômicos, mas sim da formação de milhares de jovens e crianças que estão sujeitas a essa volatilidade.

A financeirização das atividades da Abril/Somos Educação, portanto, amplia significativamente o montante de capitais que tem disponível para ser adiantado às suas atividades no mercado educacional. Com isso, potencializa as possibilidades de lucro, ao passo que também garante ganhos para os investidores (donos do capital-dinheiro), que entrarão na divisão da mais-valia produzida pelo complexo de atividades da empresa.

O resultado disso ilustra uma dupla sobreposição do interesse privado sobre a educação, pois, além da Abril/Somos ter nas suas atividades educacionais um meio para a obtenção de lucros, também os investidores do setor financeiro – inclusive estrangeiros – o terão.

Ademais, é importante ressaltar que, a maior parte da receita da Abril/Somos advém das editoras e dos sistemas privados de ensino, ambos com atuação significativa nas redes públicas de ensino, conforme apontado no *Capítulo 5*. Disso é possível inferir que a companhia, em grande medida, depende dos recursos públicos advindos de tributos pagos pela população.

Sob gestão da Tarpon, a Abril/Somos tem estudado o desinvestimento em “negócios” considerados “sem sinergia” para focar em investimentos mais rentáveis. Um desses investimentos foi a compra de toda a parte educacional do Grupo Saraiva; com isso, a Abril/Somos poderá aumentar consideravelmente sua atuação em ambas as políticas aqui analisadas: o Programa Nacional do Livro Didático e na oferta de Sistemas Privados de ensino.

As fronteiras entre o público e o privado, neste contexto, tornam-se cada vez mais imperceptíveis. O financiamento das políticas de provimento de materiais didáticos propicia ao capital privado apropriar-se de parcelas do fundo público que são estratégicas na garantia de sua rentabilidade, o que torna mais complexo o processo de privatização. A rigor, poder-se-ia afirmar que o Estado financia direta e indiretamente o lucro capitalista.

Sobre a atuação de grupos empresariais na esfera pública, afirmam Adrião et al (2016, p.128):

Esperava-se que a crescente participação do Estado na oferta de educação obrigatória e não obrigatória, ocorrida nas últimas décadas, viesse a reduzir o espaço do mercado na educação. No entanto, [...] grupos empresariais e conglomerados econômicos têm buscado outras formas de lucrar com a educação que não exclusivamente com a oferta direta do ensino (matrículas em escolas privadas), colocando em risco os paradigmas de direitos humanos

educacionais, que são substituídos pela lógica de mercado baseada no custo × benefício e na visão dos estudantes como mercadorias – *commodities*. Essa perspectiva, que associa diretamente as debilidades do sistema público educacional brasileiro às oportunidades de negócio, é explicitamente expressa por alguns dos grupos empresariais.

As consequências desse processo, entretanto, não cessam na questão econômica. No caso da venda de livros didáticos e de Sistemas Privados de Ensino, a padronização dos conteúdos exerce papel fundamental, já que isso permite redução de custos e universalização da mercadoria (FREITAS, 1992; SAVIANI, 2008a). Para os processos de formação escolar, porém, as consequências podem ser drásticas. Uma delas é a influência dessas empresas no conhecimento que chega às escolas, já que, como alertara Apple (1989), o currículo não é neutro, mas determinado por alguém ou um grupo que possui uma visão específica sobre o que seria o saber legítimo, e tal determinação se produz num contexto de conflitos e tensões. São razões suficientes para explicar porque organismos internacionais como o Banco Mundial defendem o uso do livro didático (THE WORLD BANK, 2003).

Em obra posterior, Apple (1995, p.81) afirmou que “são os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo”. Nessa direção, Cunha (2011, p.596) afirma que “é comum dizer-se que o currículo do ensino [...] é determinado pelo livro didático, não o contrário”.

Analisando as consequências de práticas curriculares que tendem a padronizar o ensino e, conseqüentemente, o trabalho pedagógico, Hypolito (1991) parecia antecipar a tendência que se tornaria mais clara nos anos 1990 e 2000, com a adoção de sistemas privados de ensino:

[...] um “pacote” pedagógico é um fator fundamental na desqualificação do trabalho, no domínio do controle sobre o trabalho e na expropriação do saber do educador. [...] Muitos professores, incentivados pelo sistema, seguem linearmente os livros didáticos. Essa é uma das formas do capital exercer o domínio sobre o conteúdo e a forma da educação. (HYPOLITO, 1991, p.17).

Essa tendência é hoje confirmada pelo mesmo autor, quando afirma que se requisita um professor que colabore “para a efetiva realização dos padrões estandarizados de um currículo necessário para a reestruturação econômica do capitalismo no contexto de globalização” (HYPOLITO, 2010, p.1346).

Adrião et al (2009, p.811) destacam que a padronização de conteúdos e currículos se transforma no próprio parâmetro de qualidade. Essa situação desconsidera as especificidades

existentes em cada unidade de ensino e inibe a autonomia dos profissionais que lá se encontram, contrariando inclusive a Lei de Diretrizes e Bases, que prevê em seu artigo 3º, inciso II a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”; e no inciso III, o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” (BRASIL, 1996).

Uma vez mais os empresários defendem o “direito de aprender o básico”, isto é, os conteúdos presentes nas avaliações externas, com destaque para leitura e matemática (FREITAS, 2014b). Assim, perpetuamos a sonegação do acesso ao conhecimento às camadas populares e sua formação integral (SAVIANI, 2008a, b).

O neotecnismo, que retoma os princípios da racionalidade, da eficiência e da produtividade, e utiliza-se da responsabilização, da meritocracia e da privatização (FREITAS, 1992) está presente nas propostas educacionais apresentadas pela Abril/Somos Educação. Mais do que o controle do currículo, a busca é pelo domínio de toda a organização do trabalho pedagógico realizado nas escolas:

A organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola ficou cada vez mais padronizada, esvaziando a ação dos profissionais da educação sobre as categorias do processo pedagógico, de forma a cercear um possível avanço progressista no interior da escola e atrelar esta instituição às necessidades da reestruturação produtiva e do crescimento empresarial (FREITAS, 2014b, p.1092).

Em síntese, as consequências para a educação são graves pois, além das questões mercantis, envolvem: estreitamento curricular, padronização de conteúdos e práticas, competição entre profissionais e escolas, expropriação da autonomia docente, etc. (ADRIÃO, 2009, 2011, 2012, 2015; GARCIA, 2011; FREITAS, 2012, 2014a,b).

Sabendo que, nas sociedades capitalistas, é o Estado, enquanto espaço de contradições e disputas, que consegue garantir minimamente os direitos sociais, prossegue sendo necessário ter como horizonte o direito de todos à educação como um dever que não pode ser delegado à iniciativa privada. A luta pela universalização da escola pública estatal, gratuita, laica, em todos os níveis, é extremamente necessária para garantir esses direitos mínimos.

Referências

- ABRIL Educação adquire 51% do Red Balloon por quase R\$30 mi. *Exame*, Negócios, Rio de Janeiro, 20 jul. 2012a. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-adquire-51-do-red-balloon-por-quase-r-30-mi>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL Educação adquire controle acionário da paranaense AlfaCon. *Valor Econômico*, 25 out. 2012b. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2880738/abril-educacao-adquire-controle-acionario-da-paranaense-alfacon>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL Educação adquire Curso pH e Colégio pH, do Rio. *GI*, Educação, São Paulo, 16 abr. 2011a. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/04/abril-educacao-adquire-curso-ph-e-colegio-ph-do-rio.html>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL Educação aprova ingresso no Novo Mercado. *ISTOÉ Dinheiro*, 08 set. 2014a. Disponível em: <<http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20140908/abril-educacao-aprova-ingresso-novo-mercado/187988.shtml>>. Acesso em: 17 dez. 2014.
- ABRIL Educação compra grupo de educação infantil por R\$103 milhões. *Veja.com*, Economia, 05 set. 2013a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/abril-educacao-compra-grupo-de-educacao-infantil-por-r-103-milhoes/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL Educação compra parte do LiveMocha. *INFO Online*, Mercado, São Paulo, 05 set. 2011b. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/noticias/mercado/abril-educacao-compra-parte-do-livemocha-05092011-10.shl>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL Educação fará novas ofertas de ações no valor de R\$600 milhões. *Folha Online*, Mercado, 12 mar. 2013b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1244936-abril-educacao-fara-novas-ofertas-de-acoes-no-valor-de-r-600-milhoes.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL Educacao SA changes name to SOMOS Educacao SA. *Reuters*, Jul. 24, 2015. Available in: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3250955>>. Access: 26 jan. 2016.
- ABRIL Educação se desfaz de fatia na Escola Satélite. *Exame.com*, Negócios, 05 maio 2014b. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-se-desfaz-de-fatia-na-escola-satelite-por-r-5-1-mi>>. Acesso em: 30 mar. 2015.
- ABRIL EDUCAÇÃO S.A. *A Abril Educação*. 2014a. Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/a_abril_educacao.html>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- _____. *Abril Educação*. 2014b. Disponível em: <<http://www.abrileducacao.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2014.
- _____. *Assessoria pedagógica*. [2015?]a. Disponível em: <<http://www.grupoetb.com.br/Paginas/Curso%20Tecnicos/Assessoria%20pedag%C3%B3gica.aspx>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. *Colégios e cursos*. 2014c. Disponível em:
<http://www.abrileducacao.com.br/escolas_cursos.html>. Acesso em: 11 fev. 2015.

_____. *Composição acionária*. São Paulo, 04 dez. 2014d. Disponível em:
<<http://ri.abrileducacao.com.br/pt-br/governanca/Paginas/composicao-acionaria.aspx>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. *Conheça nossos cursos*. [2015?]b. Disponível em:
<http://www.grupoetb.com.br/Paginas/Curso%20Tecnicos/Conheca_nossos_cursos.asp>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. *Conheça o sistema de ensino técnico*. [2015?]c. Disponível em:
<http://www.grupoetb.com.br/Paginas/Sobre%20o%20ETB/Conheca_o_sistema_de_ensino_tecnico.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. *Contato – perguntas frequentes*. 2011a. Disponível em:
<<http://www.atica.com.br/SitePages/Contato/Perguntas-frequentes.aspx?Exec=1>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. *Cursos*. [2015?]d. Disponível em: <eivoce.com.br/cursos>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. *Cursos de formação profissional*. [2015?]e. Disponível em:
<http://www.grupoetb.com.br/Paginas/Cursos_de_formacao_profissional.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. *Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2011 e Relatório dos Auditores Independentes*. 20 mar. 2012a. Disponível em: <<http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/InformacoesFinanceiras/Documents/Demonstra%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202011.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2016

_____. *Editoras*. 2014e. Disponível em: <<http://www.abrileducacao.com.br/editoras.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

_____. *Empresas do grupo*. 2014f. Disponível em:
<http://www.abrileducacao.com.br/empresas_do_grupo.html>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. *Encontro com analistas e investidores – Apimec*. 4 dez. 2012b. Disponível em:
<http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/Apresentacoes/Documents/APIMEC_Dez12_FINAL_FINAL_webcast.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. *Estatuto Social Consolidado da Companhia*. São Paulo, [s/d]b. Disponível em:
<<http://ri.abrileducacao.com.br/pt-br/governanca/Documents/Estatuto%20Social%200909.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. *Formação de educadores*. 2011b. Disponível em:
<[http://www.atica.com.br/SitePages/PortalEducadorDoSeculoXXII.aspx?Exec=1&Catalogo=Forma\\$231\\$227\\$0\\$32\\$de\\$32\\$Educadores](http://www.atica.com.br/SitePages/PortalEducadorDoSeculoXXII.aspx?Exec=1&Catalogo=Forma$231$227$0$32de32$Educadores)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e Relatório dos Auditores Independentes*. 11 mar. 2013a. Disponível em: <http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/InformacoesFinanceiras/Documents/Abril%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20TRI12%20Reapresentado%20Abril-13%20V3_16042013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2014 e Relatório dos Auditores Independentes*. São Paulo, 23 mar. 2015. Disponível em: <<http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/InformacoesFinanceiras/Documents/DFs%20TRI14%20-%20Final.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. *Formulário de Referência – 2013*. 2013b. Disponível em: <<http://ri.somoseducacao.com.br/english/FinancialInfo/Documents/FR%20Abril%20-%20Vers%C3%A3o%208.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

_____. *Guias de atividades do ensino fundamental*. [2015?]f. Disponível em: <<http://www.olideremmim.com.br/material>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *Histórico da Abril Educação*. São Paulo, [s/d]c. Disponível em: <<http://www.abrileducacao.com.br/historico.html>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. *Histórico do Grupo Abril*. 2014g. Disponível em: <<http://www.abrileducacao.com.br/historico.html>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. *Histórico e Perfil*. 2014h. Disponível em: <<http://ri.abrileducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/historico.aspx>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. *Idiomas*. 2014i. Disponível em: <<http://www.abrileducacao.com.br/idiomas.html>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

_____. *Material complementar*. [2015?]g. Disponível em: <<http://www.olideremmim.com.br/material-habitos>>. Acesso em: 18 fev. 2015c.

_____. *Mercado de Atuação*. 2014j. Disponível em: <ri.abrileducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/mercado.aspx>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. *O que é O líder em mim?* [2015?]h Disponível em: <<http://www.olideremmim.com.br/oquee>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *O que o programa tem de diferente?* [2015?]i Disponível em: <<http://www.olideremmim.com.br/oque-diferente>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *pH sistema de Ensino*. 2014k. Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/descricao_ph_sis.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. *Quem somos*. [2015?]j. Disponível em: <eivoce.com.br/quem-somos>. Acesso em: 23 fev. 2015.

ABRIL EDUCAÇÃO S.A. *Reunião APIMEC*. 15 dez. 2011c. Disponível em: <[http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/Apresentacoes/Documents/Reuni%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20APIMEC-SP%20\(Dez.11\).pdf](http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/Apresentacoes/Documents/Reuni%C3%A3o%20P%C3%BAblica%20APIMEC-SP%20(Dez.11).pdf)>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. *Sistema Anglo de Ensino*. 2014l. Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/descricao_anglo.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. *Sistema de Ensino SER*. 2014m. Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/descricao_ser.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. *Sistema Maxi de Ensino*. 2014n. Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/descricao_maxi.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. *Sistemas de Ensino*. 2014o. Disponível em: <www.abrileducacao.com.br/sistemas.html>. Acesso em: 11 fev. 2015.

_____. *Sobre nós*. [2015?]k. Disponível em: <<http://www.olideremmim.com.br/sobre>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *Sobre o Canal Educar*. 2014p. Disponível em: <<http://www.canaleducar.net.br/canaleducar/default.aspx?mn=2&c=2&s=0>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

_____. *Soluções educacionais*. 2014q. Disponível em: <http://www.abrileducacao.com.br/solucoes_educacionais.html>. Acesso em: 11 fev. 2015.

ABRIL S.A. *A iniciativa – Educar para Crescer*. [2015?]a Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/institucional/iniciativa.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. *Abril Gráfica*. 2015a. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/Gráfica>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Abril Mídia*. 2015b. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia>>. Acesso em 02 fev. 2015.

_____. *Abril Mídia: Caras*. 2016. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/marcas-e-empresas/Caras>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. *Código de Conduta do Grupo Abril*. 2013. Disponível em: <http://grupoabril1.abrilm.com.br/Vers%C3%A3o_C%C3%B3digo_de_%20Conduta_%20Intranet_12_%202013.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2014a

_____. *Conheça a Abril Educação*. 2015c. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/Educação>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *DGB*. 2015d. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/Distribuição>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

ABRIL S.A. *Editora Abril* – Unidade Arquitetura e Design. 2015e. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/marcas-e-empresas/Unidade%20Arquitetura%20e%20Design>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Editora Abril* – Unidade Homem & Lifestyle. 2015f. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/marcas-e-empresas/Unidade%20Homem%20Lifestyle>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Editora Abril* – Unidade Mulher e Celebridades. 2015g. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/marcas-e-empresas/Unidade%20Mulher%20e%20Celebridades>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Editora Abril* – Unidade Notícias e Negócios. 2015h. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/o-que-fazemos/M%C3%ADdia/marcas-e-empresas/Unidade%20Not%C3%ADcias%20e%20Neg%C3%B3cios>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Missão e valores*. 2015i. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/missao-e-valores>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Movimento* – o que é o Educar para Crescer. 05 jun. 2014a. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/iniciativa/educar-para-crescer-785161.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. *Pesquisa Nacional de Educação 2008* – Educar para Crescer/Ibope. 2008. Disponível em: <<http://educarparacrescer.abril.com.br/institucional/pesquisanacional.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. *Quem somos*. 2014b. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. *Quem somos* – a empresa. 2014c. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/empresa>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. *Quem somos* – governança corporativa. 2015j. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/governanca-corporativa>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Quem somos* – história. 2014d. Disponível em: <<http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos/historia>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

AÇÕES de Kroton e Anhanguera disparam na bolsa após acordo de fusão. *UOL*, São Paulo, 22 abr. 2013. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/cotacoes/noticias/redacao/2013/04/22/acoes-de-kroton-e-anhanguera-disparam-na-bolsa-apos-acordo-de-fusao.htm?tipo=2>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

ADRIÃO, T. *Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado*. São Paulo: Xamã, 2006, 192p.

ADRIÃO, T. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 28, n. especial, p.263-282, 2014.

_____. (Coord.). *Estratégias municipais para a oferta da educação básica: uma análise das parcerias público-privado no estado de São Paulo*. 2009a. 366p. Relatório de Pesquisa – Instituto de Biociências da Unesp, Rio Claro.

_____. Indicações e reflexões sobre as relações entre esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil. *Políticas educativas*, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.48-64, 2009b.

_____. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.29, n.102, p.79-98, jan./abr.2008.

_____. (Coord.). *Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local*. 2011. 109p. Relatório de Pesquisa – Unicamp, Campinas.

_____. (Coord.). *Sistemas apostilados de ensino e municípios paulistas: o avanço do setor privado sobre a política educacional local*. Fase 2. 2012. 86p. Relatório de Pesquisa – Unicamp, Campinas.

_____. (Coord.). *Sistemas de ensino privados na educação pública brasileira: consequências da mercantilização para o direito à educação*. 2015. 114p. Relatório de Pesquisa – Ação Educativa, Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional.

_____.; BEZERRA, E. P. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. *Currículo sem fronteiras*, v.13, n.2. p.256-268, maio/ago/2013.

_____.; DRAGONE, A. O Fundef e a educação básica em São Paulo: análise de quatro municípios. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 12, n.22, p. 43-48, 2004.

_____. et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? *Educ. Soc.*, Campinas, v.33, n.119, p.533-549, abr./jun.2012.

_____. et al. Grupos empresariais na educação básica pública brasileira: limites à efetivação do direito à educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 37, nº. 134, p.113-131, jan.-mar., 2016.

_____.; GARCIA, T. O Programa Dinheiro Direto na Escola: estudos de dois casos paulistas. *Série-Estudos* (UCDB), Campo Grande, v. 20, p. 218-226, 2005.

_____. Sistema Apostilado de Ensino. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. C.; VIEIRA, L. F. (Org.). *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte, UFMG, 2010. CD ROM.

_____. ; DRAGONE, A. Ensino Médio noturno: indicações de qualidade. *Educação e Realidade*, v. 33, p. 253-269, 2008.

ADRIÃO, T.; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. *Retratos da Escola*, Brasília, v.3, n.4, p. 107-116, jan./jun. 2009.

ALMIRON, N.; SEGOVIA, A. I. Financialization, Economic Crisis, and Corporate Strategies in Top Media Companies: The Case of Grupo Prisa. *International Journal of Communication*, n. 6, p. 2894–2917, 2012.

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28 n.1, p.77-89, jan./jun.2002.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n.129, p.637-651, set./dez. 2006

ANTUNES, R. *A desertificação neoliberal no Brasil*: Collor, FHC e Lula. 2ª ed. Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. Introdução: a substância da crise. In: MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011, p.9-16.

APPLE, M. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARELARO, L. R. A municipalização do ensino no estado de São Paulo: antecedentes históricos e tendências. In: OLIVEIRA, C. et al. *Municipalização do ensino no Brasil*: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 61-90.

BALL, S.; YODELL, D. Hidden privatization in public education. *Education International*: 5th World Congress, July 2007.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Calculadora do cidadão*. [s/d]. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>>. Acesso em: 23 maio 2016.

BARBOSA, D. Fundo Soberano de Cingapura compra 18,5% da Abril Educação. *Exame*, São Paulo, 15 ago. 2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/fundo-soberano-de-cingapura-compra-18-5-da-abril-educacao>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

BARRETO, E. Descentralizar e redistribuir nos sistemas de ensino. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.95, p.73-78, nov.1995.

BAYO, C. H. 50 países costuram tratado ainda mais antidemocrático e neoliberal que o TTIP. *Carta Maior*, Economia, 05 jun. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Economia/50-paises-costuram-tratado-ainda-mais-antidemocratico-e-neoliberal-que-o-TTIP/7/33667>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BAZOLLI, A. 25 mil alunos brasileiros poderão tirar dúvidas escolares pelo celular. *Blog Televendas e Cobrança*, 17 mar. 2015. Disponível em:

<<http://www.televendasecobranca.com.br/atendimento-online/25-mil-alunos-brasileiros-poderao-tirar-duvidas-escolares-pelo-celular-44494/>>. Acesso em: 25 jul. 2016

BELFIELD, C.; LEVIN, H. *Education privatization: causes, consequences and planning implications*. Paris: Unesco, 2002.

BERRINGER, T. *Bloco no Poder e política externa nos governos FHC e Lula*. 2014. 241p. Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

BIRD/BANCO MUNDIAL. *Aprendizagem para todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento (Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial/Resumo Executivo)*. Washington: 2011.

BLOOMBERG. *Quote: Somos Educacao SA (SEDU3:BZ)*. [s/d]a. Available in: <<http://www.bloomberg.com/quote/SEDU3:BZ>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. *Quote: Tarpon Investimentos SA (TRPN3:BZ)*. [s/d]b. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/quote/TRPN3:BZ>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BM&FBOVESPA. *Cotações históricas*. 2011-2015. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/servicos/market-data/historico/mercado-a-vista/cotacoes-historicas/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. *Curso Básico – Mercado de Ações*. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/curso-basico/fra_cur_acoes.htm>. Acesso em 17 dez. 2014a.

_____. *Novo Mercado*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/novo-mercado.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em 17 dez. 2014b.

_____. *O que são segmentos de listagem*. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/o-que-sao-segmentos-de-listagem.aspx?Idioma=pt-br>>. Acesso em 17 dez. 2014c.

BRASIL. Decreto n. 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de agosto de 1985.

_____. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 ju. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 dez. 1996.

_____. *Projeto de lei n.7420*, de 06 de agosto de 2006. Dispõe sobre a qualidade da educação básica e a responsabilidade dos gestores públicos na sua promoção. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

temporarias/especiais/55a-legislatura/pl-7420-06-lei-de-responsabilidade-educacional>. Acesso em: 05 nov. 2016.

BRASIL. MARE. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, 1995.

_____. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Diário Oficial da União*, Brasília, 17 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Portal brasileiro de dados abertos – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA*. [s/d]. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo-ipca>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, L. C. B.; SPINK, P. (Org.) *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21-38.

BRITO, G.; CORRAR, L.; BATISTELLA, F. Fatores determinantes da estrutura de capital das maiores empresas que atuam no Brasil. *Revista Contabilidade & Finanças*, São Paulo, v.18, n.43, jan./abr.2007, p.9-19.

BRITTO, T. F. O livro didático, o mercado editorial e os Sistemas de Ensino Apostilados. *Textos para discussão – Centro de Estudos da Consultoria do Senado*, Brasília, n. 92, jun. 2011. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-92-o-livro-didatico-o-mercado-editorial-e-os-sistemas-de-ensino-apostilados/view>>. Acesso em: 10 maio 2014.

BRUNO, L. Somos Educação vende escolas de idioma Wise Up e You Move por R\$398 milhões. *Reuters*, São Paulo, 15 dez. 2015. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN0TY2WM20151215>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CABRAL, E. D. T. Estratégias de internacionalização da mídia brasileira. Rio de Janeiro, *Logos: globalização e comunicação internacional*. Ano 15, n.28, 1º sem. 2008, p.73-83. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/05_euladantas.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

_____. Internacionalização da mídia brasileira: análise do Grupo Abril. São Paulo, *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, año 3, n. 5, p.142-152 jul./dic.2006. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/associa/alaic/revista/r5/cientifica_04.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2015.

CADE aprova compra da Wise Up pela Abril Educação. *Folha Online*, Mercado, São Paulo, 21 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1250364-cade-aprova-compra-da-wise-up-pela-abril-educacao.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. *Câmara Brasileira do Livro: Relatório Anual 2013*. São Paulo, março 2014. Disponível em: <<http://www.cbl.org.br/upload/relatorio2014.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____.; SINDICATO NACIONAL DE EDITORES DE LIVROS; FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro: ano base 2014*. 2015. Disponível em: <http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/pesquisa_fipe_2015_ano_base_2014.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro: ano base 2015*. 2016. Disponível em: <http://www.snel.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Apresentacao-pesquisa-2015-Imprensa_OK.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro: base 2011*. 2012. Disponível em: <www.abdl.com.br/UserFiles/fipe2011.pptx>. Acesso em: 02 ago. 2016.

_____. *Produção e vendas do setor editorial brasileiro: base 2013*. 2014. Disponível em: <http://www.snel.org.br/wp-content/themes/snel/docs/Apresentacao_pesquisa_FIPE_imprensa_2013.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *PL 7420/2006*. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=332457>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

CAMPOS, F.; SABADINI, M. Hilferding e o nexos imperialista entre capital financeiro e exportação de capital. *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, Campinas, n. 243, ago. 2014, p.1-27

CANZIAN, F. 70% dos municípios dependem em mais de 80% de verbas externas. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 ago. 2016. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/remf/ranking-de-eficiencia-dos-municipios-folha/70-dos-municipios-dependem-em-mais-de-80-de-verbas-externas.shtml>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista Soc. Bras. Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, junho 2009.

CARNIER, T. Estar em bolsa ajuda a reforçar o otimismo. *Revista da Nova Bolsa*, São Paulo, n.13, p.6-11, 2012. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Revista/Edicoes/revista-nova-bolsa-13.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2014.

CASSIANO, C. F. *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. 2007. 234p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

_____. *O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHAMEH, S. Otimização da estrutura de capital das empresas. *Revista RI*, jun./jul. 2011, p.29-32.

CHAVES, V. L. J. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010.

CHESNAIS, F. (Org.). A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. Capitalismo de fim de século. In: COGGIOLA, O. (Org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

CIEGLINSKI, A. Regras para escolas receberem livros didáticos mudam a partir do próximo ano. *Agência Brasil*, Brasília, 11 dez. 2009. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-12-12/regras-para-escolas-receberem-livros-didaticos-mudam-partir-do-proximo-ano>>. Acesso em: 24 jun. 2012

COLUMBIA BUSINESS SCHOOL. *19th Annual Columbia Business School Private Equity & Venture Capital Conference*. 2013. Disponível em: <<http://www8.gsb.columbia.edu/cbspevcconference/2013/emergingmarkets.html#top>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Entendendo o mercado de valores mobiliários* [s/d]a. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/primeiros_passos/Entendendo_mercado_valores.html>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Instrução CVM n, 527, de 04 de outubro de 2012. Dispõe sobre a divulgação voluntária de informações de natureza não contábil denominadas LAJIDA e LAJIR. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/inst/anexos/500/inst527.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. *Sobre o CVM* [s/d]b. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/menu/aceso_informacao/institucional/sobre/cvm.html>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. *Regulamento, prospecto e lâmina de informações essenciais*. [s/d]c. Disponível em: <http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/fundos_investimentos/regulamento.html>. Acesso em: 28 jul. 2016.

COMISSÃO pode votar projeto que cria a Lei de Responsabilidade Educacional. 04 nov. 2016. *Agência Câmara Notícias*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/518861-COMISSAO-PODE-VOTAR-PROJETO-QUE-CRIA-A-LEI-DE-RESPONSABILIDADE-EDUCACIONAL.html>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

CONCEITO de Faturamento: entender para não errar na empresa. *Portal Educação*, 27 maio 2013. Disponível em:

<<http://www.portaleducacao.com.br/administracao/artigos/47791/conceito-de-faturamento-entender-para-nao-errar-na-empresa#ixzz4GMqXCgBz>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

CONFEEF. *Nossa Missão*. [s/d]a. Disponível em:

<<http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=45>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. *Regulamentação da Educação Física no Brasil*. [s/d]b. Disponível em:

<<http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=16>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA. *O Cade*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/institucional>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

CONSTELLATION. *Sobre a empresa*. 2014. Disponível em:

<<http://www.const.com.br/index2.php>>. Acesso em 17 dez. 2014

CONVIVA EDUCAÇÃO. *O que é*. 2014. Disponível em:

<<http://convivaeducacao.org.br/oque>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

CORRECTED-Brazil's Anima hires Itaú, Bank of America for IPO-sources. *Reuters*, Funds, Aug 26, 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/08/26/brazil-animaeducacao-ipo-idUSL2N0GR1CL20130826#CrCdlk4svUIypGfy.97>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

COSTA, T. *Praça Victor Civita*. [s/d]. Disponível em:

<<http://www.cidadedesapaulo.com/sp/br/o-que-visitar/atrativos/pontos-turisticos/4102-praca-victor-civita>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CUNHA, J. Escola alternativa faz parceria para distribuir método on-line. *Folha de S. Paulo*, Mercado, São Paulo, 15 maio 2015. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1629240-abril-educacao-e-lumiar-se-unem-para-expandir-metodo-de-ensino.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2016

CUNHA, L. A. Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares. *Rev. Bras. Ed.* Rio de Janeiro, v.16, n.48, p.585-607, set./dez.2011

CURY, A.; CAOLI, C. PIB do Brasil cai 3,8% em 2015 e tem pior resultado em 25 anos. *G1*, Economia, 03 mar. 2016. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/03/pib-do-brasil-cai-38-em-2015.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

DALE, R. A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. *Educ., soc. & cult.*, Porto, n.2. p.109-139, 1994.

DGB. *Quem somos*. 2014. Disponível em:

<<http://www.dgb.com.br/dgb/?mn=512&c=1129&s=0>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

DOWBOR, L. *A crise financeira sem mistérios*. 2009. Disponível em:

<<http://dowbor.org/2009/07/a-crise-financeira-sem-misterios-fev-2009-Atualizacao-jul-2009-pdf-2.html>>.

DRUMMOND, J. TISA: a pior ameaça aos serviços já vista. *Carta Capital*, Internacional, 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/tisa-a-pior-ameaca-aos-servicos-ja-vista-5750.html>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

DUARTE, N. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?:* quatro ensaios crítico dialéticos em filosofia da educação. Campinas: Autores Associados, 2003.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *The crisis of early 21st century: a critical review os alternative interpretations*. Disponível em: <<http://www.jourdan.ens.fr/levy/>>. Acesso em: out. 2014

EATON, C. et al. Bankers in the Ivory Tower: The Financialization of Governance at the University of California. *The Institute for Research on Labor and Employment (IRLE)*, p.1-29, 2013.

EBITDA: entenda o conceito e o cálculo desse importante indicador de desempenho. *InfoMoney*, Educação, Guias, São Paulo, 18 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/318552/ebitda-entenda-conceito-calculo-desse-importante-indicador-desempenho>>. Acesso em: 28 jun. 2016

EDGEMAKERS INC. *EdgeMakers - Quem somos e no que acreditamos*. 2016. Disponível em: <<http://www.edgemakers.com.br/edgemakers-content/quem-somos/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

EDITORA ABRIL S.A. *Abril Gráfica*. 2010. Disponível em: <http://grafica.abril.com.br/abril_grafica.php>. Acesso em: 09 fev. 2015.

EDUMOBI. *Como faço para participar da rede?* 2013a. Disponível em: <<https://edumobi.zendesk.com/hc/pt-br/articles/200173885-Como-fa%C3%A7o-para-participar-da-Rede->>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *EDUMOBI – Rede de Ensino Móvel*. 2013b. Disponível em: <<http://www.edumobi.com.br/>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *O que é a rede edumobi?* 2013c. Disponível em: <<https://edumobi.zendesk.com/hc/pt-br/articles/200173875-O-que-%C3%A9-a-Rede-EDUMOBI->>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *Qual o valor da assinatura?* 2013d. Disponível em: <<https://edumobi.zendesk.com/hc/pt-br/articles/200030379-Qual-o-valor-da-assinatura->>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. *Sobre a edumobi*. 2013e. Disponível em: <<http://www.edumobi.com.br/about>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ENDOWMENT Fund. *Investopedia*. 2016. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/terms/e/endowment-fund.asp>>. Acesso em: 23 jul. 2016

ENGELN, E.; FERNANDEZ, R.; HENDRIKSE, R. How Finance Penetrates its Other: A Cautionary Tale on the Financialization of a Dutch University. *Antipode*, v. 46, n. 4, p.1072-1091, 2014.

ENSINA BRASIL. *Perguntas frequentes*. 2016. Disponível em: <<http://ensinabrasil.org/faq/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ENTENDA o que é o Fundo Soberano. *Folha de S. Paulo*, Mercado, São Paulo, 15 set. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/799362-entenda-o-que-e-o-fundo-soberano.shtml>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

ERTEL, L. 150 bilionários brasileiros. *Forbes Brasil*, São Paulo, ago. 2014, p.46-82.

ESTÁCIO. *História*. [s/d]. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/quem-somos/historia/>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

ESCOLAS LUMIAR. *A Escola*. 2012. Disponível em: <<http://lumiar.org.br/index.php/a-escola/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

ESTÁCIO aceita oferta da Kroton, e fusão deve criar gigante universitária. *GI*, Economia, Negócios, São Paulo, 01 jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/kroton-melhora-oferta-e-conselho-da-estacio-diz-que-aceita-uniao-20160701092505271435.html>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

FARAH, A. G. V. Grey Market of Goods in Brazil. *The Brazil Business*, 11 abr. 2013. Disponível em: <<http://thebrazilbusiness.com/article/grey-market-of-goods-in-brazil>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2005.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª edição revista. São Paulo: Global, 2009.

_____. Constituinte e Revolução. In: _____. *Democracia e Desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista atual*. São Paulo: Hucitec, 1994, p.153- 189.

_____. Dados sobre a situação do ensino. *Revista Brasiliense*, n.30, p.67-138, 1960.

_____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus; Edusp, 1966.

_____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5ª edição revista. São Paulo: Global, 2008.

_____. *Tensões na educação*. Salvador: Sarah Letras, 1995.

FNDE. *Apresentação*. 2014a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-apresentacao>>. Acesso em: 09 abr. 2014a.

_____. *Biblioteca da escola – apresentação*. 2015a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em: 25 fev. 2015a.

FNDE. *Biblioteca da escola* – dados estatísticos. 2015b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-dados-estatisticos>>. Acesso em: 25 fev. 2015b.

_____. *Biblioteca da escola* – funcionamento. 2015c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-funcionamento>>. Acesso em: 25 fev. 2015c.

_____. *Biblioteca da escola* – histórico. 2015d. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-historico>>. Acesso em: 25 fev. 2015d.

_____. *Consulta aos termos entregues*. 2016a. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/simad/consultaTermosEntregues.do>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. *Dados estatísticos*. 2015e. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos>>. Acesso em: 26 jan. 2015e.

_____. *Funcionamento*. 2014b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>>. Acesso em 10 abr. 2014c

_____. *História*. 2012a. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. *Histórico*. 2014c. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acesso em: 09 abr. 2014c.

_____. *Missão, visão e valores*. 2012b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional/quem-somos/miss%C3%A3o,-vis%C3%A3o-e-valores>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. *Termo de adesão*. 2016b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-termo-de-adesao>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. Financeirização do capital e a crise. *Outubro*, Campinas, n.18, p.8-41, jan./jun. 2009

_____. The Financialization of Capitalism. *Monthly Review*, 58, 11; p. 1-12, apr. 2007.

FRANKLIN COVEY. *About Stephen R. Covey*. [s/d]. Disponível em: <<https://www.stephencovey.com/about/about.php>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

FREITAS, L. C. Neotecnicismo e formação do educador. In: ALVES, N. (Org.). *Formação de Professores: pensar e fazer*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1992, v.1, p.89-102.

_____. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito

À educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v.6, n.1, p. 48-59, jun. 2014a.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.33, n.119, p. 379-404, abr.-jun. 2012

_____. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.35, n.129, p.1085-1114, out.-dez., 2014b.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura economico-social capitalista*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRISCH, F. Abril Eyes Schools as Demand for English Grows: Corporate Brazil. *Bloomberg*, Sep. 5, 2012. Available in: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2012-09-05/abril-eyes-schools-as-demand-for-english-grows-corporate-brazil>>. Access: 04 dez. 2015.

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA. *Carta anual da diretoria*. 2015. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/carta-da-diretoria.shtml>>. Acesso em 04 fev. 2015.

_____. *Fundação Victor Civita*. [2015?]a. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. *Linha do tempo*. [2015?]b. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/nossa-historia.shtml#prettyPhoto>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

_____. *Missão*. [2015?]c. Disponível em: <<http://www.fvc.org.br/missao.shtml>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

FUNDO compra fatia da Abril Educação por R\$ 226,2 mi. *Veja*, Economia, 17 ago. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/fundo-compra-fatia-da-abril-educacao-por-r-226-2-mi>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

GALZERANO, L. S. *O grupo empresarial Objetivo e a oferta educacional por municípios paulistas*. 2012. 137p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Universidade Estadual de Campinas.

GARCIA, T. (Coord.) *As parcerias público-privado para a compra de “sistemas de ensino”*: análise das consequências para a organização do trabalho na escola. 2011. 335p. Relatório de Pesquisa – FFCL/USP, Ribeirão Preto.

GENTIL, R. A Editora Abril. Dissertação de Mestrado em Educação, Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

GENTILI, P. (Org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

GERDAU S.A. *Missão, visão e valores*. 2009a. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/missao-visao-valores.aspx>>. Acesso em: 09 fev. 2015a.

GERDAU S.A. *Perfil da empresa*. 2009b. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/sobre-gerdau/perfil-da-empresa.aspx>>. Acesso em: 09 fev. 2015b.

_____. *Projetos* – Fundação Victor Civita. 2009c. Disponível em: <<http://www.gerdau.com.br/meio-ambiente-e-sociedade/sociedade-projetos.aspx>>. Acesso em: 09 fev. 2015c.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/junho 1995.

GODOY, D. Abril Rises on Bets Stake Sale to Boost Profit: Sao Paulo Mover. *Bloomberg*, 11 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-02-11/abril-rises-on-bets-stake-sale-to-boost-profit-sao-paulo-mover>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

GOMES, H. Introdução. In: _____. (Org.). *Especulação e lucros fictícios*: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras expressões, 2015, p.13-29.

GRUPO ABRIL. *Relatório de desempenho e sustentabilidade 2013 do Grupo Abril*: uma nova perspectiva. 2013. Disponível em: <<http://grupoabril1.abrilm.com.br/relatorioabril2013port.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

_____. *Relatório Grupo Abril*: atividades, desempenho, sustentabilidade. 2012. Disponível em: <http://grupoabril1.abrilm.com.br/Relat%C3%B3rio%20do%20Grupo%20Abril%20%E2%80%93%20Atividades,%20Desempenho,%20Sustentabilidade_10,%2011,%2012.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

GRUPO Abril vende operação de educação para Fundos Tarpon. *GI*, Economia, São Paulo, 09 fev. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/02/fundos-da-tarpon-fecham-aquisicao-de-controle-da-abril-educacao-20150209075504229921.html>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO. *Grupo Bandeirantes*. 2009-2016. Disponível em: <<http://www.band.uol.com.br/grupo/grupo.asp>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

GRUPO MALWEE. *Quem Somos*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.grupomalwee.com.br/sobre-o-grupo/>>. Acesso em: 04 ago. 2016

GRUPO Penguin compra 45% da Companhia das Letras. *GI*, Economia, Negócios, São Paulo, 05 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2011/12/grupo-penguin-compra-45-da-companhia-das-letras.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

GRUPO PRISA. *Santillana*. Disponível em: <<http://www.gruposantillana.com.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

HADDAD, S. Os bancos multilaterais e as políticas educacionais no Brasil. In: VIANA, A. (Org.). *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil*: análise crítica e documentos inéditos. Brasília: Rede Brasil, 1998.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, n.14, p.108-194, maio/jun./jul./ago. 2000.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

HAVAS WORLDWIDE BRASIL. *Quem Somos: Sobre a Havas Worldwide Brasil*. 2012. Disponível em: <<http://www.havasworldwide.com.br/quemsomos>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

HERRERA, R. Prefácio: o capital fictício no centro da crise. In: *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. São Paulo: Outras expressões, 2015, p.7-12.

HEYMATH! *About us*. 2016. Disponível em: <<http://www.heymath.com/web/aboutUs.jsp>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÖFLING, E. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.21, n.70, p.159-170, abr. 2000.

HOOVERS. *Hoover's Privacy Policy*. 2016a. Disponível em: <<http://www.hoovers.com/privacy-policy.html>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. *Somos Educação e Participações S.A - Company Overview*. 2016b. Disponível em: <<http://subscriber.hoovers.com.proxy-um.researchport.umd.edu/H/company360/overview.html?companyId=922448626>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. *Tarpon Investimentos S/A. Quick Report Hoover's*. 2016c. Disponível em: <<http://subscriber.hoovers.com.proxy-um.researchport.umd.edu/H/company360/overview.html?companyId=898468033&newsCompanyDuns=898468033>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

_____. *Tisa Ny, Inc. Company Overview*. 2016d. Disponível em: <<http://subscriber.hoovers.com.proxy-um.researchport.umd.edu/H/company360/overview.html?companyId=38068619&newsCompanyDuns=898468033>>. Acesso em: 11 fev. 2016.

HYPOLITO, A. Políticas curriculares, Estado e regulação. *Educ. Soc.*, Campinas, v.31, n.113, p.1337-1354, out./dez.2010.

HYPOLITO, A. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. *Teor. Educ.*, Porto Alegre, n.4, p.3-21, 1991.

IANNI, O. A dialética da globalização. In: _____. *Teorias da globalização*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 135-162.

IBISWORLD. *About IBISWorld*. 1999-2016. Disponível em: <<http://www.ibisworld.com/>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

_____. *IBISWorld Industry Report*: Global Book Publishing. May 2015.

IBOPE. *Ibope*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/>>. Acesso em 29 mar. 2015.

INFOMONEY. *Glossário*. 2000-2016. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/educacao/glossario/>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

INEP. *Encceja*. 2011a. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/encceja/encceja>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. *História*. 2011b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/institucional-70anos>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. *O que é o Pisa*. 2011c. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. *Provinha Brasil*. 2011d. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/provinha-brasil/provinha-brasil>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. *Saeb*. 2011e. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/saeb/aneb-e-anresc>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

_____. *Sobre o Enem*. 2011f. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

INSTITUTO VERDESCOLA. *Quem somos*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.verdescola.org.br/index.php/quem-somos/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

IPSOS. *Institucional: quem somos*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.ipsos.com.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

JOVENS talentos e Rede Tarpon. Produção de Izabella Mattar, 26 ago. 2015. Online (53min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HGR-WLIyDq4>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

JULIBONI, M. Abril Educação conclui compra da escola satélite. *Exame.com*, Negócios, São Paulo, 02 out. 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-conclui-compra-da-escola-satelite>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

KAHIL, G. Ações da Abril Educação estreiam na Bovespa. *Exame*, São Paulo, 26 jul. 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/mercados/noticias/acoes-da-abril-educacao-estreiam-na-bovespa>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

KLEES, S. A quarter century of neoliberal thinking in education: misleading analyses and failed policies. *Globalization, Societies, and Education*, Reino Unido: Routledge, v.6, n. 4, p. 311-348, 2008.

_____.; SAMOFF, J; STROMQUIST, N. P. (Org.) *The World Bank and Education: critiques and alternatives*. SensePublishers: Rotterdam/Boston/Taipei, 2012.

KOIKE, B. Abril Educação compra sistema GEO por R\$44 milhões. *Valor Econômico*, São Paulo, 28 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2732536/abril-educacao-compra-sistema-geo-por-r-44-milhoes>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Abril Educação vai investir em apostilas. *Valor Econômico*, São Paulo, 05 set. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/997804/abril-educacao-vai-investir-em-apostilas>>. Acesso em: 14 maio 2014.

KROTON EDUCACIONAL S.A. *Kroton: paixão por educar*. 2016a. Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

_____. *Formulário de referência*. 2016b. Disponível em: <http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32858>. Acesso em: 18 nov. 2016.

LAPAVITSAS, C. Financialised Capitalism: Crisis and Financial Expropriation. *Historical Materialism*, Koninklijke Brill NV, Leiden, n.17, p. 114–148, 2009.

LATAM CLUB. *Past Conferences*. 2016. Disponível em: <<http://www.latamconferencehbs.org/keynotes/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

LEAL, J. Farias Brito e Editora Moderna juntos em sistema de ensino. *O POVO online*, Jornal de Hoje, Economia, 18 ago 2015. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2015/08/18/noticiasjornaleconomia,3489057/farias-brito-e-editora-moderna-juntos-em-sistema-de-ensino.shtml>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

LEHER, R. Brasil: agravamento da crise, coesão do bloco dominante e novos horizontes para as lutas sociais. *OSAL*, Buenos Aires, ano XIV, n.33, p.95-109, maio 2013.

_____. Florestan Fernandes e a defesa da escola pública. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.33, n.121, p. 1157-1173, out./dez. 2012.

_____. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*, n. 03, fev. 1999, p. 19-30.

LEITE, J.; MARCELINO, F. Tarpon Buys 20% Stake in Abril Educacao for \$298 Million. *Bloomberg*, 4 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-06-04/tarpon-acquires-20-stake-in-abril-educacao-for-298-million>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

LIVEMOCHA. *Projeto Livemocha*. 2012. Disponível em:
<<http://livemocha.abreduc.com.br/livemocha/projeto-livemocha/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

LUCCHESI, C.; LEVIN, J. GIC Said to Seek Up to \$980 Million Stake in Brazil's Rede D'Or. *Bloomberg*, 5 maio 2015. Disponível em:
<<http://www.bloomberg.com/news/articles/2015-05-05/gic-said-to-look-up-to-980-million-stake-in-brazil-s-rede-d-or>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____.; MARCELINO, F. Brazil 'No Matter What' Pushes Private-Equity to Public Deals. *Bloomberg*, 1 fev. 2012. Disponível em <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2012-02-01/tpg-joins-tarpon-in-seeking-public-brazil-stakes-as-private-prices-double>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

LULA DA SILVA, L. I. *Carta ao povo brasileiro*. 2002. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 29 out. 2016.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v.4. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v.5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s/d.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v.5. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MACEWAN, A. *Neo-liberalism or Democracy? Economic Strategy, Markets, and Alternatives for the 21st Century*. New York: Zed, 1999.

_____.; MILLER, J. *Economic Collapse, Economic Change: getting to the roots of the crisis*. New York: M. E. Sharpe, 2011.

MARCELINO, F.; LUCCHESI, C. Abril Pursues Record English-School Purchases: Corporate Brazil. *Bloomberg*, Feb. 20, 2013. Available in:
<<http://www.bloomberg.com/news/articles/2013-02-20/abril-pursues-record-english-school-purchases-corporate-brazil>>. Access: 04 dez. 2015.

MARTINS, E. M. *Movimento "Todos pela Educação": um projeto de nação para a educação brasileira*. 2013. 193p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

MCGRAW-HILL EDUCATION. *Overview*. 2016. Disponível em:
<<http://www.mheducation.com/about.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

MERCADO de ações: conheça mais sobre as várias categorias de investidores. *Infomoney*, 12 set. 2006. Disponível em:
<<http://www.infomoney.com.br/educacao/guias/noticia/568447/mercado-acoes-conheca-mais-sobre-varias-categorias-investidores>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011, p.9-16.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O que é o Fies. [s/d]. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

MNTO, L. *A educação da miséria: particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

MORTARI, M. Ações da Abril Educação são negociadas com novo código a partir desta terça. *Infomoney*, São Paulo, 28 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/4184635/acoes-abril-educacao-sao-negociadas-com-novo-codigo-partir-desta>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

MSTECH. *MSTECH*. 2015. Disponível em: <<http://www.mstech.com.br/index.aspx>> Acesso em: 03 jun. 2015.

NASPERS. *About*. 2016. Disponível em <<https://www.naspers.com/about>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

NORONHA, O. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas: Alínea, 2002.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. 5ª ed. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Uma face contemporânea da barbárie. *Novos Rumos*, Marília, v.50, n.1, jan./jun. 2013.

NEVES, L. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias burguesas para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Sobre o observatório do PNE*. 2013. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-observatorio>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

OLIVEIRA, C. et al. *Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 61-90.

OLIVEIRA, D.; CAMPOS, E. O Zeca, os caras... E o Abilio. *Época Negócios*, 12 out. 2013. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2013/08/o-zeca-os-caras-e-o-abilio.html>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009.

_____. O Financiamento da Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: Análise da Constituição Federal e da LDB*. 3ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Xamã, 2007, v. 1, p. 83-122.

OMETZ GROUP. *História*. [2015?]a. Disponível em: <<http://www.ometzgroup.com.br/institucional>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OMETZ GROUP. *Ometz Group*. [2015?]b. Disponível em: <<http://www.ometzgroup.com.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OTTA, L. A. País vai negociar acordo mundial em serviços. *Estadão*, Economia e Negócios. 21 jun. 2016. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,pais-vai-negociar-acordo-mundial-em-servicos,10000058350>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

PAPP, A. C. Fundos de doações avançam no País. *O Estado de S. Paulo*, Economia, 7 jul. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fundos-de-doacoes-avancam-no-pais-imp-,1524740>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

PARRA-BERNAL, G.; SCHINCARIOL, J. Brazil education sector to boost bankers' dealflow. *Reuters*, Business, Sep. 4, 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/us-brazil-education-finance-idUSBRE9830EH20130904#YsPvVccwPzYr8LAQ.97>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

PAULANI, L. *Brasil Delivery*: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEARSON. *História*. [s/d]a. Disponível em: <<https://br.pearson.com/sobre-nos/historia.html>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

_____. *Produtos e serviços*. [s/d]b. Disponível em: <<http://portal.pearson.com.br/portal/pearson/educacao-basica/produtos-e-servicos/>>. Acesso em: 09 abr. 2014.

PENGUIN RANDOM HOUSE. *Our Story*. 2016. Disponível em: <<http://www.penguinrandomhouse.com/about-us/our-story/>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

PEREIRA, S. Abril Educação compra 22,7% da MSTEch por R\$25 milhões. *Exame.com*, Negócios, São Paulo, 19 dez. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-compra-22-7-da-mstech-por-r-25-milhoes>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

PERGUNTAS frequentes sobre: aposentadoria. *UOL*, Economia, 1996-2014. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/financas/previdencia/fundos-pensao.jhtm>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

PERONI, V. As relações entre o público e o privado nas políticas educacionais no contexto da terceira via. *Currículo sem fronteiras*, v.13, .2, p234-255, maio/ago. 2013.

PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.105-120, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

PINHEIRO, D. C. *Educação sob controle do capital financeiro*: o caso do Programa Nacional do Livro Didático. 2014. 128p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PINTO, J. M. R. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. *Educação e Sociedade*, v. 28, p. 877-897, 2007.

RAGIR, A. Brazil Hedge Funds Beat U.S. Competitors by Investing in Bonds, *Bloomberg*, Markets, June 7, 2011. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2011-06-07/brazil-hedge-funds-beat-u-s-competitors-by-investing-in-bonds>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

RED BALLOON. *Conheça a Red Balloon*. 2009-2015a. Disponível em: <<http://redballoon.com.br/conheca-a-red-ballon/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. *Cursos*. 2009-2015b. Disponível em: <<http://redballoon.com.br/cursos/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. *Encontre uma escola*. 2009-2015c. Disponível em: <<http://redballoon.com.br/encontre-uma-escola/>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

REDE de ensino móvel da Abril Educação entra em operação. *Folha Online*, Mercado, São Paulo, 12 mar. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/03/1244679-rede-de-ensino-movel-da-abril-educacao-entra-em-operacao.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

REUTERS. *Quote: Somos Educacao SA (SEDU3.SA)*. United States, [s/d]a. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/overview?symbol=SEDU3.SA>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. *Quote: Tarpon Investimentos SA (TAPNF.PK)*. United States, [s/d]b. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/overview?symbol=TAPNF.PK>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

_____. *Quote: Tarpon Investimentos SA (TRPN3.SA)*. United States, [s/d]c. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/overview?symbol=TRPN3.SA>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

RIKOWSKI, G. *Schools: The Great GATS Buy*. The Institute for Education Policy Studies, 2002. Disponível em: <<http://www.ieps.org.uk/PDFs/rikowski2002c.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

ROBERTSON, S.; BONAL, X. AND DALE, R. (2002). GATS and the Education Service Industry, *Comparative Education Review*, Vol 46 (4), pp. 472-497

_____.; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. *Educ. Soc.*, Campinas, v.33, n.121, p.1133-1156, out./dez.2012.

SAMPAIO JR., P. A. *Notas sobre o PAC: um passo atrás*. 2007. Disponível em: <http://www.corecon-rj.org.br/ced/artigo_plinio_seminario_pac.pdf?zoom_highlight=plinio+pac>. Acesso em: 29 out. 2016.

SANDRONI, P. (Org.). *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SARAIVA. *Histórico*. Disponível em: <http://www.saraivari.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=496800>. Acesso em: 09 abr. 2014.

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES. *O Grupo Saraiva: Catálogos*. 2012a. Disponível em: <<http://www.editorasaraiva.com.br/o-grupo-saraiva/#catalogos>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. *O Grupo Saraiva: Premiações*. 2012b. Disponível em: <<http://www.editorasaraiva.com.br/o-grupo-saraiva/#premiacoes>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

_____. *Serviços Educacionais*. 2012c. Disponível em: <<http://www.editorasaraiva.com.br/servicos-educacionais/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Ed. comemorativa. Campinas: Autores Associados. 2008a.

_____. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2008b.

_____. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2003.

SCARAMUZZO, M. Abril Educação anuncia a compra de área de ensino da Saraiva por R\$ 725 mi. *O Estado de S. Paulo*, negócios, 19 jun. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,abril-educacao-anuncia-a-compra-de-area-de-ensino-da-saraiva-por-r-725-mi,1709277>>. Acesso em: 25 jul. 2016

SCIAUDONE, C. Abril Educacao Plans Organic Growth for 2014 After Buying Spree. *Bloomberg*, Jan. 9, 2014. Available in: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-01-09/abril-educacao-plans-organic-growth-for-2014-after-buying-spree>>. Access: 04 dez. 2015.

SEBIM, C. C. *A intensificação do trabalho docente no processo de financeirização da educação superior: o caso da Kroton no estado do Espírito Santo*. 2014. 201p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo

SGUISSARDI, V. Educação superior no brasil: democratização ou massificação mercantil? *Educação e Sociedade*, Campinas, v.36, n.133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, v. 29/105, p. 991-1022, 2008.

SHAIKH, A. La primera gran depresión del siglo XXI. *Sinpermiso*, n.9, s/p, jul. 2011.

SHIROMA, E.; MORAES, M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 4ª ed. 1ª reimp. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011

SILVA, C. L. *Veja: o indispensável partido neoliberal*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, I. A. A conformação do mercado editorial brasileiro a partir das últimas décadas do século XX e anos iniciais do século XXI: o caso do Grupo Abril. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 60, p. 78-94, dez.2014.

SILVA JUNIOR., J.R.; SGUISSARDI, V. A nova lei de educação superior: fortalecimento do setor público e regulação do privado/mercantil, ou continuidade da privatização e mercantilização do público? *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 29, p. 5-27, maio/ago. 2005.

SINGAPORE's GIC takes 18.5 pct stake in Brazil education firm April. *Reuters*, Deals, Singapore, 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/08/15/gic-brazil-idUSL4N0QL06H20140815#f2Ts6b1GlX3Wc0Iq.97>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

SIQUEIRA, A. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. *Revista Brasileira de Educação*, n. 26, Maio/Junho/Julho/Agosto, 2004.
SNYDERS, G. *Alunos felizes*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. *Composição acionária*. 13 jan. 2016a. Disponível em: <<http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/governanca/Paginas/composicao-acionaria.aspx>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

_____. *Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes*. São Paulo, 29 mar. 2016b. Disponível em: <http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/InformacoesFinanceiras/Documents/Somos%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20TRI15_V21_28032016_sv%20track%20changes%2029032016%20completa.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. *Dividendos/JCP*. 11 nov. 2015a. Disponível em: <<http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/acionista/Paginas/dividendos-JCP.aspx>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

_____. *Estatuto Social Consolidado da Companhia*. [s/d]. Disponível em: <<http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/governanca/Documents/Estatuto.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. *Formulário de Referência – 2016c*. 31 maio 2016. Disponível em: <http://ri.somoseducacao.com.br/pt-br/InformacoesFinanceiras/Documents/Formul%C3%A1rio%20de%20Refer%C3%Aancia%202016_V1.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016.

_____. *Manifesto somos*. 2015b. Disponível em: <www.somoseducacao.com.br/pt/somoseducacao/manifesto-somos/>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. *Mercado de atuação*. 19 out. 2015c. Disponível em: <ri.somoseducacao.com.br/pt-br/companhia/Paginas/mercado.aspx>. Acesso em: 15 nov. 2016.

_____. *Quem somos*. 2015d. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/somoseducacao/quem-somos/>>. Acesso em: 30 mar. 2015

_____. *Sistema de Ensino Motivo*. 2015e. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/solucoes-educacionais/sistemas-de-ensino/sistema-de-ensino-motivo/>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

SOMOS EDUCAÇÃO S.A. *Soluções Complementares: EdgeMakers*. 2016d. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/solucoes-complementares/edgemakers/>>.

_____. *Soluções Complementares: HeyMath!*. 2016e. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/solucoes-complementares/heymath/>>.

_____. *Soluções Complementares: Plurall*. 2016f. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/solucoes-educacionais/apprendi/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

_____. *Soluções Educacionais: Apprendi!*. 2016g. Disponível em: <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/solucoes-educacionais/apprendi/>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

SOUSA, D. Abril Educação compra escola em PE. *O Estado de S. Paulo*, 06 jul. 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,abril-educacao-compra-escola-em-pe,158565e>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

STRINGER, R. BRAZIL DAYBOOK: Abril Educacao Raises Less Than Expected in IPO. *Bloomberg*, 22 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/articles/2011-07-22/brazil-daybook-abril-educacao-sells-shares-below-estimated-price-range>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

STXNEWS LATAM-Abril eyes 'opportunities' for stake in Abril Educação. *Reuters*, Markets, 11 fev. 2014a. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/02/11/snippet-idUSL2N0LG0S120140211#AIOXRAHgR4JULzKp.97>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

TARPON compra 20% da Abril Educação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 05 jun. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/169479-tarpon-compra-20-da-abril-educacao.shtml>>. Acesso em 05 jun. 2014.

TARPON Investments L P Presents at 7th Annual SuperReturn U.S. conference, Jun-11-2014 03:00 PM. *Bloomberg*, Jun 9, 2014. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=222789208>>. Acesso em: 05 dez. 2015

TARPON INVESTIMENTOS S.A. *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e Relatório dos auditores independentes*. 2015a. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=455605>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. *Divulgação de resultados IT15*. São Paulo, 05 maio 2015b. Disponível em: <<http://tarponinvest.com.br/pdfs/resultados-trimestrais/2015/Divulgacao%20de%20Resultados%20IT15.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

_____. *Reunião Apimec 2014*. São Paulo, 08 dez. 2014. Disponível em: <<http://siteempresas.bovespa.com.br/DWL/FormDetalheDownload.asp?site=C&prot=448744>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

TARPON reaches 38 pct stake in Abril Educacao SA. *Reuters*, 6 abr. 2015a. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3191000>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

TARPON reaches 46.8 pct in Abril Educacao SA. *Reuters*, 5 maio 2015b. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3206471>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

TARPON reaches 57.1 pct stake in SOMOS Educacao SA. *Reuters*, 21 ago. 2015c. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3265482>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

TARPON reaches 60.1 pct stake in SOMOS Educacao SA. *Reuters*, 18 set. 2015d. Disponível em: <<http://www.reuters.com/finance/stocks/SEDU3.SA/key-developments/article/3275748>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

TASQUETTO, L. S. Comercialização da educação superior: a definição das posições negociadoras entre o regulador educacional e o negociador comercial. In: PEIXOTO, M. G. *O capital global na educação brasileira*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

_____. *Educação e comércio internacional: impactos da liberalização comercial dos serviços sobre a regulação da educação superior no Brasil*. 2014. 249p. Tese (Doutorado) – Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, São Paulo.

THE FINANCIAL TIMES. *Equities*: Somos Educacao SA. 2016a. Disponível em: <<http://markets.ft.com/research/Markets/Tearsheets/Summary?s=SEDU3:SAO>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. *Equities*: Tarpon Investimentos SA. TAPNF. 2016b. Disponível em: <<http://markets.ft.com/research/Markets/Tearsheets/Directors-and-dealings?s=TAPNF:PNK>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

_____. *Equities*: Tarpon Investimentos SA. TRPN3. 2016c. Disponível em: <<http://markets.ft.com/research/Markets/Tearsheets/Forecasts?s=TRPN3:SAO>>. Acesso em: 17 jan. 2016.

THE WALL STREET JOURNAL. *Quote*: SOMOS Educacao S.A. United States, 2016a. Disponível em: <<http://quotes.wsj.com/BR/BVMF/SEDU3>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

_____. *Quote*: Tarpon Investimentos S.A. Ord. United States, 2016b. Disponível em: <<http://quotes.wsj.com/BR/BVMF/TRPN3>>. Acesso em: 06 jan. 2016.

THE WORLD BANK. *Doing Business*: Measuring Business Regulations. 2016a. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. *Ease of Doing Business in Brazil*. 2016b. Disponível em: <<http://www.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/brazil/>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

_____. *Operational Guidelines for textbooks and Reading materials*. Education Sector: Washington, 2003.

THOMSON REUTERS. *Financial glossary*. 2016. Disponível em: <http://glossary.reuters.com/index.php?title=Main_Page>. Acesso em: 23 jul. 2016.

TODOLIVRO DISTRIBUIDORA LTDA. *O Grupo Todolivre*. [s/d]. Disponível em: <<http://www.todolivre.com.br/sobre-a-todolivre/>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

TOMMASI, L. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADDAD, S. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1996. p.125-193.

TORO RADAR. *O que é Taxa Selic e qual o seu rendimento*. Out. 2016. Disponível em: <<https://www.tororadar.com.br/investimento/taxa-selic-o-que-e-rendimento>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Despesas por fornecedor*. 2010-2015. Disponível em: <http://www.portaldocidadao.tce.sp.gov.br/despesa_fornecedor>. Acesso em: 23 maio 2016.

UMPIERES, R. T. Entenda por que o melhor setor da Bolsa em 2014 já caiu mais de 40% em 2015. *Infomoney*, Mercados. 13 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/3803845/entenda-por-que-melhor-setor-bolsa-2014-caiu-mais-2015>>. Acesso em: 06 nov. 2016.

UPDATE 1-Brazil's Tarpon to buy \$268 mln stake in Abril Educação. *Reuters*, Industries, 4 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/06/04/abril-educacao-tarpon-invest-idUSL1N0OL0QO20140604#8wf2AFQkjYmfQMiy.97>>. Acesso em: 03 dez. 2015.

UPDATE 2-Brazil's Kroton Educacional to acquire rival Anhanguera. *Reuters*, Market, Apr. 22, 2013. Available in: <<http://www.reuters.com/article/2013/04/22/anhanguera-kroton-idUSL2N0D90KE20130422#KpgXVuC2KCFot5RH.99>>. Access: 03 dez. 2015.

VAZ, T. Abril Educação lança Sistema de Ensino Farias Brito. *Exame.com*, Negócios, São Paulo, 16 jul. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/abril-educacao-lanca-sistema-de-ensino-farias-brito>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

VENTURINI, F. *Estado, Grande Indústria e Militares: as Relações de Poder no Setor Metalmeccânico no Brasil (1964-1978)*. 2008. 256p. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

VERGER, A. & BONAL, X. Against GATS: the sense of a global struggle. *Journal of Critical Education Policy Studies*, vol. 4 (1). 2006. Disponível em: <<http://www.jceps.com/index.php?pageID=article&articleID=55>>. Acesso em: jun. 2015.

_____.; ROBERTSON, S. (2012) The GATS game-changer: trade in education services. In: ROBERTSON, S; MUNDY, K; VERGER, A.; MENASHY, F. (eds) *Public Private*

Partnerships in Education: New Actors and Modes of Governance in a Globalizing World, Cheltenham: Edward Elgar, 2012, pp. 21-42.

VIEIRA, E. A social-democracia, longo caminho até a terceira via. *Currículo sem fronteiras*, v.13, n.2, p.182-203, maio/ago. 2013.

VILLALTA, D. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2002, Salvador. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/300ea43da98da19f6977caba6d17d8cd.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2016.

WIKILEAKS. *What is Wikileaks*. 3 nov. 2015. Disponível em: <<https://wikileaks.org/What-is-Wikileaks.html>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

WHARTON SCHOOL. *Emerging Market Slowdown Hits Private Equity, but Improves Pricing*. 8 maio 2014. Disponível em: <<http://knowledge.wharton.upenn.edu/article/emerging-market-slowdown-hits-private-equity-improves-pricing/>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

WHARTON Private Equity & Venture Capital Conference 2014. *Wharton Private Equity & Venture Capital Club, 2014*. Disponível em: <<http://2014.whartonpeconference.org/panels.php>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

ZAMBON, L.; TERRAZZAN, E. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v.94, n.237, p.585-602, ago. 2013.

Apêndice

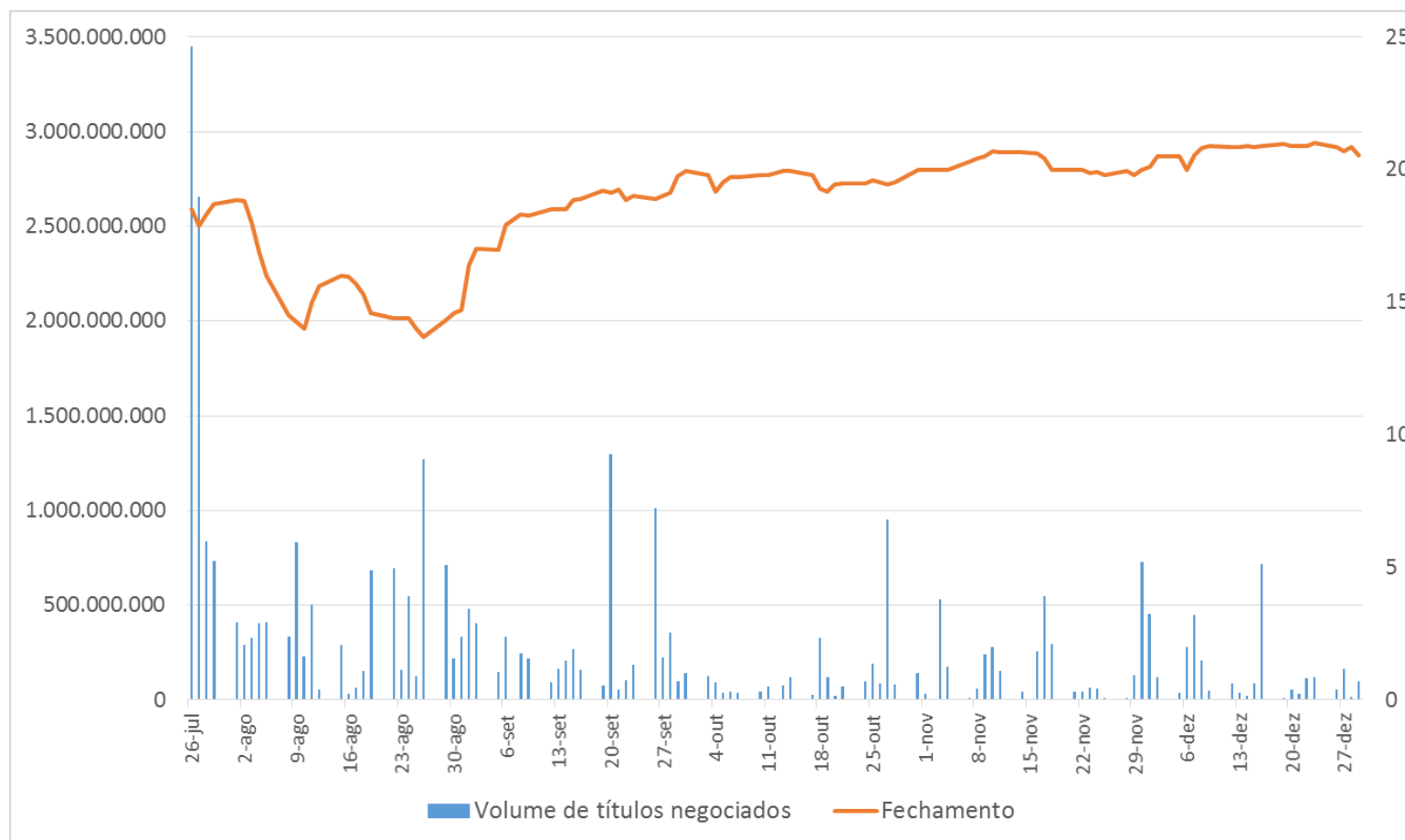
Os gráficos a seguir ilustram o desempenho anual da Abril/Somos Educação no mercado de ações da BM&FBovespa desde 2011 até 2015, com base no preço das ações no fechamento do pregão¹⁴¹ e no volume de títulos negociados. Os valores são nominais, correspondentes ao lote padrão¹⁴², no mercado a vista¹⁴³, pois nesse tipo de mercado houve maiores volumes de negociação.

¹⁴¹ Pregão corresponde ao “intervalo de tempo durante o qual papéis listados em uma bolsa de valores são negociados, diretamente na sala de negociações e/ou pelo sistema de negociação eletrônica”. O fechamento corresponde à última cotação de determinada ação em um dia (INFOMONEY, 2000-2016).

¹⁴² Lote padrão é um lote de títulos com as mesmas características e em quantidade fixada pelas bolsas de valores (INFOMONEY, 2000-2016).

¹⁴³ Mercado a vista é o mercado no qual “a liquidação física (entrega dos títulos pelo vendedor) se processa no 2º dia útil após a realização do negócio em pregão e a liquidação financeira (pagamento dos títulos pelo comprador) se dá no 3º dia útil posterior à negociação, somente mediante a efetiva liquidação física” (INFOMONEY, 2000-2016).

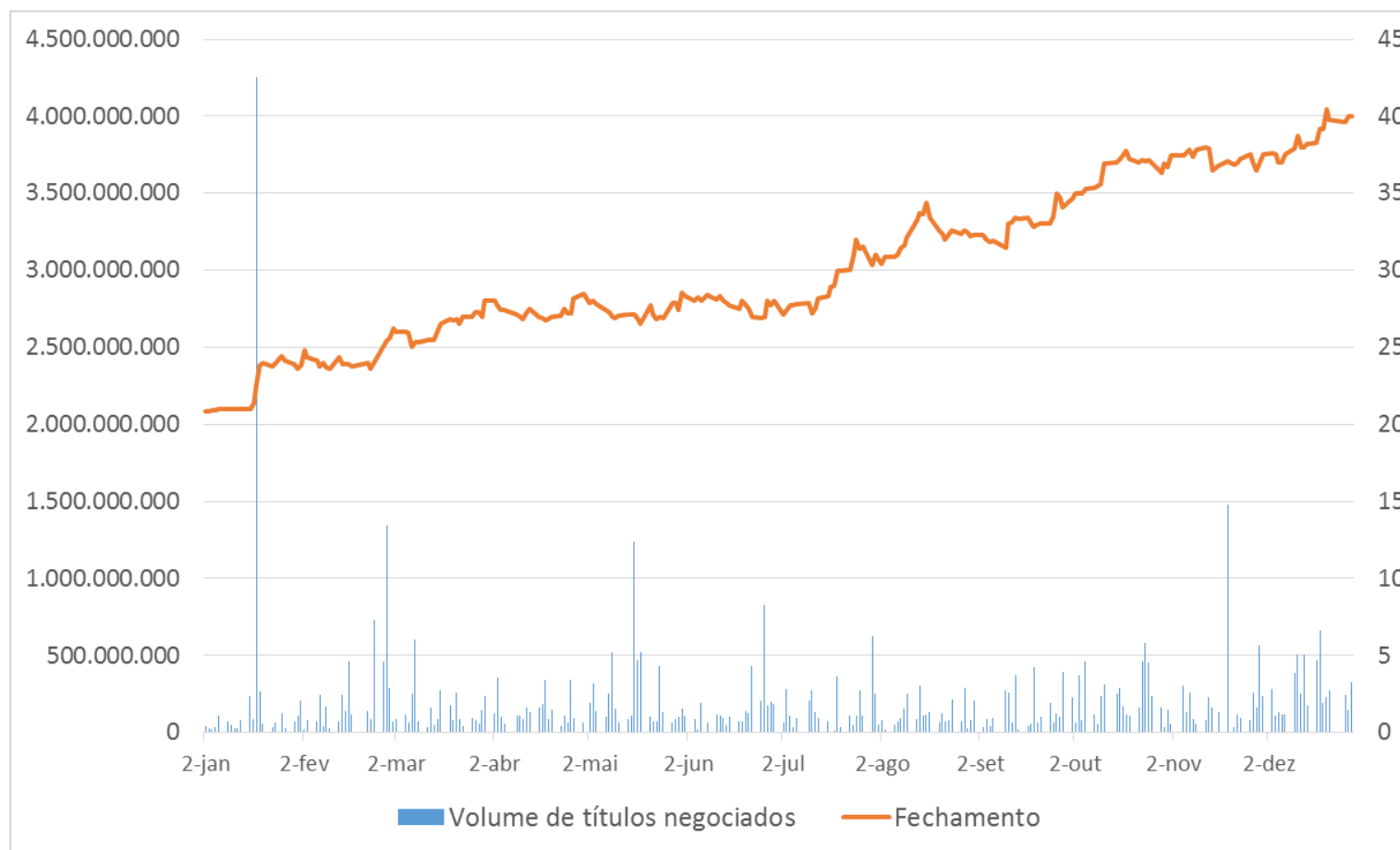
Gráfico 1 – Desempenho da Abril/Somos Educação na BM&FBovespa, por fechamento do pregão (R\$) e volume de títulos negociados (código ABRE11), 2011



Fonte: Elaboração própria com base em BM&FBovespa (2011-2015).

*Valores nominais.

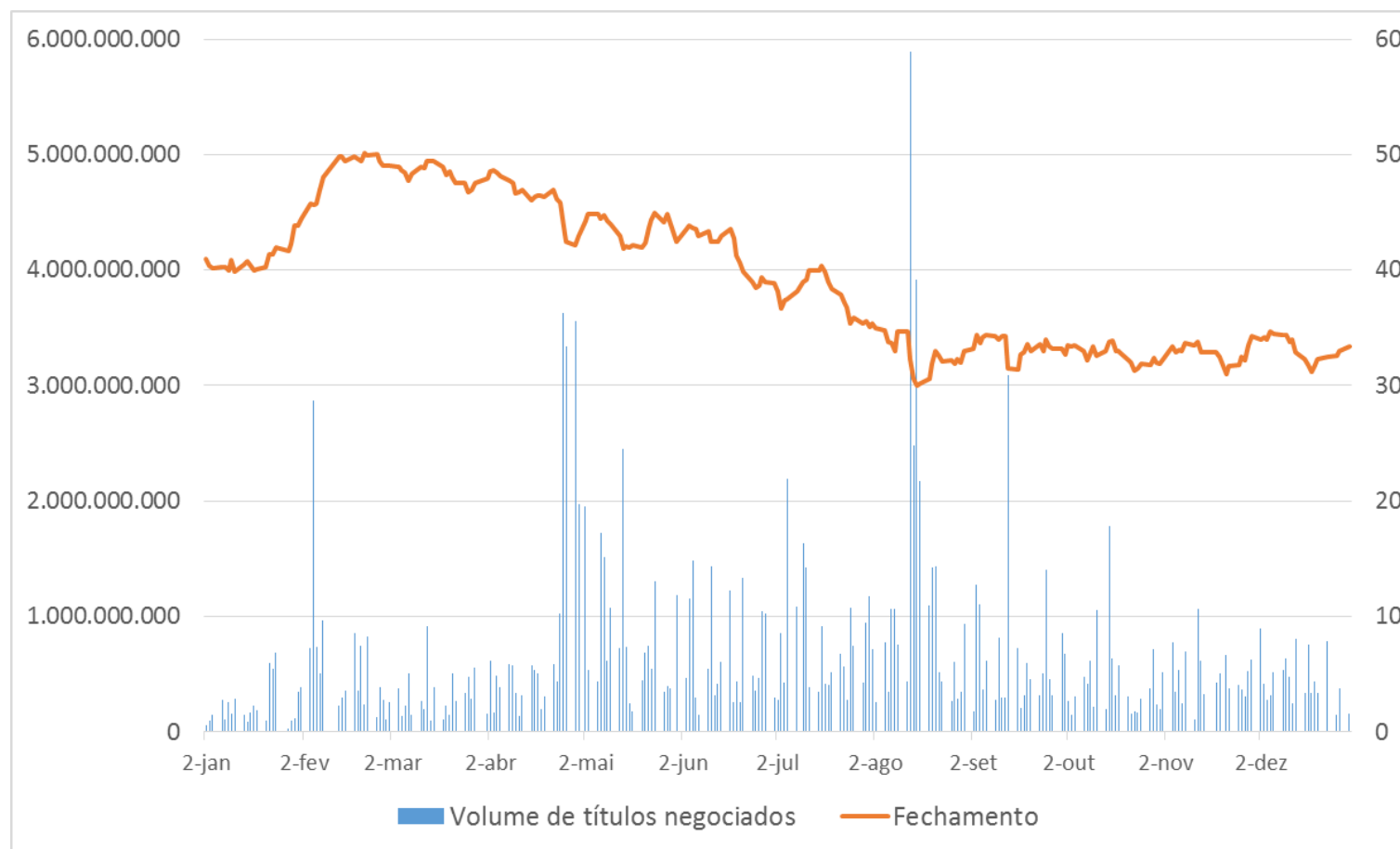
Gráfico 2 – Desempenho da Abril/Somos Educação na BM&FBovespa, por fechamento do pregão (R\$) e volume de títulos negociados (código ABRE11), 2012



Fonte: Elaboração própria com base em BM&FBovespa (2011-2015).

*Valores nominais.

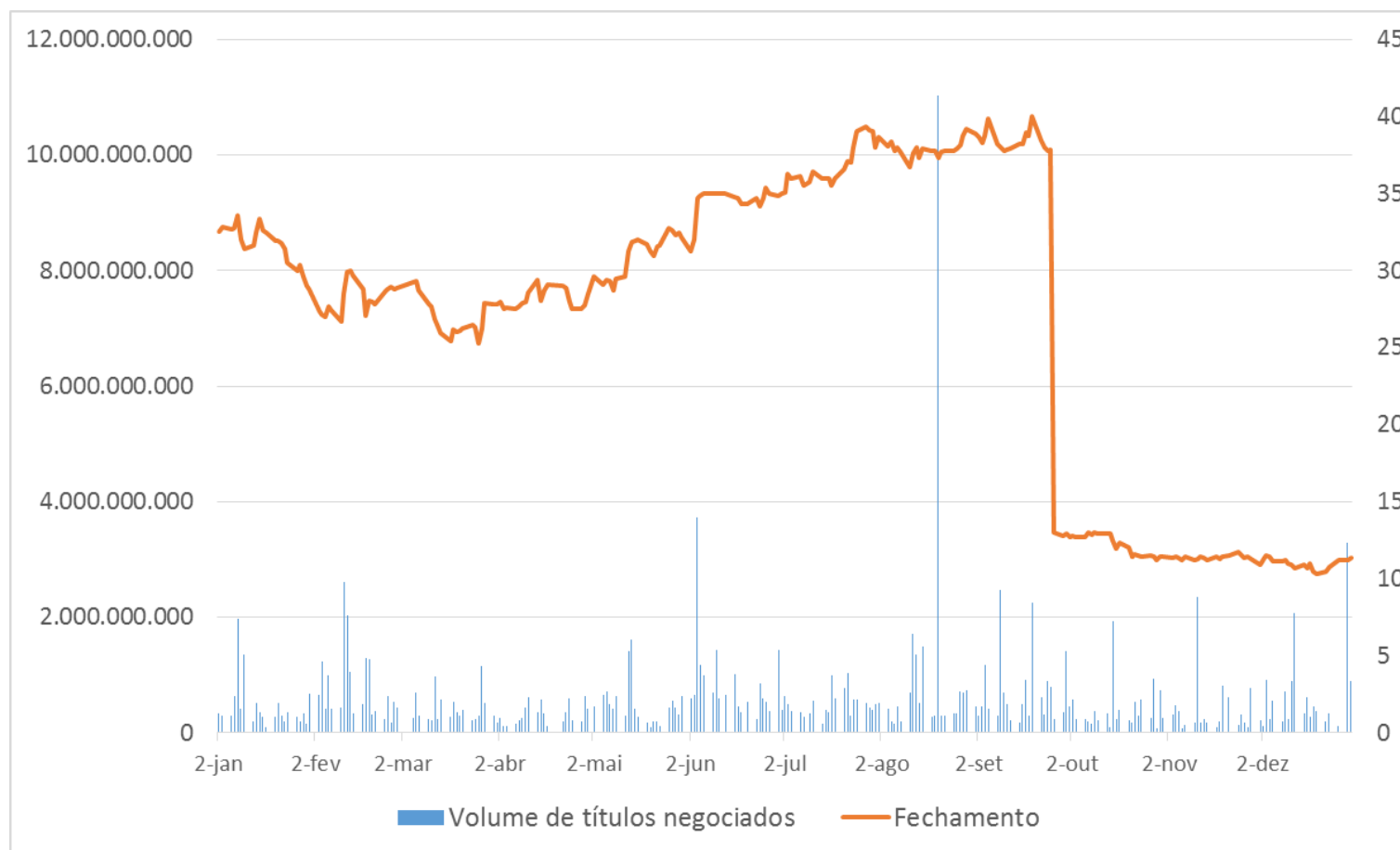
Gráfico 3 – Desempenho da Abril/Somos Educação na BM&FBovespa, por fechamento do pregão (R\$) e volume de títulos negociados (código ABRE11), 2013



Fonte: Elaboração própria com base em BM&FBovespa (2011-2015).

*Valores nominais.

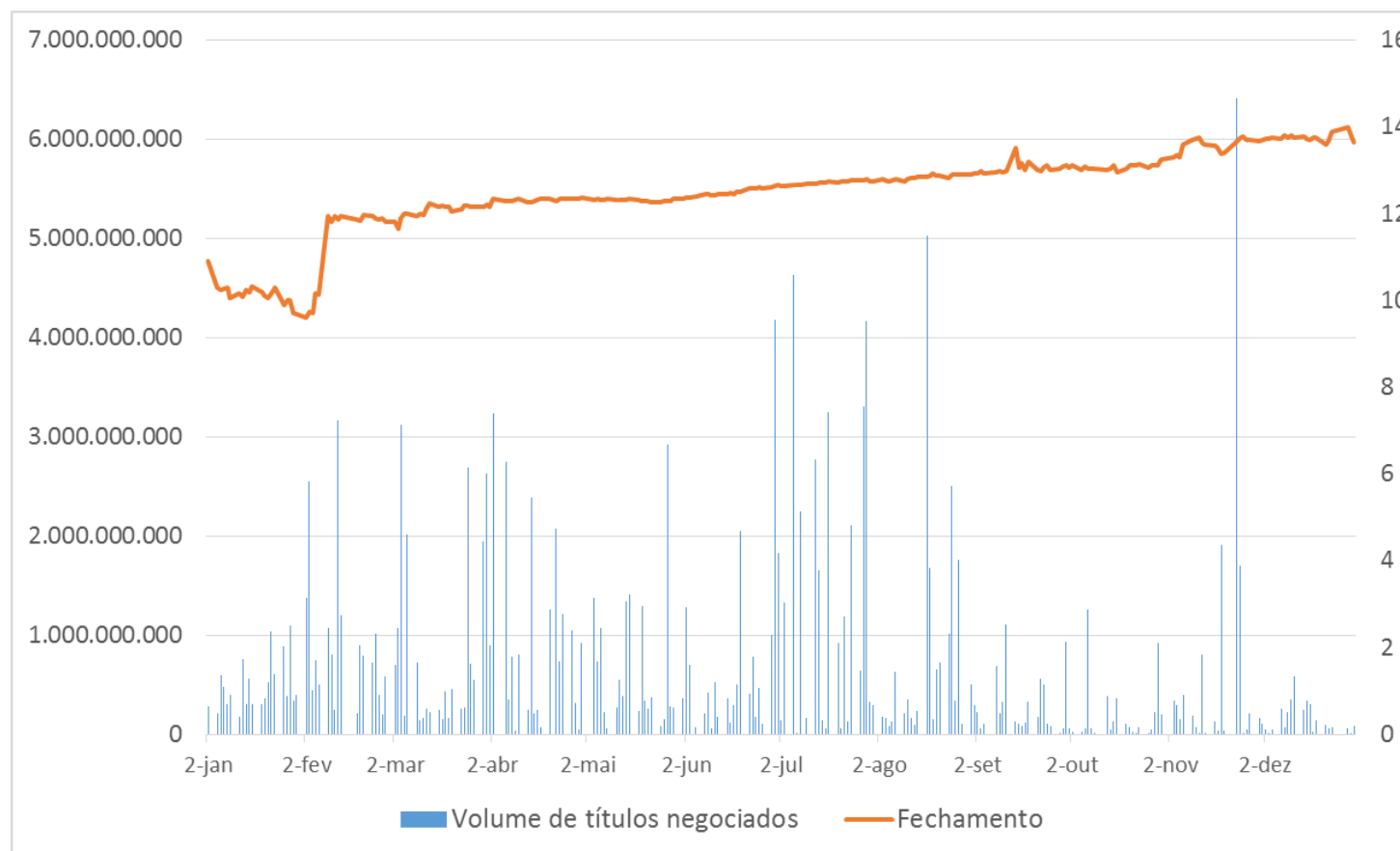
Gráfico 4 – Desempenho da Abril/Somos Educação na BM&FBovespa, por fechamento do pregão (R\$) e volume de títulos negociados (código ABRE11 e ABRE 3), 2014



Fonte: Elaboração própria com base em BM&FBovespa (2011-2015).

*Valores nominais.

Gráfico 5 – Desempenho da Abril/Somos Educação na BM&FBovespa, por fechamento do pregão (R\$) e volume de títulos negociados (código ABRE 3 e SEDU3), 2015



Fonte: Elaboração própria com base em BM&FBovespa (2011-2015).

*Valores nominais.

Não se pretende fazer uma análise técnica minuciosa sobre o desempenho, mas apresentar como, no mercado financeiro, os ativos da Abril/Somos Educação tiveram oscilações, tanto no preço das ações quanto no volume de títulos negociados.

A companhia abriu e listou seu capital na BM&FBovespa em julho de 2011; as Units, que representam uma ação ordinária e duas preferenciais, estavam registradas sob o código “ABRE11”, sendo negociadas no segmento “Nível 2”¹⁴⁴ (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014h). Em outubro de 2014, a companhia concluiu a migração para o segmento “Novo Mercado” (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., [s/d]c).

A principal diferença entre o “Novo Mercado” e o Nível 2 é que naquele só é permitida a existência de ações ordinárias. O Novo Mercado tem como intuito atender empresas que aderem a práticas de governança corporativa, dando mais direitos aos seus acionistas. Entretanto, se por um lado há mais direitos para os acionistas, por outro a prioridade no recebimento de dividendos é anulada (BM&FBOVESPA, 2014b, c)¹⁴⁵.

Com o ingresso no Novo Mercado, a Abril/Somos passou a ter as negociação sob o código “ABRE3” (ABRIL EDUCAÇÃO S.A., 2014d), e as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias à razão de 1 para 1 (ABRIL..., 2014a). Esse movimento talvez justifique a queda no valor das ações a partir de outubro de 2014, como apresenta o *gráfico 4*.

Em julho de 2015, após a assumpção de controle da Abril/Somos pela Tarpon, as ações da companhia passaram a ser negociadas sob o código SEDU3. Conforme demonstra o *gráfico 5*, não houve mudanças significativas nos valores das ações por causa dessa mudança (MORTARI, 2015).

É lícito ressaltar que os perfis da Abril/Somos Educação estão disponíveis nos sítios eletrônicos da mídia especializada americana¹⁴⁶. Há uma breve apresentação sobre a companhia, notícias relacionadas, variação no preço das ações, informações do pregão, pessoas envolvidas na gestão, contatos, localização e análises. São importantes fontes de informação para investidores estrangeiros.

¹⁴⁴ Segundo a BM&FBOVESPA (2014a), as ações podem ser de dois tipos: ordinárias ou preferenciais. As primeiras “proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais”; as segundas “garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos (geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias) e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade”.

¹⁴⁵ Para mais informações sobre os segmentos de listagem, ver: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/servicos/solucoes-para-empresas/segmentos-de-listagem/o-que-sao-segmentos-de-listagem.aspx?Idioma=pt-br>.

¹⁴⁶ É possível acessar o perfil da Abril/Somos Educação em *Reuters* ([s/d]a) *Bloomberg* (s/d)a, *Hoovers* (2016b), *The Wall Street Journal* (2016a), *The Financial Times* (2016a).